

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

YESA PORTELA ORMOND

**IRAQUE EM CRISE: O MODELO DE POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE
COMO FATOR PRINCIPAL NA DETERIORAÇÃO DO ESTADO (1990-2003)**

Santana do Livramento

2015

YESA PORTELA ORMOND

**IRAQUE EM CRISE: O MODELO DE POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE
COMO FATOR PRINCIPAL NA DETERIORAÇÃO DO ESTADO (1990-2003)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA.

Orientador: Prof. Dr. Renato José da Costa

Santana do Livramento

2015

Catálogo da Publicação
Serviço de Documentação
Universidade Federal do Pampa - Unipampa

Ormond, Yesa Portela.

O73i Iraque em Crise: O modelo de Política Externa Estadunidense como fator principal na deterioração do Estado (1990-2003) / Yesa Portela Ormond. – Santana do Livramento: Universidade Federal do Pampa, 2015. x, 82 f. ; 5 il. : 29,7 cm.

Orientador: Renato José da Costa

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Pampa, Unipampa, Bacharelado em Relações Internacionais, 2015.

1. Iraque. 2. Estados Unidos. 3. Política Externa. 4. Deterioração. 5. Continuidade. – Monografia. I. Costa, Renato José da. II. Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, Curso de Relações Internacionais, 2014. III. Iraque em Crise: O modelo de Política Externa Estadunidense como fator principal na deterioração do Estado (1990-2003).
CDD: 723.1

YESA PORTELA ORMOND

**IRAQUE EM CRISE: O MODELO DE POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE
COMO FATOR PRINCIPAL NA DETERIORAÇÃO DO ESTADO (1990-2003)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 19/01/2015.
Banca examinadora

Prof. Dr. Renato José da Costa
Orientador
(UNIPAMPA)

Profa. Dra. Kamilla Raquel Rizzi
(UNIPAMPA)

Profa. Dra. Anna Carletti
(UNIPAMPA)

Para Déia e Gerson, meus pais
Para Lourdes e Jorge, meus pastores
Para Elizama e Losleyne, minhas irmãs

AGRADECIMENTOS

O ano de 2011 trouxe consigo profundas mudanças em minha vida. Após 17 anos vivendo no Mato Grosso foi realmente difícil cruzar o país por quase 2500 km para iniciar os meus estudos de Relações Internacionais na UNIPAMPA. Por isso, chegar ao fim do curso, quatro anos depois, não teria sido possível sem a presença de pessoas que me deram suporte, iluminaram meus dias, e às quais devo meus agradecimentos.

Agradeço a Deus, por ter me guiado e fortalecido por todos esses anos.

Agradeço aos meus pais, Deia e Gerson, cujo sacrifício de deixar a vida no Mato Grosso, para me acompanhar de perto desde 2011, foi vital para meu bem-estar e para meu desenvolvimento acadêmico.

Agradeço às famílias Portela e Ormond, pelo apoio e confiança.

Agradeço à família Granada, que em pouquíssimo tempo conquistou meu amor e foi um dos meus alicerces nestes últimos quatro anos.

Agradeço aos meus amigos Cássio, Carlos Henrique, Diego, João Guilherme, Inara, Pedro, Thaísa, Cassiel, Agnes, Rafael e Vinicius, que juntos formaram uma grande família, carinhosamente apelidada de “soberanus”, que me acolheu e iluminou meus dias.

Agradeço aos meus amigos de longa data, Bianca Faria, Losleyne, Everton Moraes e Leonardo Portela.

Agradeço aos amigos e colegas que se somaram à minha vida desde 2011, Caio Augusto, Elizama, Gabrielle, Rafael Castro, Sheron, Shântala, Bianca Pinheiro, Carolina Amaral, Cíntia Lemes, Rodrigo Duque Estrada, Carla Ricci, Jéssica Monteiro, Fernando Rieger, Cleusa, Ícaro Pinheiro, Eduardo Machado, Lucas Maracci, Beatriz Naddi, Débora, Silvana, Victor Ferreira, Arthur Falcoski, Felipe, Daniel, Gabriel, Gustavo, Mariana Morena e João Francisco, pelo companheirismo, pelos ensinamentos, boas risadas e bons momentos.

Agradeço aos professores Anna, Fábio, Flávio, Kamilla, Margarete, Maria Regina, Nathaly, Rafael Balardim e Rafael Schmidt, cujos ensinamentos foram fundamentais durante a minha graduação.

Agradeço aos servidores da UNIPAMPA, pela atenção dedicada a nós, discentes.

E agradeço especialmente ao meu orientador, Renatho Costa, pela atenção e paciência que foram indispensáveis para a elaboração deste TCC; por incentivar e inspirar meus estudos iniciais sobre o Oriente Médio; pelo seu esforço em tornar a UNIPAMPA um ambiente que transborda a sala de aula e abarca a comunidade – o que, certamente, tornou minha graduação mais gratificante; e, principalmente, pela amizade que levarei sempre comigo.

When foreign affairs were ruled by autocracies or oligarchies, the danger of war was in sinister purpose. When foreign affairs are ruled by democracies, the danger of war will be in mistaken beliefs. The world will be the gainer by the change, for, while there is no human way to prevent a king from having a bad heart, there is a human way to prevent a people from having an erroneous opinion. (Elihu Root)

RESUMO

O presente trabalho analisa a relevância da política externa estadunidense no Estado iraquiano no período compreendido entre os anos de 1990 e 2003 – dada as atuações mais enfáticas na Segunda Guerra do Golfo (1991) e na Guerra Global ao Terror (2003). Além disso, busca entender se a estratégia dos Estados Unidos se configuraria em uma ação contínua que gerou a crise da máquina estatal iraquiana. De modo a abordar a intersecção histórica destes dois países, em um primeiro momento o trabalho trata sobre o desenvolvimento histórico do Iraque e seu estabelecimento como Estado após a fragmentação do Império Otomano. Em seguida, versa sobre a crescente atuação estadunidense no cenário internacional e a utilização de seus valores em sua política externa, de modo a traduzir os interesses no Oriente Médio e, consequentemente, no Iraque. Deste modo, torna possível compreender se a atuação estadunidense corroborou na deterioração iraquiana entre os anos de 1990 e 2003. Como subsídio, utiliza questões concernentes à teoria securitização, visto que a partir dela é possível entender processos de securitização como sustentáculos para medidas excepcionais que transbordam a arena da política tradicional. Por fim, tenta elucidar se os interesses estadunidenses constituíram ações que contribuíram para a deterioração do Estado iraquiano.

Palavras-chave: Iraque. Política Externa. Estados Unidos. Deterioração. Continuidade.

ABSTRACT

This paper analyzes the relevance of US foreign policy in the Iraqi state in the period between 1990 and 2003 - given the most emphatic performances in the Second Gulf War (1991) and the Global War on Terror (2003). It also seeks to understand whether the US strategy would be configured in a continuous action that generated the crisis of the Iraqi state machine. To address the historical intersection of these two countries, at first, the work deals with the historical development of Iraq and its establishment as a state after the fragmentation of the Ottoman Empire. Then, it focuses on the growing US presence in the international scenario and the use of its values in its foreign policy in order to reflect their interests in the Middle East and, consequently, in Iraq. Thus, it makes it possible to understand if the US actions in Iraq confirmed deterioration between 1990 and 2003. As support, it uses securitization theory concerning issues, since from it securitization processes can be understood as supporters for exceptional measures that overflow the arena of traditional politics. Finally, it tries to elucidate whether US interests corroborated in actions that contributed to the deterioration of the Iraqi state.

Keywords: Iraq. Foreign Policy. United States. Deterioration. Continuation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Político do Iraque.....	14
Figura 2 – Mosul, Bagdá e Basra.....	17
Figura 3 – Sykes-Picot Agreement, 1916.....	20
Figura 4 – Canal de <i>Shatt al-‘Arab</i>	26
Figura 5 – Bubian e Uarba.....	30

LISTA DE SIGLAS

ADMs – Armas de Destruição em Massa
AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica
ARAMCO – Arabian-American Oil Company
ANZUS - The Australia, New Zealand, United States Security Treaty
BMVC – Baghdad Monitoring and Verification Center
CENTCOM – Comando Central
CENTO - Central Treaty Organization
CSNU – Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
CUP – Comitê para União e Progresso
GGT – Guerra Global ao Terror
GII – Grupo de Investigação do Iraque
LDN – Liga das Nações
MEF – Força Expedicionária da Mesopotâmia
NFZs – No-Fly Zones
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
SEATO - Southeast Asia Treaty Organization
UNIKOM – United Nations Iraq-Kuwait Observation Mission
UNMOVIC – Comissão de Inspeção, Verificação e Monitoramento das Nações Unidas
UNOHIC – United Nations Office of Humanitarian Coordinator
UNSCOM – Comissão Especial das Nações Unidas sobre o Iraque
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 HISTÓRICO DO IRAQUE	14
2.1 Iraque: da incorporação ao Império Otomano (século XVI) a Sykes-Picot (1916)	16
2.2 Sykes-Picot, Versalhes e a imposição do Estado Moderno.....	21
2.3 1932: Um Iraque independente?.....	23
3 LINHAS GERAIS DA POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE	33
3.1 Crenças e ideais: o destino manifesto de uma missão civilizatória.....	34
3.2 A Política Externa dos Estados Unidos para o Oriente Médio.....	38
3.2.1. O Golfo Pérsico, o petróleo e o interesse Estadunidense	44
4 NÃO É PRECISO APENAS TER UM INIMIGO, É NECESSÁRIO SECURITIZÁ- LO!	48
4.1 O Iraque de Saddam Hussein: de amigo a inimigo dos Estados Unidos.....	51
4.2 O 11 de Setembro e a macro-securitização do mal	59
4.2.1 A Guerra Global ao Terror	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	75
ANEXOS	84

1 INTRODUÇÃO

Após as intervenções estadunidenses de 2003 ao Iraque com a Operação Liberdade Iraquiana e a consequente derrubada de Saddam Hussein – depois de 12 anos da Segunda Guerra do Golfo (1991) –, aparentemente, abriu-se espaço para uma nova estruturação política e econômica no país. Isso porque os Estados Unidos visavam empreender um projeto de *state (re)building*¹, “[...] even if they had neither the capacity nor the local knowledge to bring about.”² (ROBINS, 2007, p. 391).

No entanto, percebe-se que a tentativa de estabelecer um rearranjo das bases iraquianas não obteve sucesso. Pelo contrário, a aparente oportunidade de reorganização logo se viu ameaçada pela continuidade das diferenças internas, marcadamente religiosas, entre xiitas (maioria populacional) e sunitas (minoridade que governara até então). Assim, nem mesmo com o julgamento e a morte de Saddam Hussein, em 2006, alcançou-se no país a estabilidade política vislumbrada, e essa situação se agravou principalmente após a saída das forças de coalizão externa, em 2011.

Portanto, tendo em vista as recentes crises no Estado iraquiano, é imprescindível entender não apenas o momento atual, senão o processo de construção de sua instabilidade. Deste modo, a formação do Iraque, a atuação de potências externas, bem como a mudança conjuntural do período pós-Guerra Fria devem ser analisados e relacionados, de modo a compreender as falhas que, paulatinamente, influíram na (des)construção das estruturas de sua máquina estatal.

Frente a esta problemática, o presente trabalho se propõe a analisar o caso iraquiano no imediato pós-Guerra Fria, estendendo-se até o ano de 2003. Isso porque acredita-se que o recorte temporal proposto é relevante, uma vez que nele a atuação estadunidense teve, diretamente, efeitos nas transformações ocorridas no Iraque. Entre os anos de 1990 e 2003, duas grandes guerras foram levadas a cabo em solo iraquiano: a Segunda Guerra do Golfo (1991) e a Guerra Global ao Terror (GGT), bem como as sanções estabelecidas a partir das resoluções emitidas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU).

¹ “(Re)construção estatal”.

² “[...] mesmo que eles não tivessem nem a capacidade, nem o conhecimento local para levá-lo a cabo.” (ROBINS, 2007, p. 391, tradução nossa).

É evidente que tais sanções, estabelecidas durante e após a Segunda Guerra do Golfo, ainda estavam em vigor em 2003 com a derrubada de Saddam Hussein. Além disso, as intervenções da GGT agravaram a situação política, econômica e social do Iraque, transformando-o em um Estado falido, ou seja, incapaz de cumprir seus deveres enquanto ator soberano.

Ademais, acredita-se que os Estados Unidos tentavam obedecer a um duplo ditame: de um lado, buscavam a implantação da democracia formal no Iraque, convergente com a do ocidente, esperando que toda a região – do Oriente Médio³ – passasse pelo mesmo processo com o decorrer dos anos; e, de outro, a exploração de recursos naturais, marcadamente o petróleo, de modo a garantir a estabilidade dos preços e a manutenção de seu acesso. (ARRAES, 2004). Deste modo, cabe indagar: até que ponto a marginalização do Iraque como *rogue state* (Estado Pária)⁴, em 2003, não possuía, apesar do agravante de 11 de Setembro, um interesse estratégico semelhante ao dos anos 1990?

Assim, aventa-se a possibilidade de que, por detrás do discurso de expansão da liberdade e da democracia ao Iraque, objetivos mais pragmáticos – como o controle de uma região geopoliticamente relevante e rica em petróleo – foram os reais motivos da Segunda Guerra do Golfo – mesmo tendo esta seguido os ditames legais – e da Guerra Global ao Terror – que se auto justificou com os atentados de 11 de Setembro de 2001.

Além disso, concebe-se a ideia de que o intervalo que vai de 1990 até as ações da GGT não compreendeu um vácuo na história iraquiana – senão um agravante que influi em sua situação atual – e muito menos um vácuo nos interesses da política externa estadunidense, que tiveram continuidade de uma guerra para a outra. Portanto, a hipótese inicial é de que o Estado iraquiano deve sua instabilidade interna atual não puramente à ação de grupos antagonistas nacionais, mas, em grande parte, à atuação de atores externos que fomentam, desde muito, a falência iraquiana – destacando-se os Estados Unidos.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo analisar a ação dos Estados Unidos no Iraque, entre os anos de 1990 e 2003 – dada a sua atuação mais enfática na Segunda Guerra do Golfo e na GGT – bem como entender se a sua estratégia se configuraria em uma ação contínua

³ Entende-se, aqui, o Oriente Médio como a região composta pela Arábia Saudita, Autoridade Nacional Palestina, Bahrein, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iraque, Iêmen, Israel, Jordânia Kuwait, Líbano, Omã, Qatar e Síria.

⁴ Durante o governo Clinton (1993-2001), Anthony Lake, então como National Security Advisor, propôs a classificação de *Rogue State* a certos países. Tal classificação tinha a intenção de explicitar quais Estados atuavam em desacordo com os interesses políticos estadunidenses. Isso porque, além de se oporem aos EUA na arena internacional, teriam armas de destruição em massa, apoiariam o terrorismo e desrespeitariam os Direitos Humanos no âmbito interno.

que gerou a crise da máquina estatal iraquiana. E, para sustentar tal linha de análise, tem-se como objetivos específicos: compreender a importância do território iraquiano para os Estados Unidos no contexto do pós-Guerra Fria; examinar possíveis alterações e/ou continuidades da Política Externa dos Estados Unidos para o Golfo Pérsico durante o Governo Bush pai (1989-1993), Governo Clinton (1993-2001) e o primeiro Governo Bush filho (2001-2005); e, elucidar as consequências da atuação estadunidense no Iraque de 1990 até 2003.

No intuito de alcançar os objetivos propostos, utilizar-se-á a metodologia qualitativa, por meio do método de revisão histórico-analítica. Adotar-se-á uma revisão da literatura já existente sobre o tema (em livros e periódicos) além da análise documental dos discursos presidenciais (de George W. Bush, Bill Clinton e George W. Bush filho). De modo subsidiário, serão utilizadas as doutrinas precedentes que se referem ao expansionismo político-ideológico dos Estados Unidos; resoluções utilizadas como respaldo à atuação estadunidense no Iraque; e teorias de Segurança Internacional, mais especificamente, a Teoria da Securitização – haja vista ela possibilitar o entendimento acerca do processo de construção de ameaça e legitimação de medidas excepcionais.

Deste modo, este trabalho está subdividido em cinco capítulos, incluindo esta introdução. O segundo capítulo apresentará o histórico do Iraque e sua constituição como Estado, após o declínio do Império Otomano. No terceiro capítulo, de modo a entender o significado da política externa como tradutora de interesses, serão elencados os principais traços que permeiam a conduta externa estadunidense, tais como o excepcionalismo, a defesa dos valores de democracia e de liberdade, bem como o seu uso para justificar as ações no Oriente Médio. No quarto capítulo, será analisada a intersecção das histórias estadunidense e iraquiana para que assim se possa entender se no recorte temporal escolhido (1990-2003) a atuação estadunidense se deu de maneira contínua. Ainda, se seus interesses corroboraram em ações que contribuíram para a deterioração do Estado iraquiano. Neste capítulo a teoria da securitização será utilizada como suporte argumentativo, haja vista suas proposições considerarem as medidas que estão acima da esfera política tradicional, o que ocorreu, principalmente, após o 11 de setembro. Por fim, o capítulo final será dedicado às considerações finais, no qual será revista a hipótese proposta a fim de avaliar sua aplicabilidade.

2 HISTÓRICO DO IRAQUE

O Iraque é um país do Oriente Médio que faz fronteira com o Irã (a leste), com a Turquia (ao norte), com a Arábia Saudita, o Kuwait e o Golfo Pérsico (ao sul) e com a Jordânia e a Síria (a oeste). (FIGURA 1). Sua instituição como Estado se deu durante o início do século XX, como consequência da desintegração do Império Otomano e da concomitante infiltração europeia – marcadamente britânica e francesa – delineada em Sykes-Picot (1916) e formalizada em San Remo (1920). A história da região e de seu povo, entretanto, reporta à antiguidade. Os termos *al-'Iraq* e mesopotâmia, que deram origem ao nome do Iraque, datam, aproximadamente, do século VIII. O primeiro tem origem árabe e remete à “[...] shore of a great river along its length, as well as the grazing land surrounding it”⁵ (TRIPP, 2007, p. 8); o segundo, por sua vez, tem origem no grego, e possui a mesma essência: meso (entre) potamos (rios). (KEEGAN, 2005, p. 21).

Figura 1 – Mapa Político do Iraque



Fonte: Cia, The World Factbook. (s.d.; s.p)

⁵ “[...] a margem de um grande rio, ao longo de todo seu comprimento, assim como a terra de pastagem em torno dela” (TRIPP, 2007, p. 8, tradução nossa)

Certamente o *al-'Iraq* era uma região estrategicamente importante, situada entre os domínios persa e romano. Por isso, invasões e conquistas sucessivas delinearão o desenvolvimento das sociedades de irrigação que se formaram na região: acádios, sumérios e assírios ali viveram e deixaram seu legado. Por ali também passaram povos da Ásia interior, o Império Persa e o Império de Alexandre.

No século VIII a região foi conquistada pelos árabes, em um contexto de expansão islâmica. Nesse período o mundo árabe era regido pelo modelo de califado⁶. Mais à frente, no século X, Bagdá (hoje capital do Iraque) assumiu o posto de capital do califado (abássida) islâmico e se tornou um poderoso centro. O período de esplendor, entretanto, pouco durou, uma vez que em 1258 os mongóis, provenientes das estepes da Ásia, invadiram o Iraque. Pouco depois, o Iraque passou para outra zona de influência: foi incorporado ao Império Persa. Com a chegada dos turco-otomanos, no século XVI, a região foi incorporada ao Império Otomano, Império este que se ergueu durante o século XIII.

Quando se analisa a evolução histórica iraquiano, é interessante notar que, destarte o preconceito do ocidente para com um “oriente retrógrado”, não se pode esquecer que a região que se desenvolveu entre os rios Tigre e Eufrates é apontada como berço civilizatório – ou ao menos disputa esse *status* com outros vales de grandes rios como o Nilo e o Indo. (KEEGAN, 2005). Isso porque o termo “civilização” faz alusão à vida em comunidade, a prédios suntuosos (como os construídos pelos assírios) e ao desenvolvimento da escrita (como a cuneiforme dos sumérios), que inegavelmente são característicos dessa região.

Tendo em vista, mais recentemente, a crise no Estado iraquiano, é imprescindível entender não apenas o momento atual, senão o processo histórico de sua construção e, posteriormente, como se deu tamanha instabilidade. Deste modo, a formação do Iraque, a atuação de potências externas, bem como a mudança conjuntural do período pós-Guerra Fria devem ser analisados de modo a compreender as opções adotadas que, paulatinamente, influíram na (des)construção das estruturas de sua atual máquina estatal.

⁶ O termo califado faz referência a uma estrutura de governo regida por califas, o seja, os primeiros convertidos próximos do Profeta Maomé que assumiram, após a sua morte, o papel de liderança política e religiosa. Como demonstra Demant (2004), durante o século VII foi criada a primeira dinastia califal, a dos Omíadas, que tinha como maior objetivo exercer o poder de maneira mais organizada e adequada à vasta extensão territorial sob seu domínio. A ideia era a de criar e manter uma comunidade muçulmana, a *Ummah*.

2.1 Iraque: da incorporação ao Império Otomano (século XVI) a Sykes-Picot (1916)

Em fins do século XIII ergueu-se o Império Otomano, de origem turca. Pouco depois, no século XIV esse Império já havia conseguido estender suas bases por praticamente todo o Oriente Médio e suceder o modelo de califado.

[...] os turcos, imbuídos de um espírito guerreiro e alienígena à cultura urbana das elites árabes e persas de Bagdá e Cairo, entraram num mundo muçulmano tanto como tribos quanto como indivíduos – neste último caso foram aproveitados como escravos e mercenários, e se tornaram os “guardas pastorianos” dos líderes políticos-religiosos. Confiar o controle das armas a escravos estrangeiros, gente de fora e sem ligações pessoais ou familiares e sem compromissos locais, era aparentemente uma política sábia – entretanto, como diz o provérbio latino, “*quis custodiet ipsos custodes?*” (Quem vigiará o vigia?). (DEMANT, 2004, p. 53, grifos do autor).

Sua organização majoritariamente sunita vinha de encontro com as bases do Império vizinho Persa, que era xiita. Ambos os Impérios eram hostis entre si: em determinados períodos transformavam tal hostilidades em guerras, e em outros permaneciam apenas em estado de tensão.

No século XVI, a região do *al-’Iraq* foi incorporada aos domínios do Império Otomano que a subdividiram em três domínios: ao norte Mosul, de população preponderantemente curda, onde predominava a sociedade tribal; ao centro Bagdá, com população majoritariamente sunita⁷, mas também sede do ‘*atabat*⁸; e ao sul Basra, cuja população era xiita⁹ e onde também predominava a sociedade tribal. (KEEGAN, 2005, p. 22). (FIGURA 2)

É importante destacar que a organização do Império Otomano, apesar de seu governo central, permitia a existência de lideranças locais. As três províncias, Bagdá, Basra e Mosul eram governadas por Pashas *Mamluks* (mamelucos) que reconheciam a autoridade do sultão otomano, mas possuíam elevado nível de autonomia. No caso de Bagdá e Basra governavam os pashas *mamluks* oriundos da Geórgia, que atuavam militarmente para o Império Otomano e

⁷ Os sunitas representam a maior vertente islâmica, são ortodoxos e acreditam que os sucessores de Maomé, mesmo não sendo seus descendentes diretos, possuem legitimidade.

⁸ Local sagrado xiita. “[...] *atabat* (thresholds or doorways) [...]” (TRIPP, 2007, p. 12) Em tradução livre: “[...] *atabat* (limiares ou portas) [...]”. (TRIPP, 2007, p. 12, tradução nossa). Cabe ressaltar que o apesar da preponderância sunita na região de Bagdá, os líderes da região, bem como a liderança otomana, agiam com cautela com os xiitas do *atabat*, pois, qualquer tipo de ameaça poderia desencadear ações agressivas do império vizinho dos Persas, marcadamente xiitas.

⁹ Os Xiitas, que representam a segunda maior vertente religiosa islâmica, acreditam que os verdadeiros sucessores do profeta Maomé seriam de sua família, começando por seu genro Ali.

que, de escravos, pouco a pouco, ascenderam socialmente. Já em Basra, predominava a dinastia Jalili e alguns principados semi-independentes curdos. (TRIPP, 2007).

Figura 2 – Mosul, Bagdá e Basra



Fonte: Pozzolan (s.d.; s.p.)

O Império Otomano, que teve seu auge no século XVI e conseguiu evitar invasões de grandes Impérios como o Persa e o Habsburgo, foi o último Império Muçulmano (mas não árabe) a conseguir dominar o Oriente Médio e manter, através de sua política de tolerância, relevante paz e unidade. Sua longa duração é perceptível até mesmo quando se analisa sua decadência, que não foi intensa e repentina, mas paulatina – por isso o nome *O grande doente* atribuído pelos europeus.

Em seu auge a economia Otomana não era menos desenvolvida que a habsburgo-ibérica, e por muito o tempo esteve mais avançada do que a russa. Mas não foi capaz de resistir ao comércio capitalista e à produção manufatureira das potências sucessoras, a França e a Grã-Bretanha (DEMANT, 2010, p. 59-60).

Entende-se, deste modo, que a presença da França, da Grã-Bretanha e da Rússia foram vetores que contribuíram, marcadamente, para o enfraquecimento econômico e político do Império a partir de pressões externas constantes; já internamente tais fraquezas foram, paulatinamente, exploradas e pioradas.

Sob as administrações dos sultões Mahmud II (1808-1839), Abdulmecid (1839-1861) e Abdulhamid II (1876-1909), empreenderam-se esforços para manter a coesão do Império Otomano. Buscava-se uma *nizam-I Celid* (nova ordem) capaz de fazer frente aos movimentos internos de desintegração e, concomitantemente, às ameaças externas do mundo europeu. Deste modo, a “[...] Ottoman reform had been prompted by the belief that the weakness of the empire was a structural weakness of the state when confronted by the phenomenon of European Power”¹⁰ (TRIPP, 2007, p. 14). Assim, em uma tentativa de extirpar a influência do mundo cristão e, concomitantemente, manter a coesão do Império, empreenderam-se reformas, a partir da administração do sultão Abdulmecid. Tais reformas são conhecidas pelo seu nome turco *Tanzimat*.

No caso das três províncias do *al-'Iraq*, a partir da *Tanzimat*, foi revisto, principalmente, o grau de autonomia dos administradores locais. Sendo assim, Mosul, Bagdá e Basra, que até então disfrutavam de certa autonomia e atribuíam aos sultões soberania simbólica, passaram a estar sob um controle mais intenso da capital Istambul. Tripp (2007) chama esse período reestruturante de “reconquista otomana” das três províncias. Entretanto, as propostas idealizadas não puderam ser realizadas completamente. Isso porque, em primeiro lugar, eram demasiado ambiciosas, uma vez que visavam transformar, em pouco tempo, moldes estabelecidos há séculos. Além disso, o sultão-califa Abdulhamid II, que assumiu em 1876, não reagiu muito bem à necessidade de limitação de seus poderes em alguns âmbitos em prol da manutenção da coesão do Império. (KEEGAN, 2005).

Sendo assim, em meio a propostas e tentativas frustradas de alteração da ordem vigente, formou-se uma conjuntura que contribuiu para a ebulição de movimentos internos. No início do século XX, movimentos reformistas ganharam forma. Destaca-se a ação dos Jovens Turcos, que a partir de 1908, por meio do Comitê para União e Progresso (CUP) – organização clandestina que buscou corroer as bases até então firmadas no Império Otomano. Em 1909 os Jovens Turcos promoveram uma revolução que derrubou o sultão Abdulhamid II. Mesmo com a tomada de poder, Istambul permaneceu como o centro que emanava as diretrizes do Império.

As transformações no Império Otomano, a partir desse momento sob o comando do CUP, foram aceleradas. Deve-se salientar, entretanto, que as reformas não mais visavam abranger todo o Império com equidade; muito pelo contrário, os súditos não-turcos foram marginalizados. Isso porque o movimento dos Jovens Turcos era marcadamente composto por

¹⁰ “[...] A reforma Otomana havia sido solicitada pela crença de que a fraqueza do império era uma fraqueza estrutural do Estado quando confrontado com o fenômeno do poder europeu” (TRIPP, 2007, p. 14, tradução nossa).

secularistas, nacionalistas com tendências étnicas imperialistas e que tinham na Europa exemplo a ser seguido. (KEEGAN, 2005).

Além da impopularidade das ações turcas, o almejo de uma reunificação árabe movia as ações destes grupos nacionalistas. Consequentemente, dada essa marginalização do restante do Império, outros movimentos que buscavam autonomia regional despontaram: marcadamente aqueles idealizados pelos árabes (o Despertar Árabe)¹¹.

As três províncias, mais especificamente, começaram a se desprender de fato do Império Otomano a partir da Primeira Guerra Mundial. Isso porque, de um lado o Império Otomano posicionou-se ao lado da Tríplice Aliança (Alemanha e Império Austro-húngaro) e de outro, a Grã-Bretanha, potência da Tríplice Entente, queria proteger seus interesses econômicos¹² na região do Golfo¹³. Para tanto, enviou a Força Expedicionária da Mesopotâmia (MEF) para a região de Basra – onde foi bem recebida, dadas as relações comerciais de longa data praticadas entre ambos. (KEEGAN, 2005).

Sendo assim, dado o avanço da Entente, o conseqüente enfraquecimento dos Aliados, e a abertura dada por Basra aos britânicos, em 1918, o Império Otomano – que já estava desmoronando e aliou-se de maneira frustrada ao lado perdedor – foi obrigado a aceitar o armistício de Mudros¹⁴ e a ver as três províncias do *al-Iraq* serem absorvidas, ainda que paulatinamente, para a zona de influência britânica (TRIPP, 2007).

Assim, conforme vislumbrado nos Acordos de Sykes-Picot¹⁵ (1916), planejado em Versalhes (1919), formalizado na Liga das Nações e ratificado com o Tratado de San Remo

¹¹ De acordo com Keegan, “[...] um movimento organizado por idealistas que almejavam a reunificação dos territórios árabes em uma única entidade política, a libertação dos árabes do jugo imperialista, tanto dos otomanos quanto dos ingleses, franceses e italianos, e a emancipação intelectual por uma educação ocidental, porém dentro dos preceitos da crença muçulmana”. (2005, p. 26)

¹² Conforme Tripp expõe, “[...] on the eve of the First World War these interests controlled over two-thirds of the growing volume of imports and roughly half of the exports that passed through Basra.” (2007, p. 32) Em tradução livre: “[...] Na véspera da Primeira Guerra Mundial esses interesses controlavam mais de dois terços do volume crescente de importações e exportações e cerca da metade das exportações passavam por Basra. ” (2007, p. 32, tradução nossa).

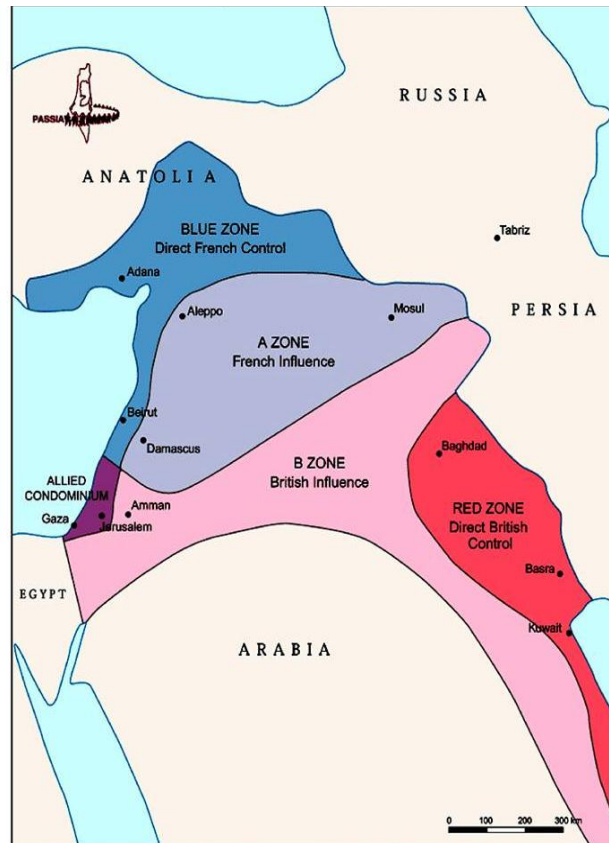
¹³ A região do Golfo Pérsico atualmente é composta pela Arábia Saudita, pelo Bahrein, pelos Emirados Árabes Unidos, pelo Irã, pelo Iraque, pelo Kuwait, pelo Omã e pelo Qatar.

¹⁴ Segundo suas diretivas, as guarnições otomanas situadas na Mesopotâmia se renderiam às forças britânicas. (TRIPP, 2007).

¹⁵ Os acordos secretos de Sykes-Picot foram estabelecidos entre a França, a Grã-Bretanha e Rússia de modo a dividir o Império Otomano em zonas de influência. Não muito depois, apenas França e Grã-Bretanha persistiram nessa tarefa, visto que a Rússia se engajou, mais profundamente, em transformações estruturais internas a partir de 1917. O primeiro ponto nos acordos já deixa explícito que a França e a Grã-Bretanha se consideravam preparadas para “[...] to recognize and protect an independent Arab State or a Confederation of Arab States in the areas (A [French]) and (B [British]) [...] under the suzerainty of an Arab chief. (SYKES-PICOT AGREEMENT, 1916, [s.p.]). Em tradução livre “[...] reconhecer e proteger um Estado Árabe independente ou uma Confederação

(1920), o Império Otomano foi dividido em entidades políticas sob as tutelas francesa e inglesa. Deste modo, na década de 1920, a Grã-Bretanha, assim como idealizado em Sykes-Picot, delimitou suas fronteiras em basicamente três eixos: com a Arábia Saudita (Estado Cliente), com o Iraque (seu Mandato) e com o Kuwait (seu protetorado). (FIGURA 3)

Figura 3 – Sykes-Picot Agreement, 1916



Fonte: PASSIA, [s.d.; s.p.]

O mandato Iraquiano era composto pelas províncias de Mosul, Bagdá e Basra. Já o vizinho Kuwait, tornara-se um protetorado a parte. Isso porque, durante a Primeira Guerra Mundial, o empreendimento colonialista no Oriente Médio custara caro à Grã-Bretanha e a posse do Kuwait apresentava-se como primordial para planos britânicos, haja vista a região possuir jazidas de petróleo e, além disso, sua localização servia de porto à Marinha Real e ajudava na manutenção dos interesses marítimos da Coroa. Com isso, para o Iraque, ainda não independente, a criação do Kuwait como um protetorado em separado foi uma afronta, visto que, no Iraque, partia-se da premissa de que o Kuwait era parte da província de Basra durante

de Estados Árabes nas áreas (A [francesa]) e (B [britânica]) [...] sob a suserania de um líder árabe.” (ACORDO DE SYKES-PICOT, 1916, s.p, tradução nossa)

o Império Otomano. As demandas iraquianas não foram, entretanto, ouvidas, uma vez que a Grã-Bretanha, hegemona à época, não se preocupava com a ofensiva de um estado fraco.

Pode-se constatar, então, que com a derrota da Tríplice Aliança durante a Primeira Grande Guerra houve, de fato, o colapso do Império Otomano. De imediato, como demonstra Keegan (2005), os britânicos estenderam suas bases para o Oriente Médio, por meio de um governo semicolonial e militar. Tais bases possuíam a mesma inspiração daquelas implantadas na Índia. Cabe ressaltar que, apesar de tratar-se de um arranjo organizacional temporário proposto para, em tese, garantir a sobrevivência do que viria a ser o Estado iraquiano, não houve aceitação inicial. Pois, se de um lado (marcadamente no centro sunita), almejava-se um Iraque unificado, de outro, as populações curda (do norte) e xiita (do sul) compartilhavam demandas de independência.

2.2 Sykes-Picot, Versalhes e a imposição do Estado Moderno

Após a Primeira Guerra Mundial, reuniram-se, na Conferência de Versalhes, os vitoriosos da Entente. Assim, definiram-se os pormenores de como se formalizariam, em âmbito europeu, as imposições às antigas possessões da Alemanha e ao decadente Império Otomano. Isso porque a recém instituída Liga das Nações (LDN) concedera-lhes autoridade para tal. Como antes mencionado, houve oposição no Iraque, e com tal oposição vieram protestos e enfrentamentos diretos às tropas britânicas. Destarte alguns avanços alcançados nos movimentos internos, em julho de 1920 os britânicos, por meio de suas forças militares, conseguiram agir e abafar a rebelião. Para isso, houve um custo altíssimo de vidas: cerca de seis mil mortos do lado iraquiano e 500 baixas dos exércitos britânico e indiano. (KEEGAN, 2005).

Deste modo, possibilitou-se a extensão do poderio britânico à região sob a forma de um governo indireto, agora não mais militar. “The history of Iraq begins here, not simply as the history of the state’s formal institutions, but the histories of all those who found themselves drawn into the new regime of power.”¹⁶ (TRIPP, 2007, p. 30). Para tanto, de modo a estender suas bases de atuação, a Grã-Bretanha aboliu as instituições construídas durante o Império

¹⁶ “A história do Iraque começa aqui, não simplesmente como a história das instituições formais do Estado, mas as histórias de todos aqueles que se encontraram atraídos para o novo regime de poder”. (TRIPP, 2007, p. 30, tradução nossa).

Otomano. Isso porque, os britânicos precisavam encontrar caminhos legais e legítimos para constituir uma nova ordem. Sob a forma de mandato, edificaram-se os eixos que garantiram que interesses britânicos fossem protegidos. Por isso, como demonstra Tripp (2007), os britânicos encorajaram e/ou coagiram grupos específicos a emergirem como interlocutores de uma nova era para o Iraque.

Como previsto em Sykes-Picot, haveria uma espécie de suserania de líderes locais. Em outras palavras, os membros escolhidos para compor o corpo administrativo do Estado seriam legitimados pelos britânicos e sua soberania seria dependente dos almejos da potência. Os escolhidos eram, em sua maioria, sunitas (que representavam, à época, apenas 20% da população total iraquiana). Neste ato já se pode notar o favorecimento de um grupo (sunita) em detrimento de outros (xiitas e curdos), algo que no futuro acarretaria na construção da política sectária de poder no Iraque (TRIPP, 2007; KEEGAN, 2005).

Em 1921, Winston Churchill – então secretário colonial britânico ligado aos negócios empreendidos no Iraque – conduziu a Conferência do Cairo. Nela, decidiu-se que no Iraque haveria um reinado, e que o trono seria assumido Faisal. O governante, que no mesmo ano foi cerimonialmente empossado, “[...] was aware that authority was not given, but had to be striven for, and that here coercive power was necessary but not sufficient.”¹⁷ (TRIPP, 2007, p. 47). Seu reinado se estenderia de 1921 a 1933 e, como já se esperava, foi marcado por uma liderança fraca e dependente.

Por ser um mandato sob os cuidados da Grã-Bretanha, o Iraque era *de jure* soberano – mesmo não o sendo *de facto*. Isso porque, se de um lado, de acordo com o que fora delineado no Tratado de San Remo (1920), assim que o Iraque estivesse com suas bases suficientemente desenvolvidas, seria declarado independente pela LDN, de outro, os britânicos eram quem designavam as autoridades internas iraquianas e também cuidavam da saúde econômica do país. Além disso, as relações internacionais do Iraque, bem como as questões de segurança, estavam sob esse controle externo. Por isso, nota-se que a então declarada soberania (em construção) iraquiana possuía limites. E, provar capacidade de auto gerência à LDN, seria uma tarefa paulatina e trabalhosa alcançada apenas em 1932.

O corpo político estadocêntrico estabelecido em Bagdá entre 1920 e 1921 introduziu noções de burocracia, sistema fiscal e estabeleceu uma nova ideia de quadro político. (TRIPP, 2007). Percebe-se, então, que o período de Mandato que se estendeu, formalmente, de 1920 a

¹⁷ “[...] estava consciente de que a autoridade não estava garantida, mas teria que ser buscada, e que aqui poder coercitivo era necessário, mas não suficiente.” (TRIPP, 2007, p. 47, tradução nossa).

1932, foi um período de definição das bases e da dinâmica que permeariam, a partir de então, a história do Estado Iraquiano. Isso porque o Iraque era um projeto imperial britânico e foi ferramenta essencial na delimitação dos interesses britânicos no Oriente Médio. Deste modo, não apenas foram introduzidos órgãos institucionais e foram demarcadas fronteiras, mas também formulou-se uma seara de conflitos em vários níveis, que permeiam, até hoje, a política do Iraque.

2.3 1932: Um Iraque independente?

Em 1932 o Iraque foi reconhecido pela LDN como Estado soberano e independente. É inegável que o Iraque representou a vanguarda no Oriente Médio, uma vez que foi um dos Estados emergentes a receber independência *de jure* mais cedo¹⁸. Mesmo assim, sua independência permaneceu ambígua, visto que, mesmo com a finalização do Mandato, a influência britânica permanecia ali, tão forte e visível quanto antes. Escapar dessa esfera, definitivamente, não dependia apenas da soberania formalizada (TRIPP, 2007).

Após a morte de Faisal I, um ano após a independência do Iraque, assumiu seu filho Ghazi. Em linhas gerais, os anos de monarquia Hashemita que se seguiram de 1920 a 1958, como salienta Keegan (2005), constituíram um cenário de favorecimento aos grupos de grandes magnatas e de proprietários de terras, marcadamente de origem sunita, ou seja, pertencentes à elite. A política externa do Estado, por sua vez, permanecia sujeita às vontades e diretrizes britânicas, seja por meio da ação de sua marinha real, e pelo controle da saída ao oceano indico, ou devido a presença de suas guarnições militares.

Entrementes, durante o curto governo de Ghazi, que se estendeu de 1933 a 1939, percebeu-se a ascensão de uma postura pan-arabista, ou seja, de uma postura que visava desligamento da dependência promovida pelo ocidente. Seu reinado foi interrompido por um acidente automobilístico. Como demonstra Keegan (2005), sua morte foi suspeita e foi (é) associada, por muitos, à oposição do governo sobre a questão Kuwaitiana, visto que o Iraque intensificou, sem sucesso, suas pretensões territoriais em relação ao seu vizinho (ARRAES, 2004).

¹⁸ A título de ilustração, com exceção da Arábia Saudita que obteve sua independência em 1926, outros Estados da região se tornaram independentes mais tardiamente: o Bahrein, os Emirados Árabes Unidos, o Omã e o Qatar, em 1971; e o Kuwait, em 1961.

Dando continuidade, o filho de Ghazi, Faisal II, assumiu o trono com apenas 4 anos de idade. Por isso, instaurou-se um período de regência sob a figura de Abd al-Ilah, que, ao contrário de Ghazi, apresentou postura pró-britânica. Tal postura decorria da crença de que a permanência dos hashemitas estava diretamente ligada ao cumprimento da vontade dos ingleses. Ainda, cabe ressaltar que nesse interim, que vai até 1958, permaneceram o problema do separatismo curdo e o descontentamento dos xiitas (que não se sentiam politicamente representados de maneira proporcional).

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, a Grã-Bretanha deu claras recomendações de que o Iraque deveria cortar quaisquer tipos de relações com a Alemanha. Em 1941, entretanto, o Iraque passou por turbulências internas. Houve um golpe de Estado, no qual o Primeiro Ministro Nuri al-Said foi substituído por Rashid Ali al-Gailani. Além disso, o regente Abd al-Ilah foi também afastado do poder. Tentou-se, assim, dar início a um governo com visões anti-britânicas. Para isso, o novo governo evidenciaria “[...] divergências com a tutela britânica e instalaria um governo simpático ao Eixo.” (ARRAES, 2004, p. 126). No entanto, em 1942, as forças britânicas conseguiram restaurar o governo iraquiano e devolver a regência a Abd al-Ilah. Além disso, durante a segunda guerra, o Oriente Médio, como um todo, permaneceria na órbita britânica, servindo, principalmente, de base para suas guarnições ultramarinas.

Já no período da Guerra Fria, a figura do Primeiro-Ministro Nuri-al-Said foi relevante para o Ocidente na contenção da ameaça comunista – formalizada em 1955, com o Pacto de Bagdá¹⁹ – ao lado da Turquia, Irã e da Grã-Bretanha. Entretanto, deve-se levar em consideração que no contexto da Guerra Fria, no Oriente Médio, vivia-se um período em que novas gerações buscavam líderes que não fossem associados aos ingleses ou franceses e que vissem na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) alternativa aos velhos regimes do Ocidente. (KEEGAN, 2005; TRIPP, 2007).

Entrementes, o Iraque continuou a experimentar pressões externas, principalmente no que tangia à exploração petrolífera. Em 1958 o país sofreu um golpe interno, sendo

¹⁹ Becker expõe que “The Baghdad Pact, or Central Treaty Organization (CENTO), had two purposes: (1) to oppose the rise of Arab and other liberation movements in the Middle East and South Asia, and (2) to be another military alliance (like NATO, SEATO and ANZUS) encircling the Soviet Union, China, Eastern Europe, north Korea and north Vietnam.” (2003, p. 20). Em tradução livre: “O Pacto de Bagdá, ou Organização do Tratado Central (CENTO), tinha duas finalidades: (1) opor-se a ascensão dos movimentos de libertação árabes e outros no Oriente Médio e no Sul da Ásia, e (2) ser outra aliança militar (assim como OTAN, SEATO e ANZUS) circundando a União Soviética, a China, a Europa Oriental, a Coreia do Norte e o Vietnã do norte.” (BECKER, 2003, p. 20).

transformado em uma república. As ações externas anglo-americanas com fins a restaurar a monarquia não foram efetivas, mas, mesmo assim, exigiu-se que os contratos petrolíferos fossem mantidos, caso contrário, invasões mais ferrenhas seriam promovidas (ARRAES, 2004).

Com o fim da Monarquia Hashemita e a ascensão de Abd al-Karim Qasim como Primeiro Ministro, Ministro da Defesa e Comandante-em-Chefe das forças armadas iraquianas, deu-se início a um período nacionalista. Assim, buscou-se nacionalizar o petróleo com a criação da *Iraq Petroleum Company*, isso porque o país, até então,

[...] arrecadava pouco de suas concessões petrolíferas, que permaneciam bastante inexploradas [...] Assim, o governo solicitaria a devolução de algumas áreas. A resposta das companhias foi diminuir a produção, causando mais transtornos econômicos ao Iraque, que, como retaliação, retirar-se-ia do Pacto de Bagdá, solicitaria a saída de tropas britânicas de seus territórios, cancelaria programas de auxílio americano e, por fim, assinaria com a União Soviética em 1959 um acordo de cooperação técnica e econômica. (ARRAES, 2004, p. 126).

Assim, as receitas geradas com o petróleo foram utilizadas de modo a promover o desenvolvimento interno por meio do aperfeiçoamento do sistema de saúde e em outros setores ligados ao bem-estar da população. O governo, apesar de reunir grande aceitação e, aparentemente, caminhar em direção à coesão estatal, não demorou muito a ter que lidar com turbulências internas e com contenciosos regionais. Também teve de tentar conter os movimentos curdos ao norte²⁰ e disputar a posse do canal de *Shatt al-'Arab* com o Irã. (FIGURA 4). Nesse período, reviveu-se, mais uma vez, a questão do Kuwait. Isso porque, em 1961, a Grã-Bretanha, que não mais era uma potência como o fora no século XIX, não tinha condições para manter suas bases no Kuwait e acabou lhe concedendo independência.

Consequentemente, abriu-se espaço para o retorno das reivindicações iraquianas. Nesse contexto, ademais do discurso de posse legítima baseada em aspectos históricos, agregava-se a necessidade de pontos alternativos a *Shatt al-'Arab*. Os britânicos não viram com bons olhos a ameaça de ofensiva iraquiana e, a pedido do *shaikh* do Kuwait, enviaram contingente militar para fazer frente a qualquer tentativa de anexação. O Iraque de Qasim, que estava com sua força militar dedicada aos contenciosos com os curdos do norte, não teria, naquele momento,

²⁰ Qasim havia, entre outras coisas, promovido a reforma agrária e aproximado os comunistas e curdos para participarem do governo, o que desagradou os latifundiários curdos e de início, em 1961, a revolta curda. (TRIPP, 2007)

capacidade de responder, à altura, aos britânicos. Além disso, a Liga Árabe²¹ também se posicionou a favor do Kuwait, reconhecendo, inclusive, seu *status* de Estado soberano. Portanto, obteve-se, como saldo final a derrota do Iraque que rompeu relações com a Liga Árabe e cujo governante estava com o cargo em risco.

Figura 4 – Canal de *Shatt al-‘Arab*



Fonte: Royal Australian Navy

Em 1963, dada a intensificação das divisões internas, houve um golpe de Estado que resultou na ascensão do Partido Baath, anticomunista e anti-monarquista. Assim, Qasim e seu corpo político não foram apenas retirados do poder, mas também capturados e executados. Em seu lugar assumiram Abdul al-Salim Arif (como presidente) e Hasan al-Bakr (como primeiro-ministro). Posteriormente, em 1968, presenciou-se, no Iraque, o chamado Renascimento, que ocorreu sob um novo golpe e que promoveu a ascensão da ala direita do Partido Baath. A presidência foi então assumida por Ahmad Hasan al-Bakr e seu vice era Saddam Hussein. Deste modo,

The government was quick to capitalise on the opportunities offered by this great increase in resources. On a general level, this led to renewed attention to social security systems, to new housing projects and to impressive investments in health and education. During the next few years the effects of these well-resourced initiatives were felt throughout the country, greatly contributing to the feelings that the government was at last fulfilling its promises even if, at the same time, nearly 40 per

²¹ A Liga Árabe foi criada entre 1944 e 1945 com o objetivo formular as bases, no futuro, de uma federação Árabe. Seus membros originários foram Arábia Saudita, Egito, Iraque, Jordânia, Líbano e Síria. Hoje a Liga Árabe conta com 22 membros. (ARAB LEAGUE, s.d., s.p.).

cent of the income from oil was being spent on arms purchases.²² (TRIPP, 2007, p. 206).

Com o novo governo, foi promovida a estatização do petróleo e, a partir de parcerias estratégicas²³, na década de 1970, o Iraque tornar-se-ia uma economia estruturada²⁴. O Iraque, conseqüentemente, ganhou destaque na região, pois, ao contrário da Arábia Saudita, dos Emirados Árabes e do Kuwait, apresentava uma máquina estatal e econômica mais forte.

Em 1979, Saddam Hussein, antes vice-presidente, ascendeu como presidente iraquiano e “[he] would take no chances in allowing opposition to his personal rule to crystallise [e ainda agiria de modo a eliminar] all those whom he felt would not give him unquestioning obedience”²⁵ (TRIPP, 2007, p. 214). Cabe ressaltar que a assunção de Saddam Hussein coincidiu com o estopim da Revolução Iraniana e uma mudança radical no sistema político daquele país. Provocaram-se, deste modo, incômodos aos Estados Unidos – para o qual não era interessante a alteração do *status quo* vigente.

O Iraque, sob a justificativa de que mudanças profundas no Irã poderiam inflamar seu sistema interno, dado que ambos são países fronteiriços, declarou guerra ao novo governo dos aiatolás. Além disso, havia uma disputa entre os dois países pelo controle do canal de *Shatt al-'Arab*, relevante para o acesso ao Golfo. (OLIVEIRA, 2009, p. 119).

²² “O governo foi rápido a aproveitar as oportunidades oferecidas por este grande aumento nos recursos. De um modo geral, isso levou a uma atenção renovada aos sistemas de segurança social, com novos projetos habitacionais e impressionantes investimentos em saúde e educação. Durante os próximos anos, os efeitos dessas iniciativas foram sentidos por todo o país, grandemente contribuindo para o sentimento de que o governo estava a cumprir as suas promessas, mesmo que, ao mesmo tempo, quase 40 por cento da renda do petróleo estava sendo gasta em compras de armas” (TRIPP, 2007, p. 206, tradução nossa).

²³ “In this atmosphere of vast government revenues, of ambitious development plans, of the encouragement and patronage of entrepreneurs in Iraq, it was scarcely surprising that Iraq’s relations with Western states should have improved. Iraq had become an important market and, with the resolution of its problems with Iran it was no longer seen as a strategic ally of the USSR. (TRIPP, 2007, p. 207). Em tradução livre, “Nesta atmosfera de vastas receitas do governo, de planos de desenvolvimento ambiciosos, do incentivo e patrocínio de empresários no Iraque, era de surpreender que as relações do Iraque com os países ocidentais deveriam ter melhorado. O Iraque tornou-se um mercado importante e, com a resolução de seus problemas com o Irã já não era visto como um aliado estratégico da URSS. (TRIPP, 2007, p. 207, tradução nossa).

²⁴ O petróleo, riqueza natural abundante no país, principalmente após a segunda metade do século XX, passou utilizado como meio de tornar o país menos vulnerável politicamente, ou seja, buscava-se firmar boa posição econômica, a partir de meios internos, para evitar fortes dependências externas. Além disso, deve-se acrescentar que o Iraque também precisava diversificar seu mercado. Um exemplo nesta diversificação do mercado iraquiano é a relação de interdependência estabelecida com o Brasil na passagem da década de 1970 para a década de 1980.

²⁵ “[ele] não se arriscaria permitindo que a oposição do seu governo pessoal se cristalizasse [e ainda agiria de modo a eliminar] todos aqueles de quem ele sentia que não haveria obediência inquestionável”. (TRIPP, 2007, p. 214, tradução nossa).

Curiosamente, houve uma reaproximação do Iraque com os Estados Unidos. O uso de armas químicas pelo Iraque no Irã, os massacres internos contra xiitas²⁶ e curdos, as acusações de terrorismo desapareceram (ou foram negligenciadas). Os Estados Unidos, como afirma Arraes (2004), bloquearam iniciativas condenatórias e, inclusive, patrocinaram ações contra navios e plataformas petrolíferas iranianas durante a década de 1980. Incentivou-se, ou ao menos, negligenciou-se, a existência de um programa de desenvolvimento de armas biológicas do país. Sendo assim, “[...] o Iraque, então apoiado entusiasticamente pelos Estados ocidentais, usou-o à vontade contra soldados e civis” (HOBSBAWM, 1997, p. 36, apud ARRAES, 2004, p. 16).

O conflito entre Irã e Iraque encerrou-se, oficialmente, em 1988. Não houve vitoriosos, senão dois países completamente arruinados. O Iraque, que havia sido apoiado pelos Estados Unidos, ambicionava, ao menos, o perdão de parte de suas dívidas e o auxílio em relação à sua reconstrução. Ainda, esperou o auxílio não apenas dos Estados Unidos, mas também, de acordo com Arraes (2004), da Arábia Saudita, do Kuwait e dos Emirados Árabes Unidos, uma vez que teria impedido o espraiamento dos ideais da revolução iraniana aos territórios vizinhos.

Saddam tinha plena consciência de que a finalização da Guerra com o Irã e a contenção das insurreições curdas e xiitas na década de 1980 não significariam o fim das afrontas a sua posição. Por isso, uma das medidas tomadas foi tentar manter (ou restaurar) a saúde econômica iraquiana. Buscou-se a colaboração da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) no que se referia aos preços do petróleo. Entretanto, a falta de correspondência dos vizinhos às expectativas iraquianas foi um tanto quanto frustrante. Deste modo, no início da década de 1990 o Iraque de Saddam Hussein transitou da barganha para imposição da linguagem da força. (TRIPP, 2007).

Assim, o Kuwait, mais uma vez, se tornou alvo: além das reclamações históricas quanto ao se pertencimento ao Iraque, sabe-se que, sua posse significaria aliviar a crise financeira interna e, concomitantemente, transformar o Iraque em um líder na exploração produção de petróleo.²⁷

²⁶ Em 1982 o Estado Iraquiano, por meio de Saddam Hussein, promoveu o massacre de 148 xiitas. Este episódio recebeu o nome de Caso Dujail e foi elencado, em dezembro de 2006, como um dos Crimes Contra a Humanidade cometidos por Saddam.

²⁷ “Kuwait itself was to be a commodity, which could either be retained through a puppet government or through annexation. [...] These would alleviate Iraq’s financial position, greatly enhance Saddam Hussain’s authority and establish Iraq as both the dominant power in the Gulf and a leader in the oil market”. (TRIPP, 2007, p. 242-243). Em tradução livre, “O Kuwait tinha tudo para ser uma mercadoria que poderia ser mantida através de um governo fantoche ou através de anexação. [...] Tratar-se-ia de aliviar a situação financeira do Iraque, aumentar consideravelmente a autoridade de Saddam Hussain e estabelecer o Iraque como tanto o poder dominante no Golfo

O Kuwait, durante a Primeira Guerra do Golfo (1980-88), financiou as ações do Iraque por meio de empréstimos consistentes. Ao final, de acordo com Oliveira (2009), o Iraque acumulou uma dívida aproximada de 10 bilhões de dólares. Associada à vontade de perdão da dívida, o Iraque alegou que os kuwaitianos haviam explorado massivamente o petróleo na região fronteira de ambos durante o conflito. Em julho de 1990, Saddam Hussein acusou, formalmente, o Kuwait de praticar a superexploração dos recursos petrolíferos, nos campos de Rumaila – localizado ao sul do Iraque, a cerca de 20 km do Kuwait – o que provocava uma queda nas cotações do produto no mercado e, por conseguinte, estagnava a economia iraquiana que já estava em crise.

Ademais do processo embrionário de um conflito econômico, deve-se lembrar de que o Iraque, desde a desintegração do Império Otomano, apresentava litígios fronteiriços com o território kuwaitiano; principalmente no que tange à posse dos portos de *Bubian* e *Uarba* (FIGURA 5), fontes de acessos alternativos ao Golfo Pérsico. Por isso, não obstante as sucessivas tentativas de mediação, em agosto de 1990, Saddam Hussein declarou que o Kuwait passava a fazer parte do Iraque, sendo assim sua 19ª província. (OLIVEIRA, 2009).

Através da retórica e da propaganda interna, a anexação foi justificada como um reparo à injustiça britânica formalizada em San Remo (1920) – na qual separou-se o Kuwait do Iraque. Entretanto, sabe-se que nas Relações Internacionais, principalmente quando se trata de atores menos imponentes, ações não são tomadas unilateralmente, e, quando são, promovem reação imediata de outros atores. Deste modo, a Liga Árabe e as Nações Unidas, encabeçada pelos Estados Unidos, condenaram as ações de Saddam e impuseram embargos de modo a fazer a situação retroceder.

Dada a resistência do governo de Saddam Hussein, e, fundamentando-se no capítulo VII da Carta das Nações Unidas, autorizou-se, em 1991, o uso da força contra o Iraque para restaurar a soberania do Kuwait. Assim, a estratégia de Saddam, de ascensão como potência regional, deixou de existir e, imediatamente, passou-se a uma retirada que garantisse a sobrevivência do

e um líder no mercado de petróleo.” (TRIPP, 2007, p. 242-243). Além disso, “Kuwait's overall production in 1989, an average of 1.8 million barrels a day, exceeded its OPEC quota by 700,000 barrels. The Kuwaiti Government's hope was to force Mr. Hussein to the bargaining table, and then extract from him a border truce that included Rumaila drilling rights, as well as a non-aggression pact. Instead, Iraqi troops invaded Kuwait and drove its ruling family into exile” (HAYES, 1990, p. 1). Além disso “A produção total da Kuwait em 1989, uma média de 1,8 milhões de barris por dia, superou a sua quota da OPEP em 700.000 barris. A esperança do Governo do Kuwait era forçar o Sr. Hussein à mesa de negociações, e depois extrair dele uma trégua fronteira que incluía direitos de perfuração de Rumaila, assim como um pacto de não-agressão. Em vez disso, as tropas iraquianas invadiram o Kuwait e levaram sua família governante para o exílio” (HAYES, 1990, p. 1, tradução nossa).

país. Por isso, diz-se que a Guerra do Golfo se deu através de reações inesperadas: de um lado, os Estados Unidos não acreditavam que o Iraque cumpriria suas ameaças e, de outro, o Iraque acreditava que a anexação do Kuwait era justa e não esperava que os Estados Unidos agiriam, militarmente, a favor dos kuwaitianos.

Figura 5 – Bubian e Uarba



Fonte: CCIAP

Sendo assim, após a investida estadunidense, o Iraque se retirou do território kuwaitiano. Além disso, de modo a amenizar a desestruturação de suas bases, o governo se viu obrigado a reconhecer a soberania do Kuwait, em 1994. Ainda, teve que negociar a venda de petróleo em troca de produtos de subsistência, numa estratégia “oil for food”²⁸. (TRIPP, 2007). Isso porque,

[...] se veria preso a sanções de toda ordem, que só seriam suspensas se houvesse a constatação da eliminação total dos programas de armas químicas, biológicas, nucleares, o desmantelamento de mísseis de longo alcance e o pagamento de indenizações de guerra. Só anos depois [1995], autorizar-se-ia a troca de petróleo por remédios e alimentos, não se permitindo a importação de produtos químicos, laboratórios, geradores de energia, equipamentos de comunicação, ambulâncias e até lápis - por causa do grafite, que poderia ter emprego militar. Da comercialização, um terço seria extraído para o pagamento das indenizações. (ARRAES, 2004. p. 18).

²⁸ “petróleo por comida” (tradução nossa)

Acredita-se que a intervenção no Iraque, através da Operação Tempestade no Deserto, escondia intenções mais profundas. A hipótese sustentada por Arraes (2004) e outros analistas é de que as intenções dos Estados Unidos eram, majoritariamente, apagar as más memórias da Guerra do Vietnã; deixar claro aos demais países quão custoso é desafiar as diretrizes estadunidenses; e, concomitantemente, manter o *status quo* da região de modo a proteger seus interesses petrolíferos.

Se de um lado Saddam Hussein conseguiu manter seu regime intacto após 1991, de outro, teve que administrar um país diretamente afetado por embargos promovidos pelas Nações Unidas. Além disso, teve que lidar com a hostilidades, como as que podem ser evidenciadas nas operações empreendidas pelos Estados Unidos²⁹. Assim, até 2003, viveram-se 13 anos de violação da soberania do Iraque através da imposição de embargos e de resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) que autorizavam medidas mais extremas.

Destarte análises de autores como Tripp (2007) e Demant (2004) que vislumbram o ano de 2003, a Guerra Global ao Terror (GGT) e a derrubada de Saddam Hussein como uma possibilidade de recomeço para o Iraque, na qual a democracia finalmente teria a oportunidade de adentrar na vida de uma população oprimida pelo sectarismo; sustenta-se, neste trabalho, que o Iraque, além de ser um Estado artificial, criado no início do século XX sob os auspícios de grandes potências, se viu cada vez mais cercado pelo concerto dos vencedores no cenário Internacional. E que, para isso, gerou-se nele, a partir de 1990, a insegurança como chave para a busca da estabilidade da hegemonia dos Estados Unidos.

A partir de 1990, tem-se no cenário internacional uma mudança conjuntural importante: o fim da Guerra Fria. Os Estados Unidos, que saíram como vencedores, anunciaram uma era de liberdade, de democracia e de paz. Tratar-se-ia de uma Nova Ordem Mundial, onde triunfariam o bem e o equilíbrio geral. Entretanto, notou-se o contrário. O país que se colocou como interlocutor da manutenção do bem-geral, nitidamente, tem disfarçado – em seus discursos e nas justificativas de suas ações – interesses mais profundos de modo a manter sua hegemonia (militar, econômica e política) inconteste.

Sendo assim, acredita-se que, por detrás do discurso de expansão da liberdade e da democracia ao Iraque, objetivos mais pragmáticos – como o controle de uma região geopoliticamente relevante e rica em petróleo – foram o real motor da Guerra do Golfo – mesmo

²⁹ Além da Operação Tempestade no Deserto, houve também a Operação Desert Fox, em 1998, e a Operação Liberdade Iraquiana, em 2003 – tais Operações serão analisadas no quarto capítulo.

tendo esta seguido um padrão legal – e da Guerra Global ao Terror – que se auto justificou com os atentados de 11 de Setembro de 2001. Além disso, concebe-se a ideia de que o intervalo até as ações da Guerra Global ao Terror não compreendeu um vácuo na história iraquiana – senão um agravante que influi em sua situação atual – e muito menos um vácuo nos interesses estadunidenses, que tiveram continuidade de uma guerra para a outra.

Entende-se que as intervenções no Iraque foram constantes desde 1990, mas que a completa exclusão de Saddam Hussein do Iraque não foi totalmente favorecida pela conjuntura internacional. Deste modo, o 11 de Setembro é encarado como evento crucial para a concretização dos anseios estadunidenses. Tratar-se-ia de uma guerra sustentada por múltiplos conflitos levados a cabo como justos e inadiáveis.

Elencados os principais pontos da história iraquiana, é pertinente agora compreender como o país adentrou na esfera de interesses dos Estados Unidos. Entende-se que historicamente, o Iraque, além de ser um Estado artificial criado no início do século XX sob os auspícios de grandes potências, se viu cada vez mais cercado pelo concerto dos vencedores no cenário Internacional. Assim, com a consumação da Segunda Guerra do Golfo (1991), com a imposição de sanções e com a consumação da GGT (em 2003), além de não conseguirem estabelecer no Iraque a segurança e novas instituições funcionais, os Estados Unidos foram alvo de críticas internacionais em decorrência dos meios utilizados para intervir.

Para melhor delinear como se deu esse processo de intersecção entre a história iraquiana e os interesses estadunidenses, o próximo capítulo tratará dos traços gerais da política externa estadunidense, bem como da manifestação expressa dos Estados Unidos sobre seus interesses no Oriente Médio, a partir de doutrinas presidenciais que sucedem a Guerra Fria e adentram nos anos 1990.

3 LINHAS GERAIS DA POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE

De acordo com Pecequillo (2003), para entender a política externa estadunidense é necessário, antes de qualquer coisa, observar recortes temporais específicos em sua história. Partindo de 1776 (ano de sua independência) a 1945 (final Segunda Guerra Mundial), presencia-se um período de formação e consolidação de um perfil social, econômico e político nacional; de 1947 a 1989, percebe-se a ascensão da atuação estadunidense no cenário internacional; e de 1990 até hoje, tem-se um período em que suas estratégias internacionais se encontram um tanto obscurecidas, visto que os pesos e medidas dispensados a cada região e a cada Estado são distintos.

Logo após a Primeira Guerra Mundial, a preponderância econômica dos Estados Unidos, bem como sua relevância na condução do concerto internacional eram evidentes. Somando tais fatores à sua supremacia regional já consolidada, vislumbrava-se a abertura de caminhos para uma postura mais incisiva no meio internacional. Entretanto, neste momento, a opção pelo isolacionismo, em detrimento do intervencionismo, predominou. Os Estados Unidos, que haviam adquirido bases suficientes para se tornarem o novo centro financeiro global – no lugar da Grã-Bretanha – (ARRIGHI, 1995) evitavam, ao menos por enquanto, assumir a posição de liderança política e militar.

Foi apenas na década de 1940, em princípios da Guerra Fria, que os Estados Unidos passaram a ter maior projeção no cenário internacional. Neste período, afastaram-se marcadamente da orientação isolacionista/regionalista – em que predominavam a integridade e a preservação do território nacional – e se lançaram no cenário internacional sob o discurso de propagação do seu “Destino Manifesto”.

Sendo assim, visavam o compartilhamento do progresso por meio da liberdade, do incentivo à autonomia e da defesa da democracia. No entanto, paralelamente ao que era enunciado, apontava-se para o início de uma ação unilateral e pragmática. Abandonava-se o discurso de “América (América Latina) para os americanos (EUA)”, presente na Doutrina Monroe, e passava-se, deste modo, à atuação de um *Global Player*.

Logo, a posição de *hegemon* no Sistema Internacional trouxe consigo uma série de requisitos. Entre eles: a manutenção do poder econômico, do poder político e do poder militar. Pode-se dizer que esta tríade encontrava – e ainda busca encontrar – seu sustentáculo na

influência que os Estados Unidos possuem no meio internacional, simultaneamente à autoridade preservada internamente, seja pelo seu *soft power* ou pela imposição do *hard power*.

Os Governos de George Bush (1989-1993), Bill Clinton (1993-2001) e George Bush (filho – 2001-2009)³⁰ presenciaram um período de transição e adaptação da Guerra Fria para a Nova Ordem Mundial. Esta seria a terceira fase de sua Política Externa, de acordo com Pecequillo (2003). Contudo, se durante a Guerra Fria a contenção do comunismo era entendida como imprescindível para a garantia da universalidade estadunidense, com a desintegração da URSS e a reafirmação do século americano, não se entendeu que a universalidade estava assegurada. Muito pelo contrário, ela havia de ser mantida a qualquer custo.

Assim, mesmo encerrada a Guerra Fria, os gastos militares não foram reduzidos, senão identificaram-se novas ameaças. Tais ameaças não possuíam o caráter territorial e soberano soviético, eram imensuráveis, mas consideradas pelo governo estadunidense tão perigosas quanto o comunismo. O perigo verde (fundamentalismo islâmico) substituiu o mal vermelho (comunista); o terrorismo transnacional, as armas de destruição em massa (ADMs), o narcotráfico internacional e os desastres ambientais também são identificados e devem ser combatidos (BANDEIRA, 2009).

Para entender tamanhas transformações é necessário, em primeiro lugar, abordar como se formularam historicamente as linhas gerais da Política Externa dos Estados Unidos. Para tanto, serão abordadas algumas crenças, ideais e particularidades que permeiam a trajetória dos Estados Unidos desde o seu estabelecimento como Estado-nação, em 1776. A partir disso, serão levantados alguns traços gerais de doutrinas presidenciais que se manifestaram expressamente em relação ao Oriente Médio, marcadamente após a Guerra Fria.

3.1 Crenças e ideais: o destino manifesto de uma missão civilizatória

Os Estados Unidos apresentam uma postura excepcionalista. Isto porque, por serem fruto do colonialismo e por, posteriormente, tornarem-se uma nação que nasceu a partir da Revolução, a crença na extraordinariedade está arraigada em sua história. Por isso,

O passado é um guia que nos permite compreender o presente e projetar o futuro, levando-nos a um exercício complexo de repensamento sobre os significados e as

³⁰ O Governo Obama não é incluído porque neste trabalho o recorte temporal estende-se apenas até 2003.

motivações fundamentais das relações internacionais dos Estados Unidos. Mais especificamente, o passado é um patamar a partir do qual podemos refletir sobre a real natureza desse país e os caminhos que escolheu para si mesmo no mundo, de acordo não somente com seus interesses, mas em resposta às demandas de seus valores e de seu espírito como nação. (PECEQUILO, 2003, p. 33).

Apesar de várias transformações no Sistema Internacional e de vários choques conjunturais, notavelmente os Estados Unidos permaneceram com vários de seus interesses e crenças inviolados: a manutenção de sua integridade (consolidação e preservação de seu território e população); a ampliação da noção de segurança (a partir do interesse nacional); e a oscilação entre o realismo e o idealismo em suas ações (PECEQUILO, 2003).

Deve-se ter em mente que os Estados Unidos de 1776 se formaram a partir da vinda de puritanos provenientes majoritariamente da Inglaterra que, originalmente, cultivavam a crença de que a Inglaterra seria a “Nova Israel” e que eles eram o povo escolhido. Com sua vinda – majoritariamente forçada – para os Estados Unidos, tal crença alterou-se. Como demonstra Judis (2005), “[...] after the collapse of Oliver Cromwell’s revolution in 1658, however, they transferred their hopes to Puritan New England”³¹ (p. 3). A glória, a partir de então, passaria a residir no novo mundo, na América... nos Estados Unidos. Sendo assim, os Estados Unidos se viriam incumbidos de defender não apenas a liberdade civil, mas também de se libertar das correntes da tirania do Velho Mundo Católico (JUDIS, 2005, p. 3).

A Constituição de 1776 – que permanece até hoje – apresenta, já em seu preâmbulo, princípios considerados universais e que proclamam pela autonomia, liberdade e democracia.

We the People of the United States, in Order to form a more perfect Union, establish Justice, insure domestic Tranquility, provide for the common defense, promote the general Welfare, and secure the Blessings of Liberty to ourselves and our Posterity, do ordain and establish this Constitution for the United States of America.³²
(CONSTITUTION OF THE UNITED STATES, 1776).

Certamente, tal postura beneficiou-se de outros fatores como a localização geográfica privilegiada – distante das turbulências do Velho Mundo europeu. Além disso, como demonstram Augelli e Murphy (1989), os Estados Unidos são um país cujos negócios internacionais (marcadamente o comércio) se tornaram relevantes apenas no último século. Isso

³¹ “[...] após o colapso da Revolução de 1658 de Oliver Cromwell, entretanto, eles transferiram suas esperanças para a Nova Inglaterra Puritana”. (JUDIS, 2005, p. 3, tradução nossa).

³² “Nós, o Povo dos Estados Unidos, a fim de formar uma União mais perfeita, estabelecer a Justiça, assegurar a Tranquilidade doméstica, prover a defesa comum, promover o Bem-Estar geral, e garantir para nós e para a posteridade os Benefícios da Liberdade, promulgamos e estabelecemos esta Constituição para os Estados Unidos da América”. (CONSTITUTION OF THE UNITED STATES, 1776, tradução nossa).

porque, em sua primeira fase histórica, concentraram-se na formulação da coesão interna. Tais fatores privaram/preservaram os Estados Unidos de se desgastarem com longos e contínuos conflitos.

Conforme um quadro elaborado por Judis (2005, p.4), no período Colonial, os Estados Unidos tinham como missão a milenialidade, ou seja, a confirmação de que esta nova terra – e este novo povo – eram escolhidos por Deus para o cumprimento de sua vontade até o fim dos tempos e, para isso, dever-se-ia conter e/ou eliminar as raízes do catolicismo, da aristocracia e da monarquia do velho mundo; no período Revolucionário, que vai de 1776 a 1815, surge a visão de ente soberano, encarregado de, concomitantemente, combater a tirania do velho mundo, e construir novos alicerces para a liberdade; de 1815 a 1848, tem-se o que o autor chama de Destino Manifesto, cuja missão era levar adiante a civilização cristã e combater os selvagens (nativos); de 1898 a 1913, tem-se a América Imperial e continua-se com a missão de Civilização Cristã de modo a derrotar os “bárbaros” nativos; de 1914 a 1919, destaca-se o internacionalismo wilsoniano, cuja missão era promover a democracia global a partir da derrota da autocracia e do imperialismo; de 1946 a 1989, tem-se a era do mundo livre, cujo impeditivo a ser eliminado era o comunismo; e de 2001 em diante, tem-se o que o autor chama de era Bush do neoconservadorismo, cujo objetivo é o espriamento da liberdade a partir do combate do islamismo radical e do terrorismo internacional.

Por isso, pode-se dizer que permeiam as ações estadunidenses a crença na Divina Providência, no Destino Manifesto, na Missão Civilizatória e na possibilidade de prosperidade e de propagação da liberdade. Assim, como afirma Glazier (2011), quando se crê na Divina Providência, deixa-se guiar, divinamente, todos os aspectos da vida – incluindo decisões políticas de alto escalão – dada a crença em um propósito maior e na predisposição para sua ocorrência. Para sustentar tal ideia, no âmbito da política externa, são notáveis discursos presidenciais, como os de Reagan e George W. Bush, e a evocação do “God’s Will” e do “God bless us all” de modo a legitimar as ações anunciadas. Assim sendo, por trás deste país de um “povo escolhido com uma missão”, percebe-se a intenção de estabelecer uma ordem distinta que exige sacrifícios alheios em prol de um propósito maior. E, por isso, sacralizaram-se, paulatinamente, modelos seculares, como o da democracia. (FONSECA, 2007).

A crença no Destino Manifesto, por sua vez, foi difundida por um texto do colunista John O’Sullivan, de 1839. Nele, reforçam-se as ideias de excepcionalismo estadunidense a partir das bases de igualdade, progresso, moral e liberdade. O fardo (ou destino) dos Estados

Unidos, seria o de ajudar nações oprimidas, mostrar-lhes o que são os direitos dos quais são dignos. Mantém-se o discurso religioso, no qual a providência os acompanharia,

Yes, we are the nation of progress, of individual freedom, of universal enfranchisement. Equality of rights is the cynosure of our union of States, the grand exemplar of correlative equality of individuals; and while truth sheds its effulgence, we cannot retrograde, without dissolving the one and subverting the other. We must onward to the fulfilment of our mission [...] freedom of conscience, freedom of person, freedom of trade and business pursuits, universality of freedom and equality. This is our high destiny [...] Who, then, can doubt that our country is destined to be the great nation of futurity?³³ (O’SULLIVAN, 1839, s.p.).

Inicialmente concebido de modo a legitimar os intentos expansionistas dos Estados Unidos do século XIX e, concomitantemente, levar a democracia e a uma política de portas abertas para os migrantes europeus (CEASER, 2012), os ideais do Destino Manifesto iam mais adiante. Tratava-se, nas palavras de Domingues (2009), de uma justificativa ahistórica a quaisquer que fossem (sejam) as finalidades territoriais ou políticas estadunidenses.

Certamente, o conceito de civilização³⁴ pressupõe a existência do outro que é bárbaro. Por isso, tal definição não se despe de valores autocentrados e preconceituosos. Mesmo assim, para os Estados Unidos, a missão civilizatória seria outro caminho a ser trilhado. Os primeiros alvos eram os nativos do território colonizado; com a América para Americanos, os latinos; durante a Guerra Fria, os seguidores do comunismo; e, no Pós-Guerra Fria, o perigo verde, o terrorismo e as ADMs.

As ideias de ascensão econômica e de projeção de liberdade, também ocuparam lugar especial no desenvolvimento histórico dos Estados Unidos. Demonstra-se um misto de ideais liberais e de diretrizes religiosas distintas daquelas do catolicismo do velho mundo que consideravam a usura como um pecado condenável. Isto porque, conforme Kiernan (2009), os estadunidenses preparavam-se para a grandeza não apenas no plano posterior, após o milênio, mas também neste plano, e financeiramente: enriquecer era um objetivo.

No período de Guerra Fria, ou seja, quando Estados Unidos redimensionaram seu escopo de atuação e aderiram a uma postura internacional mais ativa, seus ideais e crenças

³³ “Sim, nós somos a nação do progresso, da liberdade individual, da emancipação universal. Igualdade de direitos é o centro de atração de nossa união de Estados, o grande exemplar da igualdade correlativa dos indivíduos; e enquanto a verdade verte seu esplendor, não podemos retroceder sem dissolver o um e subverter o outro. Devemos seguir em frente para o cumprimento de nossa missão [...] a liberdade de consciência, a liberdade pessoal, à liberdade de atividades de comércio e negócios, a universalidade da liberdade e da igualdade. Este é o nosso maior destino [...] Quem, então, pode duvidar de que o nosso país está destinado a ser a grande nação de futuro?” (O’SULLIVAN, 1839, s.p., tradução nossa).

³⁴ De acordo com o dicionário Priberam, o conceito de civilizar significa “tirar do estado de barbárie”.

mantiveram sua essência, adaptaram-se à nova conjuntura e passaram a ter a oportunidade de atingir territórios e povos de distintas partes do globo. Assim sendo, com a projeção do inimigo comunista, utilizou-se da política de contenção e de garantia de seus princípios universais de modo a traduzir os interesses internos frente as oportunidades oferecidas externamente. Tratar-se-ia de uma justificativa cínica e egoísta que subsidiaria a expansão do poder estadunidense (AUGELLI; MURPHY, 1989).

Já no período pós-Guerra Fria, destarte as transformações da ordem vigente, os ideais inculcados em suas ações e discursos permaneceram, quais sejam, a manutenção do interesse nacional e o destino manifesto de combater o mal – agora figurados pelas ameaças transnacionais.

Há uma tendência constante de rejeição das abordagens mais tradicionais de poder e uma preferência por justificativas moralistas, mesmo que isso seja contraditório ou questionável em relação a seus métodos e objetivos [...] Por serem fieis aos seus princípios e valores, a sua verdadeira identidade nacional, os Estados Unidos agem no sistema internacional a fim de disseminar os ideais da democracia e da liberdade e não para perseguir interesses de poder. Dessa forma, mesmo iniciativas expansionistas, imperialistas e intervencionistas, visando muitas vezes interesses concretos e bastante específicos, como a conquista de mercados ou o controle de territórios, acabam sendo apresentadas como um direito e um dever de ação em todas as épocas e circunstâncias. (PECEQUILO, 2003, p. 33).

Como assinalam Augelli e Murphy (1989), a ideologia, na política externa, tem o papel de conduzir o papel dos *policy makers*, que constituem uma elite restrita, de modo a legitimar, frente à opinião pública, suas decisões. A lógica da Fé e da Missão Civilizatória continua sendo utilizada não apenas internamente, como modo de doutrinar nacionais dos Estados Unidos, mas em distintas regiões do mundo. Deste modo, cria-se um processo de retroalimentação, onde valores e crenças coletivas adaptam-se as novas conjunturas, mas não abandonam sua essência.

3.2 A Política Externa dos Estados Unidos para o Oriente Médio

Percebe-se, a partir das proposições de Pinto (2003), que, após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se fizeram presentes *de facto* no Oriente Médio, devido a três motivos basilares: o controle do Golfo Pérsico; a implantação e defesa do Estado de Israel (em 1948); e, a criação de um sistema sócio-político regional favorável à orientação estadunidense.

Deste modo, a questão petrolífera e o pró-ocidentalismo – como mecanismo de contenção do perigo soviético – direcionaram a atuação internacional estadunidense nas décadas seguintes.

Como pode ser analisado no *U.S. Department of State (Office of the Historian)* as Doutrinas Truman (1945-1953), Eisenhower (1953-1961), Kennedy (1961-1963), Johnson (1963-1969), Nixon (1969-1974), Ford (1974-1977), Carter (1977-1981) e Reagan (1981-1989) se posicionaram expressamente em relação ao Golfo Pérsico, ao conflito israelo-palestino – financiando e defendendo por vezes Israel – e às alianças estabelecidas na região – algumas duradouras e outras momentâneas – com os soviéticos.

Sendo assim, as fronteiras estadunidenses foram, paulatinamente, estendidas ao Oriente Médio; extensão essa feita por meio de acordos bilaterais, como o Pacto Anticomunista de Bagdá, de 1955, ou por meio de “fabulosas oportunidades de investimentos em sectores importantes, como as obras de construção e de engenharia, e a venda de armas”. (PINTO, 2003, p. 64.). Isto porque, em um contexto de reconstrução econômica e política no pós-Segunda Grande Guerra, o acesso aos recursos petrolíferos, abundantes no Oriente Médio, se fazia necessário.

Durante a administração Truman (1945-1953), a atuação estadunidense delineou-se a partir de seu posicionamento favorável à criação de um lar judaico em territórios palestinos. Sendo assim, a Declaração Balfour³⁵ de 1917, empreendida pelo *hegemon* precedente (a Grã Bretanha), foi cumprida pela nova superpotência. Paralelamente, o presidente Truman, para manter a política de contenção e proteger o acesso aos recursos petrolíferos iranianos, estabeleceu relações com o Irã de Mohammed Reza. Além disso, como exprime em sua doutrina, investiu na proteção da Turquia (e na sua participação na Otan), visto que sua integridade era imprescindível para a preservação do Oriente Médio. (TRUMAN, 1947, s.p.).

Posteriormente, com Eisenhower (1953-1961), os Estados Unidos, após a Guerra árabe-israelense (1948-1949), apoiaram o Estado de Israel com vistas a manter sua estabilidade e segurança. Assim, como demonstra Pinto (2003) contribuíram de modo a lançar as bases para a permanência definitiva do novo Estado na região. Ainda neste governo, outro evento

³⁵ “His Majesty’s Government view with favour the establishment in Palestine of a national home for the Jewish people, and will use their best endeavours to facilitate the achievement of this object, it being clearly understood that nothing shall be done which may prejudice the civil and religious rights of existing non-Jewish communities in Palestine, or the rights and political status enjoyed by Jews in any other country.” (BALFOUR DECLARATION) Em tradução livre: “O governo de Sua Majestade encara de maneira favorável o estabelecimento de um Lar Nacional para o Povo Judeu na Palestina, e empregará todos os seus esforços de modo facilitar a realização desse objetivo, entendendo claramente que nada será feito que possa atentar contra os direitos civis e religiosos das coletividades não-judaicas existentes na Palestina, nem contra os direitos e o estatuto político de que gozam os judeus em qualquer outro país.” (BALFOUR DECLARATION, tradução nossa).

importante que pautou a ação estadunidense no Oriente Médio foi a Guerra de Suez³⁶, em 1956. Neste evento, o então presidente Eisenhower condenou a atuação israelense. Isto porque interesses maiores estavam envolvidos: uma ofensiva israelense no Egito – sob o governo de Nasser³⁷ – poderia prejudicar a política de contenção, uma vez que a União Soviética poderia se envolver no conflito.

Durante a administração Kennedy (1961-1963) investiu-se em uma diplomacia dual: de um lado houve esforços para que Nasser, presidente do Egito, se posicionasse de acordo com os interesses estadunidenses, de outro, Israel não foi deixado de lado. Entretanto, os esforços para com o Egito não surtiram os efeitos esperados, mas, por outro lado, os laços com Israel fortaleceram-se.

O governo Johnson (1963-1969) envolveu-se primordialmente com a Guerra do Vietnã e, conseqüentemente, não tinha no Oriente Médio pauta prioritária de sua agenda externa. Mesmo assim, como demonstra Pinto (2003) a cooperação militar com Israel, a partir do fornecimento de armamentos, manteve-se. Foi apenas em 1967, a partir da Guerra dos Seis Dias³⁸, que o Oriente Médio ganhou maior atenção do governo. Os Estados Unidos, apoiadores das ações israelenses, passaram, então, a serem vistos como potência imperialista na região. (PINTO, 2003, p. 77). Apenas com ameaças soviéticas de intervenção militar na região, os Estados Unidos que priorizavam a política de contenção e compeliram Israel a aderir a um cessar fogo no mesmo ano.

Durante as administrações de Nixon (1969-1974) e de Ford (1974-1977) a instabilidade permeava o Oriente Médio, muito em conta da Guerra dos Seis Dias que, apesar de seu cessar fogo, provocou perdas territoriais para o Egito, Cisjordânia e Síria. Deste modo, em 1973, estourou a Guerra do *Yom Kippur*³⁹. A inação (ou negligência dos Estados Unidos) fizeram com que as lideranças petrolíferas do Oriente Médio impusessem um embargo que afetou

³⁶ A crise de Suez estourou em 1956 quando, a partir da nacionalização do Canal de Suez – feita por Nasser – Israel, França e Grã-Bretanha intervieram militarmente.

³⁷ O governo de Gamal Abdel Nasser teve início 1954, com a deposição do Rei Faruk, e perdurou até 1970. Em linhas gerais foi, notavelmente, marcado por projetos nacionalistas, com viés socialista e, paralelamente, pelo panarabismo sob a órbita de influência soviética.

³⁸ Nessa Guerra, Israel ocupou a Faixa de Gaza e avançou sobre os territórios do Egito, anexando a península de Sinai, da Cisjordânia e da Síria, anexando as colinas de Golã. Israel continuaria avançando se os Estados Unidos, temerosos de uma intervenção militar soviética, não os tivessem impelido a declarar cessar fogo em outubro do mesmo ano.

³⁹ A Guerra do *Yom Kippur* (dia do perdão judaico) se deu muito em decorrência da Guerra dos Seis dias. O Egito, a Síria e Cisjordânia atacaram Israel de modo a recuperar os territórios perdidos em 1967, ou seja, a Península do Sinai, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e as Colinas de Golã. Ao final, destarte a imposição do cessar-fogo a partir da intervenção dos Estados Unidos, URSS e ONU, pode-se dizer que Israel saiu como vitorioso, visto que, além militarmente superior aos outros exércitos, não devolveu os territórios exigidos.

diretamente as contas do ocidente. Deste modo, no governo Nixon o Oriente Médio se tornou pauta prioritária. Kissinger, então secretário de Estado, lidou com as instabilidades na região à luz da divisão ideológica da Guerra Fria (PINTO, 2003, p. 82). Para isso, propagou a ideia de que era necessário “[...] constituir uma plataforma para o potencial aumento de influência americana no mundo árabe, para enfraquecer o ascendente soviético e para reduzir a possibilidade de um conflito no mundo árabe que envolvesse as superpotências.” (PINTO, 2003, p. 82).

No final da década de 1970, o governo Carter (1977-1981) apresentava claras afinidades com Israel – tal como os governos precedentes. Deste modo, recusava-se a negociar o conflito israelo-palestino. Além disso, via na URSS um parceiro potencial nos esforços de paz para região. Em seu governo são levados a cabo os acordos de *Camp David*, em 1978, e o Tratado de Paz entre Egito e Israel, em 1979. Neles incluíam-se grandes ajudas financeiras dos Estados Unidos para o Egito e para Israel. Além disso, a Península de Sinai, anexada por Israel em 1967, retornaria ao Egito. Como demonstra Pinto (2003), em tese, há a resolução de parte de um grande conflito, mas na verdade, mantinha-se intacta a posição de Israel.

Há, deste modo, uma maior penetração estadunidense nos negócios do Oriente Médio que foi facilitada, como destaca Pinto (2003), com a erosão da imagem soviética, particularmente com a passagem do Egito para a esfera de influência dos Estados Unidos e, concomitantemente, com a manifestação desta como um ente imperialista a partir da invasão do Afeganistão, na virada da década de 1970 para a de 1980.

Em sequência, durante o governo Reagan (1981-1989), o conflito israelo-árabe, como demonstra Pinto (2003) não ocupou lugar principal na agenda governamental. Isso porque a invasão soviética ao Afeganistão, em 1979, a Revolução Iraniana do mesmo ano e a concomitante eclosão da Primeira Guerra do Golfo (de 1980 a 1988) – entre o Irã do Aiatolá Khomeini e o Iraque de Saddam – demandavam atenção especial estadunidense. Nesse momento, os Estados Unidos providenciam ao Iraque “[...] logistical and intelligence support, believing, wrongly, that Saddam could destabilize the Iranian regime and defeat the Islamic Revolution”⁴⁰ (TRISTAM, s.d., s.p.).

Posteriormente, em um contexto de finalização da Guerra Fria e a eliminação do inimigo soviético, ao longo da administração Bush (1989-1993), as atenções voltaram-se, com mais

⁴⁰ “[...] logístico e apoio de inteligência, acreditando, erroneamente, que Saddam poderia desestabilizar o regime iraniano e derrotar a Revolução Islâmica” (TRISTAM, s.d., s.p., tradução nossa).

força, aos perigos transnacionais e as ADMs. Esses atores, de acordo com Nye (2009), representariam os novos desafios transnacionais à segurança. Além disso, com a invasão ao Kuwait empreendida pelo Iraque, os Estados Unidos levaram a cabo a Operação Tempestade no Deserto, em 1991, de modo a restaurar a soberania kuwaitiana e, simultaneamente, impor ao seu antigo aliado, o Iraque, sanções políticas e econômicas.

Portanto, a partir desse período pós-Guerra Fria a estratégia de segurança nacional estadunidense passou a ser pautada no combate ao perigo verde, possível empreendedor do terrorismo internacional e da proliferação de ADMs. No que tange ao contencioso israelo-palestino, a administração Bush não conseguiu avançar significativamente, destarte as negociações realizadas na Conferência Internacional de Madrid, em 1991.

A partir de uma análise menos pontual, poder-se-ia aventar a possibilidade de que na administração dos Estados Unidos que se seguiu sob a presidência de William (Bill) Clinton (1993-2001), as atenções voltadas ao Oriente Médio foram quase nulas. Certamente porque a atenção dispensada aos Bálcãs foi mais enfática. Entretanto, apesar de sua postura aparentemente inercial, no que tange ao Iraque, ofensivas militares foram levadas a cabo, como a *Operation Desert Fox*, em 1998. O objetivo da operação era minar a posição de Saddam Hussein e a produção de ADMs. Além disso, a *Operation Desert Fox* também visava conter o Irã. Tratava-se, como define Pinto (2003), de uma política de dupla contenção.

A esta altura, era esperado que, com o fim da política de contenção da URSS e com a finalização da ofensiva no Kuwait, o processo de desmilitarização estivesse em suas fases finais. Entretanto, o *lobby* das indústrias armamentistas alegava que um processo acelerado de desmilitarização provocaria um aprofundamento dos problemas econômicos do país, aumentando o número de desempregos e afetando a dinâmica do *sunbelt*⁴¹. Isso porque, conforme assinala Bandeira (2009), no período de rivalidade com a URSS, os Estados Unidos investiram na indústria de defesa, o que sustentou a prosperidade de diversas empresas privadas e empregou cerca de 7 milhões de trabalhadores.

Assim, com a administração Clinton (1993-2001), entende-se que a segurança dos Estados Unidos estava intrinsecamente ligada aos acontecimentos internacionais e, ao mesmo tempo, dela dependia o desenvolvimento econômico do país. Desse modo, a economia apenas se manteria se o engajamento estadunidense nos negócios internacionais fosse conservado.

⁴¹ O *sunbelt*, Texas, Missouri, Flórida, Maryland e Virgínia, constituem a região dos Estados Unidos que possui significativas indústrias especializadas em armamentos com tecnologia intensiva de capital. À época da Guerra Fria, constituía um centro de gravidade econômico vital. (BANDEIRA, 29, p. 511).

Neste mesmo governo, empreenderam-se as negociações entre Israel e Palestina por meio dos acordos de Oslo I (1993) e II (1995), que como Finkelstein (2005) defende, reforçaram uma lógica de Poliana, na qual, para os Palestinos, qualquer tipo de mudança em sua atual realidade “[...] ser[ia] forçosamente melhor [...] Mas o fato é que a nova realidade muito provavelmente propiciar[ia] o aumento do controle israelense sobre palestinos” (p. 289).

Já a atuação do governo de George W. Bush (Filho) no Oriente Médio delineou-se principalmente após os ataques ocorridos no World Trade Center, em 11 de setembro de 2001. Após esse episódio o mundo árabe/islâmico passou a ser visto, com mais intensidade, como um lar terrorista, e tornou-se alvos de intensas intervenções, principalmente nos países da região que foram enquadrados no denominado “Eixo do Mal”: Iraque e Irã⁴². (BUSH, 2002, s.p.)

Sendo assim, percebe-se que, no tocante às políticas para o Oriente Médio, as administrações estadunidenses que se seguiram após 1948 mantiveram o compromisso de manter a sobrevivência e a segurança do Estado israelense e, concomitantemente, eliminar (em discurso) ou fomentar (vide suas ações) a rivalidade árabe-israelense.

Certamente os pesos e medidas dispensadas as duas partes têm sido, historicamente, desiguais. Todos os esforços que os Estados Unidos dizem, até então ter feito, de modo a amenizar os atritos entre os países árabes e Israel – como em 1967, na Guerra dos Seis Dias, nos acordos de Camp David, ou nas mediações de Oslo I e II – nitidamente dispensam a parte israelense de punições proporcionais as suas ações. (SAID, 2004).

De um lado, alega-se que Estados Unidos e Israel identificam-se ideológica e historicamente, afinal, seriam dois países originados a partir do esforço de forasteiros dispostos a reconstruir suas vidas em um meio hostil. (PINTO, 2003, p. 70). De outro, a importância geopolítica israelense, para os Estados Unidos, na região é inegável. Para sustentar tais relações, entretanto, é necessário muito mais que intenções. Sendo assim, há o beneficiamento mútuo nas esferas econômica e militar, bem como através da atuação do *lobby* pró-Israel no Congresso estadunidense. (MEARSHEIMER; WALT, 2006).

⁴² Assim como o Irã e o Iraque, a Coreia do Norte também é elencada como um país que ameaçava a ordem internacional a partir da produção do terror e do desenvolvimento de armas de destruição em massa (ADM). (ADM).

3.2.1. O Golfo Pérsico, o petróleo e o interesse Estadunidense

No que tange ao controle do Golfo Pérsico, a gestão dos recursos petrolíferos certamente sempre foi primordial. Isto porque, historicamente, potências como a Inglaterra do início do século XX se valiam da produção de petróleo da região para dinamizar seu desenvolvimento econômico. De modo análogo, para os Estados Unidos do pós-Segunda Guerra, a manutenção de sua hegemonia econômica dependia, entre outros fatores, da associação entre o governo e grandes empresas, pois isso facilitava a expansão de seus interesses para esses territórios longínquos.

Assim, o controle do Petróleo fazia parte de uma estratégia mais ampla, que incluía a contenção da URSS e a promoção e manutenção de uma ordem política e econômica internacional estável. Já na década de 1940, os Estados Unidos, por meio de acordos com a Inglaterra, obtiveram concessões nos países do Golfo Pérsico, mais especificamente na Arábia Saudita – concretizada com a Arabian-American Oil Company (ARAMCO) –, no Bahrein, no Iraque e no Kuwait. (PINTO, 2003, p. 62).

Lesser (1991) demonstra que o desenvolvimento da estratégia de ação internacional dos Estados Unidos esteve diretamente ligado ao seu acesso aos recursos petrolíferos do Golfo Pérsico, visto que sua dependência aprofundou-se na última metade do século XX. De modo a proteger seus interesses, os Estados Unidos preocuparam-se com a manutenção do *status quo* da região e, para tanto, a formação e manutenção de alianças com países produtores chave, como a Arábia Saudita e o Kuwait, tornou-se imprescindível.

Geopoliticamente, como demonstra Lesser (1991), as ações estadunidenses traduziam-se “[...] by the desire to moderate regional antagonisms and promote favorable political outcomes at the local and regional levels [isso porque] this approach [was] preeminently the strategy of *status quo* powers”⁴³ (LESSER, 1991 p. 17). Tratava-se, então, não apenas de controlar a região, mas sim de obter acesso a um recurso econômico vital.

Na doutrina Eisenhower, evidenciou-se a importância do petróleo na atenção dispensada à Crise de Suez. O Canal de Suez era, naquele momento, relevante no escoamento de cerca de dois terços do petróleo mundial e, por isso a manutenção da crise e o bloqueio não eram

⁴³ “[...] pelo desejo de moderar antagonismos regionais e promover resultados políticos favoráveis nos níveis local e regional [isso porque] esta abordagem [foi] principalmente a estratégia de poder do *status quo*” (LESSER, 1991 p. 17, tradução nossa).

interessantes para os Estados Unidos.⁴⁴ Por sua vez, na doutrina Nixon, de 1969, o petróleo foi, notadamente, anunciado como um dos eixos centrais das preocupações estadunidenses no Golfo Pérsico. Os *twin pillars*, Arábia Saudita e Irã, serviam de sustentáculo a esses interesses. Entretanto,

Uma nova agenda marcou as relações entre os EUA e os países produtores dali em diante – uma agenda de conflito, em que se sobressaíram a nacionalizações das concessões petrolíferas, a elevação dos preços e a politização das questões relativas às remessas de petróleo. Esses conflitos culminaram com o “choque” do petróleo, deflagrado em outubro de 1973, quando os preços aumentaram 800% em apenas quatro meses, provocando uma crise econômica de alcance mundial. Foi nessa ocasião que os EUA ameaçaram, pela primeira vez, o uso das armas para garantir seu acesso às fontes de combustível no Oriente Médio. (FUSER, 2007, p. 24).

Com o deprender da citação de Fuser (2007), a partir dos movimentos de descolonização do terceiro mundo, na virada da década de 1940 para a de 1950, os movimentos nacionalistas exerceram fortes pressões no Oriente Médio. Sendo assim, criaram-se as bases para a constituição da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1960.

Os embargos petrolíferos empreendidos pelos países da OPEP, após a Guerra do Yom Kippur (1973), provocaram os choques do petróleo daquele ano e de 1979, e ilustraram bem o quão imprescindível era aquele recurso energético para os Estados Unidos e para o Ocidente. Por isso, os estadunidenses reiteraram a necessidade de estratégias aprofundadas e pontuais na região, visto que suas lideranças estavam dispostas a utilizar o petróleo como arma política de modo a deter a ação israelense e o domínio externo⁴⁵.

Durante o governo Carter evidencia-se, explicitamente, que o petróleo era vital para os Estados Unidos, principalmente porque com a invasão ao Afeganistão, “[...] the Soviet Union is now attempting to consolidate a strategic position, therefore, that poses a grave threat to the free movement of Middle East Oil”⁴⁶ (CARTER, 1980, s.p.). Sendo assim, os Estados Unidos não hesitariam em conciliar o poder militar nacional com a necessidade de acesso (ou controle) das reservas de petróleo. Ademais, com a Revolução Iraniana, em 1979, e a deposição do Xá Mohamed Rzeza, a ideia dos *twin pillars* (de Nixon) não pôde ser levada adiante. Por um lado

⁴⁴ Para mais detalhes sobre a Crise de Suez e a participação dos Estados Unidos neste evento, ver: NETO, Luiz Salgado. A crise de Suez: uma sobreposição de três conflitos (1952-1956). Disponível em: <www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e17a6.pdf>.

⁴⁵ Para mais detalhes acerca da Crise do Petróleo que envolveu as potências e todos os demais países, haja vista este ser o recurso energético que predominava naquele período – e ainda perdura –, ver: NYE JR.; Joseph. Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais. São Paulo: Editora Gente, 2009, pp. 266-272.

⁴⁶ “A União Soviética está agora tentando consolidar uma posição estratégica que constitui, portanto, uma grave ameaça para a livre circulação de Petróleo no Oriente Médio.” (CARTER, 1980, s.p.).

a parceria com o Irã desabava simultaneamente com a queda de seu líder e, por outro, a Arábia Saudita não possuía as condições necessárias para suprir, sozinha, os interesses estratégicos dos Estados Unidos. (PINTO, 2002, p. 67).

No tocante ao Golfo Pérsico, esse posicionamento ilustrou-se com a afirmação de que “[...] an attempt by an outside force to gain control of the Persian Gulf Region [would] be regarded as an assault on the vital interests of the United States of America, and such an assault [would] be repelled by any means necessary, including military force”⁴⁷ (CARTER, 1980, s.p.). Para isso, em 1983 é anunciada a criação de um Comando Central (CENTCOM) incumbido de intervir militarmente em quaisquer crises no Oriente Médio.

Como demonstra Lesser (1991), a atuação estadunidense no Golfo Pérsico desde o governo Carter até a operação Tempestade no Deserto – sob os auspícios da Doutrina Bush –, pode ser caracterizada como de coalizão, de modo a assegurar o controle de recursos primordiais. Por outro lado, a vulnerabilidade do Golfo Pérsico tona-se evidente na década de 1990, com a Segunda Guerra do Golfo. Como salienta Fuser (2008), tratava-se da primeira vez em que uma guerra (total) era empreendida pelos Estados Unidos contra um país árabe. Isso porque o petróleo, naquele momento, continuava a desempenhar papel central nos interesses estadunidenses.

Ressalta-se, ainda, de acordo com Fuser (2008) e da percepção a partir da análise das doutrinas dos presidentes Bush (Pai), Bill Clinton e George Bush (Filho), no período pós-Guerra Fria, a prioridade estratégica estava na manutenção do acesso às fontes de petróleo, mesmo que para tanto houvesse a necessidade da utilização de força militar. Constata-se, assim, que há uma continuidade da Doutrina Carter, na qual, militariza-se, *de jure*, o controle do petróleo externo.

É interessante destacar que, apesar das oscilações nas condutas presidenciais entre republicanos e democratas⁴⁸ – partidos que têm revezado o poder nos Estados Unidos – quando se trata de interesses estratégicos externos, como o petróleo do Golfo Pérsico, não se notam

⁴⁷ Uma tentativa oriunda de uma força externa para ganhar o controle da região do Golfo Pérsico [seria] considerada como um ataque aos interesses vitais dos Estados Unidos da América, e tal assalto ser[ia] repellido por todos os meios necessários, incluindo a força militar. (CARTER, 1980, s.p.).

⁴⁸ O partido democrata foi fundado em 1833, por Andrew Jackson. Já o partido Republicano foi criado na década de 1850, por Abraham Lincoln. Enquanto o primeiro vê no Estado o provedor do bem-estar, o segundo tenta apresentar uma postura mais individualista, independente e mais conservadora. Economicamente, os democratas são adeptos de um viés onde o Estado seria o motor da economia através de seus investimentos, enquanto que os Republicanos são favoráveis a impostos e gastos do governo baixos. (MILLER; SCHOFIELD, 2008).

diferenças na intensidade dos esforços dispensados para garantir o seu acesso. Contudo, após os atentados de 11 de Setembro de 2001, esse tipo de atenção ganhou nova proeminência.

Assim, de modo a entender como se deu o processo de construção da ameaça iraquiana e legitimação de medidas excepcionais em seu território, no próximo capítulo o período que vai de 1990 a 2003 será analisado. Para isso serão elencados pontos fundamentais para o entendimento do tema proposto. Isso porque esse recorte histórico abarca dois grandes conflitos – a Guerra do Golfo (Operação Tempestade no Deserto) e a GGT (Operação Liberdade Iraquiana), bem como as sanções emitidas pelo CSNU, atos (*Iraq Liberation Act*) e ofensivas (*Operation Desert Fox*) impostas neste intervalo.

4 NÃO É PRECISO APENAS TER UM INIMIGO, É NECESSÁRIO SECURITIZÁ-LO!

Durante a Guerra Fria a preocupação da agenda externa de segurança estadunidense se encontrava voltada para ameaças militares e ideológicas decorrentes da bipolaridade, ou seja, nas ideologias universalizadas do socialismo e do liberalismo. Já na passagem das décadas de 1980 para 1990, os debates sobre a possibilidade de outras grandes guerras passaram a dividir espaço com discussões sobre questões humanitárias, crimes transnacionais, armas de destruição em massa e sanções econômicas, bem como discussões relacionadas à estruturação e manutenção da nova (des)ordem mundial. (BUZAN, 1997, p. 8).

Para tanto, o uso de *speech acts*, ou seja, da retórica, marcadamente presidencial, foi essencial não apenas na definição, mas também na manutenção de ameaças que, em detrimento de outras, deveriam ser securitizadas.

They have to be staged as existential threats to a referent object by a securitizing actor who thereby generates endorsement for emergency measures beyond rules that would otherwise bind. In other words, issues become securitized when leaders [...] begin to talk about them [...] in terms of existential threats against some valued referent object.⁴⁹ (BUZAN, 1997, p. 13).

Na perspectiva da Escola de Copenhague⁵⁰, a securitização de algo está intrinsecamente ligada ao ato de politização, ou seja, não se trata apenas de combater ameaças pré-existentes, mas, primordialmente, de articular o cenário internacional de modo a evidenciá-las. Há, assim, um processo de construção intersubjetiva, dentro de uma comunidade, de modo a correlacionar consciências individuais e permitir que determinado assunto seja tratado como uma ameaça existencial e iminente. Consequentemente, reúnem-se meios que, por estarem em uma esfera

⁴⁹ “Elas têm que ser apontadas como ameaças existenciais em relação a um objeto de referência, por meio de um ator securitizador que gera endosso para medidas de emergência para além das regras que de outra maneira seriam vinculantes. Em outras palavras, questões tornam-se securitizadas quando os líderes [...] começam a falar sobre elas [...] em termos de ameaças existenciais contra algum objeto de referência de valor”. (BUZAN, 1997, p. 13, tradução nossa).

⁵⁰ Na década de 1990, ganharam espaço os estudos desenvolvidos pela Escola de Copenhague, majoritariamente a partir das produções de Barry Buzan e Ole Wæver. Houve, assim, uma importante alteração: o nível de análise antes restrito ao escopo “estratégico” aprofundou-se para o de “segurança”, de modo a obter, nas palavras de Wæver (1996), uma abordagem neo-convencional e não-dogmática. Neo-convencional porque foi mantida a adesão a conceitos tradicionais, como a necessidade de sobrevivência vs ameaças; e não-dogmática porque, concomitantemente, os estudos concernentes à segurança não se ativeram apenas ao estadocentrismo militar mas abarcaram, em sua abordagem, um espectro multisetorial, ou seja, ambiental, econômico, militar, político e societal.

superior à da política tradicional, permitam a tomada de medidas urgentes e excepcionais para lidar com este mal.

Portanto, o processo de securitização pode ser entendido como aquele que formula a ideia de que a ameaça é tão imperiosa que, quase que instantaneamente, cultiva a intenção de tomada de medidas urgentes. Deste modo, evita-se que haja falhas e que determinado mal se alastre. Assim, aceitar a ação de medidas securitizadoras presume que, por vezes, a violação de normas de *jus cogens* e de costumes internacionais seria justificável. Entretanto, pode-se inferir, por outro lado, que tais violações poderiam ser sustentadas apenas de modo a justificar ações políticas que, se não fossem os discursos de seus agentes encorajadores, seriam consideradas ilegítimas.

Cabe ressaltar que o ator securitizador formula e alcança seus objetivos a partir da designação do “outro”, ou seja, do estabelecimento de uma relação maniqueísta do “civilizado vs o bárbaro”. (COŞKUN, 2012). Em outras palavras, três elementos são indispensáveis: o agente securitizador que dá o passo inicial na identificação e na mobilização para combater determinada ameaça; o objeto a ser combatido; e, o público que aceite e legitime a ação.

Sendo assim, a posição dominante (econômica, militar e político-diplomática) no cenário internacional dos Estados Unidos, do pós-Guerra Fria, reunia forças para legitimar o uso de medidas excepcionais de modo a prevenir e/ou neutralizar ameaças. Isso porque seu poderio militar e sua capacidade para projetar-se para diversos pontos do mundo permaneciam sem precedentes. (TEIXEIRA, 2010).

Dada a sua capacidade, os Estados Unidos (e outras potências ocidentais), obtiveram maiores possibilidades de impor condicionamentos financeiros, políticos e até mesmo sociais à periferia – a partir de pressões em relação a regimes contestáveis (tidos como não democráticos), armas de destruição em massa e práticas terroristas –, visto que em troca eram oferecidas “facilidades” de acesso a crédito, de reconhecimento internacional e da convidativa possibilidade de participarem de clubes como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outros. (BUZAN; WÆVER, 2009, p. 10).

Assim, como Buzan e Wæver (2009) demonstram, com o colapso do sistema bipolar, os países periféricos do pós-Guerra Fria se viram ameaçados pela posição dominante e monolítica dos Estados Unidos que, a partir daquele momento, por possuírem capacidade militar superior, não mais se encontravam contrabalanceado por outra superpotência.

Consequentemente, a intenção de securitizar os denominados *rogue states*⁵¹, como o Iraque – a partir do discurso de manutenção da soberania do Kuwait, em 1991 – se deu sob a justificativa de respeito e sustentação dos pilares da Nova Ordem Mundial, e consistiu também em tentativas de substituir o “mal comunista”. Sendo assim, os Estados Unidos não promoveram a securitização senão em um nível local.

Assim, em nível local (nacional), no período pós-Guerra Fria, processos de securitização se manifestaram em setores sociais relacionados às minorias, às migrações e ao multiculturalismo. Entretanto, de acordo com Buzan (2006), no nível global, viveu-se um período de dessecuritização. Isto porque, com a dissolução da URSS, alterou-se a estrutura de poder do sistema internacional. Nas palavras do autor, “[...] the combined effect of this was to cause the intense universalist securitizations of the Cold War to evaporate, leaving nothing comparable in their place.” (BUZAN, 2006, p. 4).⁵² Entende-se, a partir deste prisma, que o período pós-Guerra Fria presenciou, marcadamente, a ausência de macro-securitizações⁵³. Isso porque, como Buzan (2006) aponta, no pós-Guerra Fria, os Estados Unidos vivenciaram momentos de déficits de ameaças.

Não obstante, neste primeiro momento, mesmo sem uma macro-securitização, é inegável que, para o Iraque, o jogo empreendido pela máquina estatal estadunidense promoveu, por meio da securitização em nível local, os pilares para a construção de uma máquina política falida⁵⁴. Empreenderam-se ações, a partir de sanções econômicas e políticas, que atingiram diretamente populações civis, que se viram afastadas de condições básicas de sobrevivência, ao

⁵¹ Inicialmente Afeganistão, Iraque, Líbia e Bósnia Herzegovina foram considerados *Rogue States*, contudo, posteriormente, durante o governo Clinton (1993-2001), foram agregados Cuba, Síria, Coréia do Norte, Sudão e Irã a esta lista. Chomsky (1998), ao tecer críticas sobre o modo como o Iraque e outros Estados foram enquadrados como *rogue states*, afirma que, “the criteria are fairly clear: a ‘rogue state’ is not simply a criminal state, but one that defies the orders of the powerful – who are, of course, exempt.” (CHOMSKY, 1998, s.p.). Em tradução livre: “Os critérios são bastante claros: Um ‘Estado pária’ não é simplesmente um estado criminoso, senão aquele que desafia as ordens das potências- que são, naturalmente, isentas” (CHOMSKY, 1998, s.p., tradução nossa).

⁵² “O efeito combinado disso foi fazer com que as intensas securitizações universalistas da Guerra Fria evaporassem, deixando nada comparável em seu lugar”. (BUZAN, 2006, p. 4, tradução nossa).

⁵³ Em síntese, o processo de macro-securitização é aquele capaz de conter múltiplas ameaças em setores diversos para evitar que, a partir deles, surja uma ameaça maior. Vallença (2010) demonstra que a macro-securitização se dá a partir das aspirações de tomadores de decisão internacionais e, quando aplicada de maneira eficaz, promove estratégias políticas capazes de conter ameaças iminentes. O uso da violência, por sua vez, é considerado algo excepcional e extremo à política, mas legítimo.

⁵⁴ De acordo com o Fragile States Index 2014, o Iraque se encontra em 13º posição (High Alert), ou seja, a pressão demográfica, a economia em declínio, a quantidade de refugiados, a segurança precária, a baixa qualidade dos serviços públicos, a divisão em facções, bem como a constância de intervenções externas e a violação aos direitos humanos evidenciam que o Iraque é um país que necessita de grande atenção.

terem sua infraestrutura e seus meios de produção destruídos em prol da imposição da democracia externa⁵⁵.

Esta postura se viu sustentada, no decorrer da década de 1990, por meio da condução de uma política externa voltada à imposição da paz e da democracia e, também, a partir de produções acadêmicas, como a de Huntington, que, a partir da tese da existência de um “Choque de Civilizações”, corroboraram com a securitização daqueles considerados rivais dos valores (leia-se, vontades) estadunidenses.

Assim, após a Guerra Irã-Iraque, de 1980 a 1988, e a intervenção no território Iraquiano com vistas a restaurar a soberania do Kuwait, alterou-se a distribuição de poder no Golfo, mas não se alterou a estrutura triangular de rivalidades⁵⁶. Nesse sentido, o Oriente Médio, e conseqüentemente o Iraque, têm sido alvo, contínua e amplamente, de imposições que culminaram, na década de 1990, no início de um processo de securitização que, mais a frente, seria ampliado. Sua importância estratégica na contenção da ameaça soviética, seus atraentes recursos (óleo e gás natural), bem como os processos incompletos de *state building*, atraíram potências estrangeiras a imporem, paulatinamente, seus interesses e valores.

4.1 O Iraque de Saddam Hussein: de amigo a inimigo dos Estados Unidos

Certamente as guerras têm sido, historicamente, instrumentos capazes de realizar profundas transformações na arena política internacional. Desde as mais distantes eras, até a contemporaneidade, o Oriente Médio tem experimentado essa dinâmica: partindo da divisão do Império Otomano (1920), a implantação do Estado de Israel (1948) e a crise de Suez (1956), perpassando pela Guerra dos Seis Dias (1969), a Guerra do Yom Kippur (1973), até as Intifadas

⁵⁵ Após a anexação do Iraque, 12 resoluções foram emitidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) de modo reverter a alteração do *status quo* da região. Com base no Capítulo VII da Carta da ONU, respaldou-se, na Operação Tempestade no Deserto, de 1991, o uso da força como instrumento para assegurar a paz internacional. Sendo assim, é latente o fato de que o uso da força não se limitou (e dificilmente se limitaria) apenas a um campo de batalha, mas atingiu o país e sua população. Ademais, como Arraes (2004) destaca, o Iraque “[...] se veria preso a sanções de toda ordem, que só seriam suspensas se houvesse a constatação da eliminação total dos programas de armas químicas, biológicas, nucleares, o desmantelamento de mísseis de longo alcance e o pagamento de indenizações de guerra. Só anos depois, autorizar-se-ia a troca de petróleo por remédios e alimentos, não se permitindo a importação de produtos químicos, laboratórios, geradores de energia, equipamentos de comunicação, ambulâncias e até lápis - por causa do grafite, que poderia ter emprego militar. Da comercialização, um terço seria extraído para o pagamento das indenizações.” (ARRAES, 2004. p. 18).

⁵⁶ No Golfo Pérsico pode ser identificado, de acordo com Buzan e Wæver (2004), o fomento externo de rivalidades entre Iraque, Irã e os países do Golfo liderados pela Arábia Saudita. Entrelaçam-se, nesta rivalidade triangular, questões referentes às fronteiras, aos curdos, aos xiitas, ao preço do petróleo e aos anseios hegemônicos de cada um.

(1987-1993; 2000-2005) e as três Guerras do Golfo (1980-1988; 1991; e 2003) (ROBBINS, 2009). Contudo, a questão da guerra é ainda mais profunda, pois não se atém apenas ao corpo militar em um campo de batalhas, mas custa vidas de militares e civis, bem como muito dinheiro.

Contudo, deve-se atentar ao fato de a região ter o petróleo como recurso abundante. Gause (2009) elenca três fatores que demonstram a relevância da posse do petróleo, quais sejam, em primeiro lugar, por ser uma *commodity* de alto valor estratégico, o petróleo atrai potências externas à região. Em segundo lugar, porque deter a posse do petróleo significa a possibilidade de contenciosos territoriais, como ocorreu em conflitos relativos à expansão do controle de petróleo, marcadamente na década de 1980, com o Iraque “[...] attacking a weakened Iran in 1980, invading the oil-rich Iranian province of Khuzestan; Iraq attacking small but oil-rich Kuwait in 1990; and the United States attacking oil-rich Iraq in 2003.”⁵⁷ (GAUSE, 2009, p. 9). Em terceiro lugar, porque o petróleo fornece meios para nutrir exércitos – armando-os com armas modernas – e, seguramente, em empreitadas militares as chances de sucesso aumentam à medida que os recursos militares de um estado crescem.

Presidentes republicanos estadunidenses como George H. W. Bush e George W. Bush Filho – ou até mesmo anteriores, como o democrata Jimmy Carter – conciliaram o poder militar nacional com a necessidade de acesso (ou controle) das reservas de petróleo pérsicas. Assim, na década de 1990, ao perceber com mais nitidez os anseios nacionalistas e expansionistas iraquianos, manifestou-se nos Estados Unidos o temor de que o Iraque afrontasse Israel e, além disso, avançassem em direção à Arábia Saudita, de modo a controlar o preço e a emissão do petróleo do Golfo Pérsico.

Sendo assim, em 1990, foi notável a ação dos Estados Unidos contra o Iraque, sob os auspícios da ONU, em decorrência da anexação do Kuwait como 19ª província iraquiana. Para tal, imperou a justificativa da necessidade de manutenção da soberania do país invadido e da administração da ordem e segurança internacionais.

Ao observar a dinâmica da região neste contexto, é possível entender que os interesses dos Estados Unidos ali eram vitais e profundos. Qualquer avanço contra a Arábia Saudita seria justificativa para desencadear uma guerra. A família Sa'ud, da Arábia Saudita, bem como a

⁵⁷ “[...] atacando um Irã enfraquecido em 1980, invadindo a província iraniana rica em petróleo de Khuzestan; o Iraque atacando o pequeno, mas rico em petróleo, Kuwait, em 1990; e os Estados Unidos atacando o Iraque, rico em petróleo, em 2003.” (GAUSE, 2009, p. 9, tradução nossa).

família Al-Sabah, do Kuwait, eram parceiras estratégicas relevantes para os Estados Unidos. (BANDEIRA, 2009; TRIPP, 2007).

Conseqüentemente, quando, em 02 de agosto de 1990, Saddam Hussein concretizou as ameaças de anexação do Kuwait, logo em seguida foi emitida, pelo CSNU, a resolução 660/90. Nela foi requerido que Bagdá retirasse suas forças do território kuwaitiano para que imediatamente se desse início ao processo de negociação da paz entre os dois vizinhos. Não lograda a solução da beligerância, *a priori*, foram reiteradas as tentativas por meio da emissão de outras resoluções pelo CSNU. Efetivamente, tais resoluções se fizeram presentes inclusive após o início da intervenção estadunidense, em 12 de janeiro de 1991.

Ao recorrer ao acervo do Congresso Nacional dos EUA, percebe-se que Washington já contava com autorização prévia para mandar suas forças à região desde 03 de janeiro de 1991. Como demonstra o documento:

[...] (a) AUTHORIZATION - The President is authorized, subject to subsection (b), to use United States Armed Forces pursuant to United Nations Security Council Resolution 678 (1990) in order to achieve implementation of Security Council Resolutions 660, 661, 662, 664, 665, 666, 667, 669, 670, 674, and 677
 (b) REQUIREMENT FOR DETERMINATION THAT USE OF MILITARY FORCE IS NECESSARY - (a), the President shall make available to the Speaker of the House of Representatives and the President pro tempore of the Senate his determination that (1) the United States has used all appropriate diplomatic and other peaceful means to obtain compliance by Iraq with the United Nations Security Council resolutions cited in subsection (a); and (2) that those efforts have not been and would not be successful in obtaining such compliance.⁵⁸ (USA NATIONAL CONGRESS, 1991).

Ficou assim expressa a necessidade de utilização de força militar, fundamentada nos princípios presentes no capítulo VII da Carta da ONU que versam a respeito da possibilidade de uso da força como instrumento de assegurar a paz internacional⁵⁹. Além disso, cabe ressaltar

⁵⁸ “[...] (a) AUTORIZAÇÃO- O Presidente está autorizado, sujeito à subseção (b), para usar as Forças Armadas dos Estados Unidos nos termos da Resolução do Conselho de Segurança das Nações 678 (1990), a fim de alcançar a implementação das resoluções do Conselho de Segurança 660, 661, 662, 664, 665, 666, 667, 669, 670, 674, e 677

(b) O REQUERIMENTO PARA DETERMINAÇÃO DE QUE O USO DE MILITAR É NECESSÁRIO(a), o Presidente deverá colocar à disposição do presidente da Câmara dos Deputados e do pro tempore do Senado sua determinação de que (1) os Estados Unidos tem usado todos os meios diplomáticos e outros meios pacíficos necessários para obter o cumprimento por parte do Iraque das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas citados no parágrafo (a); e (2) que esses esforços não tenham sido e não seriam bem sucedidos na obtenção de tal cumprimento”. (CONGRESSO NACIONAL DOS EUA, 1991, tradução nossa).

⁵⁹ Se o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no artigo 41 foram ou demonstraram ser inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos membros das Nações Unidas. (Art. 42, Cap. VII, Carta das Nações Unidas).

que em 1990 foi emitida a resolução 661 que previa que enquanto não fosse constatado pelo CSNU que o Iraque havia cumprido com todas suas obrigações⁶⁰, permaneceriam as sanções econômicas.

Mais adiante, frente à ausência de avanço no processo, a resolução 678/90 demandou que o Iraque abandonasse de imediato todas suas tentativas de anexação do Kuwait; que aceitasse sua responsabilidade perante todos os danos causados ao Kuwait e a Estados-terceiros; que libertasse imediatamente os prisioneiros de guerra; que devolvesse as propriedades ocupadas ao Kuwait; e, que cessasse suas hostilidades.

No que se refere ao conflito, os Estados Unidos mobilizaram, de pronto, cerca de 100 mil soldados para promover a retirada iraquiana do Kuwait e, concomitantemente, defender seus interesses para com a monarquia saudita. Para tanto, realizou-se, em primeiro lugar, a *Operation Desert Shield*, de modo a garantir efetivos capazes de defender eventuais ataques a Arábia Saudita (BANDEIRA, 2009). Logo depois, com o esgotamento do *ultimatum* lançado pela ONU, os Estados Unidos lideraram, a partir do dia 15 de janeiro de 1991, a *Operation Desert Storm*. Ao seu lado participou uma coalizão de 28 países, dentre os quais destacaram-se a Grã-Bretanha e a França, ademais dos países da Liga Árabe que assentiram a presença estadunidense.

Em 16 de janeiro de 1991, George Bush proferiu um discurso onde afirmou que,

Some may ask: Why act now? Why not wait? The answer is clear: The world could wait no longer. [...] Saddam was warned over and over again to comply with the will of the United Nations: Leave Kuwait, or be driven out. Saddam has arrogantly rejected all warnings. Instead, he tried to make this a dispute between Iraq and the United States of America. [...] Well, he failed. Tonight, 28 nations – countries from 5 continents, Europe and Asia, Africa, and the Arab League – have forces in the Gulf area standing shoulder to shoulder against Saddam Hussein. These countries had hoped the use of force could be avoided. Regrettably, we now believe that only force will make him leave.⁶¹ (BUSH, 1991).

⁶⁰ Retirar-se do Kuwait e submeter-se a revistas locais da Comissão Especial das Nações Unidas sobre o Iraque (UNSCOM) em busca de materiais para fabricação/uso de armas biológicas, químicas e nucleares.

⁶¹ “Alguns podem perguntar: Por que agir agora? Por que não esperar? A resposta é clara: o mundo não pode mais esperar [...] Saddam foi advertido várias vezes para cumprir a vontade da Organização das Nações Unidas: Deixe Kuwait, ou será expulso. Saddam arrogantemente rejeitou todos os avisos. Em vez disso, ele tentou fazer disso uma disputa entre o Iraque e os Estados Unidos da América. [...] Bem, ele falhou. Hoje à noite, 28 países – países dos 5 continentes, da Europa e da Ásia, da África e da Liga Árabe – têm forças na área do Golfo que estão ombro a ombro contra Saddam Hussein. Estes países tinham esperado que o uso da força pudesse ser evitado. Infelizmente, agora acreditamos que somente a força vai fazer com que ele saia”. (BUSH, 11 de janeiro, 1991, tradução nossa). Para ler o discurso na íntegra, ver Anexo I.

É interessante destacar que, desta vez, os Estados Unidos, apesar de moverem uma guerra e terem consigo uma coalizão, não propagavam abertamente que estavam defendendo a democracia. “Nem podiam fazê-lo” (BANDEIRA, 2009, p. 510), pois estavam defendendo seus interesses na Arábia Saudita e, concomitantemente, protegendo a soberania do Kuwait. Países estes que possuíam nítidos traços de que estavam distantes do modelo de democracia ocidental.⁶²

Assim, ao fim de seis semanas de investidas militares, a soberania kuwaitiana foi restaurada. O Iraque se viu, então, constrangido por onerosas sanções. Além disso, “[...]os Estados Unidos aproveitaram a oportunidade para instalar bases na Arábia Saudita e promover a venda consignada de armamentos no valor de bilhões de dólares, ao mês, nos anos subsequentes.” (BANDEIRA, 2009, p. 510).

Com o cessar-fogo e a derrota do Iraque, apesar da retirada dos Estados Unidos do Iraque, as manobras políticas locais e regionais permaneceram. As sanções do CSNU persistiram com as exigências de que Saddam Hussein cumprisse as resoluções até então emitidas. Em 08 de abril de 1991, a Resolução 687 reafirmou o *status* de Estado soberano do Kuwait e, concomitantemente, estabeleceu a Comissão Especial das Nações Unidas sobre o Iraque (UNSCOM), de modo a eliminar, sob supervisão, as ADMs em posse do Iraque, bem como os meios de produzi-las.

Logo em seguida, no dia 10 de abril do mesmo ano, foi emitida a Resolução 688, que acrescentou um ponto referente às repressões realizadas contra as minorias étnicas e religiosas, curdas e xiitas em território iraquiano. Vale reiterar que os massacres e perseguições do Iraque para com tais grupos datavam de muito antes, cabendo destaque à década de 1980, período no qual, curiosamente, o Sistema Internacional ignorou tais acontecimentos.

De acordo com a visão de Buzan e Wæver (2004), esse é um dos exemplos recentes da atuação da política de superpotência dos Estados Unidos. Sua legitimidade foi dada pela resolução 678, de 29 de novembro de 1990 do CSNU, onde se autorizou a intervenção armada dos Estados Unidos e de uma coligação de modo a restaurar, legalmente, a soberania do Kuwait. (PATRIOTA, 2010, p. 37-38).

⁶² Quando chegou a dominar a Arábia Saudita, a família real Sa’ud, que aniquilara várias tribos rivais entre 1918 e 1928, já havia promovido 45.000 execuções públicas e amputado a mão de 350.000 pessoas acusadas de roubo em uma população de 4 milhões de habitantes. O Kuwait, da mesma forma que a Arábia Saudita, não era um modelo de democracia. Somente 650.000 pessoas, de uma população de cerca de 2 milhões, tinham direito ao voto. (BANDEIRA, 2009, p. 510).

Assim, as ações estadunidenses caminhavam, aparentemente, de acordo com a nova era anunciada por George H. W. Bush, em 29 de janeiro de 1990.

Temos, diante de nós, a oportunidade de forjar para nós e para as gerações futuras uma Nova Ordem Mundial – Um mundo onde o Estado de Direito – e não a lei da selva – governa a conduta das nações. Quando tivermos sucesso (e teremos), nós teremos uma chance real nessa Nova Ordem Mundial – uma ordem em que uma ONU digna de confiança possa realizar seu papel de mantenedora da paz, para cumprir a promessa e a visão dos fundadores da ONU.⁶³ (BUSH, 1990).

Além disso, apagaram-se, aparentemente, as más memórias da Guerra do Vietnã: “By God, we’ve kicked the Vietnam Syndrome once and for all” (BUSH, 1991).⁶⁴ Além disso, a operação Tempestade no Deserto deixou claro aos demais países quão custoso seria desafiar as diretrizes estadunidenses.

Destarte a legalidade da situação e otimismo decorrente do destavramento do CSNU, nota-se que, após a Guerra do Golfo, que o Iraque se tornou, como demonstra Bandeira (2009), um protetorado virtual dos Estados Unidos sob a fachada da ONU. Isso porque ali passaram a atuar organismos tais como o United Nations Office of Humanitarian Coordinator (UNOHIC), o Baghdad Monitoring and Verification Center (BMVC), o United Nations Iraq-Kuwait Observation Mission (UNIKOM), a Comissão Especial das Nações Unidas sobre o Iraque (UNSCOM), entre outros.

Na administração dos Estados Unidos que se seguiu sob a presidência de William (Bill) Clinton, os embargos contra o Iraque após a Segunda Guerra do Golfo foram mantidos e, apesar de sua postura aparentemente inercial, no que tange as ofensivas militares, foi levada a cabo a *Operation Desert Fox*,⁶⁵ em 1998. O objetivo desta operação era minar a posição de Saddam Hussein e a produção de Armas de Destruição em Massa. Isso porque, em dezembro do mesmo ano, o impedimento das atividades da UNSCOM por parte do governo iraquiano resultou em impasses.

Assim, sem mesmo comunicar ao CSNU, o presidente Clinton ordenou o início da Operação *Desert Fox*. Curiosamente, como aponta Bandeira (2009), tais ações se deram às vésperas do julgamento de seu *impeachment*⁶⁶. Ainda, cabe ressaltar que a Rússia e a China

⁶³ Transcrição de fragmento do discurso “Nova Ordem Mundial” – George W. Bush. Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lmS18LJXSWY>>.

⁶⁴ “Por Deus, nós chutamos a Síndrome do Vietnã uma vez por todas” (BUSH, 1991, tradução nossa).

⁶⁵ Para mais informações sobre a Doutrina Clinton e sobre a *Operation Desert Fox*, ver Anexo II.

⁶⁶ Bill Clinton sofreu um processo de *impeachment*, em 1998, a partir de denúncias de abuso de poder, bem como devido aos escândalos sexuais com Monica Lewinsky e Paula Jones. (THE NEW YORK TIMES, 1998, s.p.).

eram contrárias à continuidade de medidas militares no Iraque e que, além disso, pediam pelo fim das sanções. Entretanto, os Estados Unidos não foram detidos por esses protestos. Conseqüentemente, com a consumação desta ação militar, o governo Clinton, que antes seguia a política de *containment*, ou seja, de inspeções, passou então a adotar a política de *containment plus*, ou seja, suas ações visavam mudanças de regime, a partir da remoção, por quaisquer meios, de Saddam Hussein do poder. (BANDEIRA, 2009).

Em complemento às investidas militares, o Senado e a *House of Representatives*, publicaram o Ato de 1998, que tinha como finalidade estabelecer um programa de transição para a democracia no Iraque, conforme evidenciado na seção 7:

It is the sense of the Congress that once the Saddam Hussein regime is removed from power in Iraq, the United States should support Iraq's transition to democracy by providing immediate and substantial humanitarian assistance to the Iraqi people, by providing democracy transition assistance to Iraqi parties and movements with democratic goals, and by convening Iraq's foreign creditors to develop a multilateral response to Iraq's foreign debt incurred by Saddam Hussein's regime⁶⁷. (IRAQ LIBERATION ACT OF 1998, Section 7, 1998).

O *Iraq Liberation Act* evidenciou que a política externa estadunidense não mediria esforços para retirar Saddam Hussein da presidência iraquiana. Sale (2010) aponta esta tentativa de estender suas bases ao Iraque, a partir da disposição em promover ataques, como uma projeto não apenas para derrubar o governo de Saddam, mas, sobretudo, para substituí-lo por uma liderança mais condizente aos interesses estadunidenses.

E, ao analisar-se o conceito de soberania⁶⁸ à luz do entendimento proposto por Mazzuoli (2012), é perceptível que os Estados Unidos ignoraram um princípio basilar (*jus cogens*) do Direito Internacional. Por isso, tais ações, de acordo com a lógica de segurança internacional de Buzan (1983), anulariam, por si só, o objetivo enunciado no discurso, visto que

When there is almost no idea of the state, and the governing institutions are themselves the main threat to individuals [...] foreign intervention becomes much harder to assess

⁶⁷ “É o sentido do Congresso que uma vez que o regime de Saddam Hussein seja removido do poder no Iraque, os Estados Unidos devem apoiar a transição do Iraque para a democracia, proporcionando assistência humanitária imediata e substancial para o povo iraquiano, fornecendo assistência à transição da democracia aos partidos iraquianos e movimentos com objetivos democráticos, e, por meio da convocação de credores estrangeiros, do Iraque para desenvolver uma resposta multilateral à dívida externa do Iraque incorrido pelo regime de Saddam Hussein” (Seção 7, EUA Government Printing Office, 1998, tradução nossa).

⁶⁸ De acordo com Mazzuoli, trata-se do “[...] direito que o Estado tem de se autogovernar, sem a ingerência indevida de qualquer outro Estado. Nesse sentido, nenhum Estado ou grupo de Estados tem o direito de intervir, direta ou indiretamente, seja qual for o motivo, nos assuntos interiores ou exteriores de qualquer outro.” (2012, p. 521).

in national security terms [...] because outside powers will be helping factions which are themselves in conflict.⁶⁹ (BUZAN, 1983, p. 68).

Ainda no tocante à debilitação da soberania iraquiana, os Estados Unidos, bem como a Grã-Bretanha e a França estabeleceram *no-fly zones* (NFZs) sob a justificativa de proteger o norte (1991), de população curda, e o sul (1992), de população muçulmana xiita. Alegou-se legitimidade ao ato a partir da resolução 688⁷⁰ que se referia às repressões realizadas contra as minorias étnicas e religiosas, curdas e xiitas em território iraquiano.

Para além da soberania, no tocante à manutenção da economia iraquiana e do bem estar de sua população, observa-se que desde a resolução 661/90, a situação interna agravou-se cada vez mais. Isso porque foi proibido que qualquer Estado importasse e exportasse do/para o Iraque qualquer produto (incluindo *commodities*, como o petróleo). Excetuavam-se produtos com fins medicinais e quantidades limitadas de comida e, mesmo assim, o rigor para a sua entrada era elevado. Apenas em 1995, o CSNU demonstrou preocupações com a situação nutricional e de saúde dos iraquianos. Estabeleceu-se assim a resolução 986/95 que, essencialmente, permitia ao Iraque a venda de petróleo que não excedesse US\$ 1 bilhão a cada 90 dias.

Assim, por meio de condições restritas, estabeleceu-se a possibilidade de venda de petróleo em troca de produtos básicos de subsistência, na denominada estratégia *oil for food*. (BENNOUNE, 2002; TRIPP, 2007) Deste modo, é notável que as sanções estabelecidas tiveram fortes impactos no que tange aos direitos humanos. Consequentemente, estabeleceu-se uma “[...] catastrophic health situation [that caused around] 6,000 deaths a month among children under the age of five”.⁷¹ (CAMPAIGN AGAINST SANCTIONS IN IRAQ, UN, Sub-comission decision 1999/10, 1999, s.p.).

Chomsky (1999) sustenta a ideia de que o Iraque foi punido não pela sua ação, mas porque Saddam Hussein “pisou em falso” e deixou transparecer suas ambições de alterar o equilíbrio de poder regional. O perigo expansionista era vislumbrado porque o Iraque da década de 1990, possuía “um arsenal de mísseis balísticos [...] e uma força aérea com capacidade de penetrar profundamente no território de seus inimigos.” (BANDEIRA, 2009, p. 508). Assim, como afirma Robins (2009), “[...] the 1990-1 Iraq-Kuwait crisis was widely seen as an

⁶⁹ “Quando não há quase nenhuma ideia de Estado, e as instituições governantes são a principal ameaça aos indivíduos [...] intervenções estrangeiras tornam-se muito mais difíceis de serem avaliadas [...] porque forças externas estarão ajudando facções que estão em conflitos entre si”. (BUZAN 1983, p. 68, tradução nossa).

⁷⁰ Para ler a resolução 688 na íntegra, ver anexo IV.

⁷¹ “[...] Situação de saúde catastrófica que causou cerca de 6000 mortes por mês entre crianças menores de cinco anos de idade”. (CAMPAIGN AGAINST SANCTIONS IN IRAQ, ONU, decisão da Subcomissão de 1999/10, 1999, s.p., tradução nossa).

American trick to lure Saddam's Iraq, the strongest force in the Arab world, into a trap, with the result that its ability to project power had been greatly diminished"⁷² (p. 292).

Como destaca Bennoune (2002), o cerne dos direitos humanos, ou seja, o direito à vida, foi violado durante e após a Guerra do Golfo. O acesso a remédios, à comida e à água limpa era demasiadamente limitado. Desse modo, para além da legalidade da restauração da soberania do Kuwait e da retirada do poder de um líder (Saddam), cujas ações eram consideradas anti-democráticas e desumanas, afetou-se a infraestrutura do Iraque, violou-se sua soberania e promoveu-se um efeito devastador na vida de sua população.

4.2 O 11 de Setembro e a macro-securitização do mal

A *Operation Desert Fox* e o *Iraq Liberation Act*, como antes mencionado, constituíram tentativas mal sucedidas do governo Clinton de concretizar alterações nas bases do poder iraquiano. Contudo, no governo de George W. Bush (filho), iniciado em 2001, as declarações e ameaças de retirar Saddam Hussein saíram do campo de intenções e foram efetivadas. Isso porque, após os ataques ao World Trade Center e ao Pentágono, em 11 de Setembro de 2001, o mundo árabe/islâmico passou a ser visto, com mais intensidade, como um lar terrorista, e tornou-se alvo de intensas intervenções.

Os ataques terroristas aos Estados Unidos (2001) marcadamente representaram, de acordo com Buzan (2006), o fim do período pós-Guerra Fria e, além disso, provocaram mudanças substanciais na agenda de segurança internacional. Para o autor, esse momento foi capaz de suprir a posição deficitária de ameaças até então vivenciada pelos Estados Unidos. Ademais, as tendências universalizantes, típicas da Guerra Fria, voltaram à tona – agora com o diferencial da unipolaridade – possibilitando mais claramente a imposição do “American Way of Securitization.” (p. 6).

Como antes mencionado, processos de securitização presumem a existência de atores securitizadores, de ameaças e de público que legitime as ações. Uma macro-securitização segue a mesma lógica, porém, requer uma dinâmica mais ampla. Para Buzan (2006), macro-securitização remete a um enfrentamento entre o Estado e a sociedade não-civil. Refere-se,

⁷² “A crise do Iraque-Kuwait 1990-1 era amplamente vista como um truque americano para atrair o Iraque de Saddam Hussein, a força mais poderosa no mundo árabe, em uma armadilha, com o resultado de que sua capacidade de projetar poder tinha sido grandemente diminuída”. (ROBBINS, 2009, p. 292, tradução nossa).

deste modo, a ações que podem ser relacionadas a uma agenda internacional de (in)segurança hobbesiana, uma vez que o Estado seria a solução para a desordem anárquica.

This is partly about generating a unity of positives based on values shared across different actors and identities, and partly about generating a unity of negatives where all the participants can agree on what they understand as threatening to them. Over time, it also requires the ability to adjust and adapt the macrosecuritisation so that it stays in tune with whatever events and developments dominate the agenda of current affairs. The potential rewards from constructing a successful macrosecuritisation are great. It can define, demonstrate and legitimate leadership. It can support claims to exceptionalism and special rights. It can facilitate and sustain alliance formation. And it can help to demarcate spheres of influence and boundaries of containment.⁷³ (BUZAN, WÆVER, 2009, p. 268.).

Assim, o conceito de macro-securitização pode ser entendido como aquele em que há construções universais de ameaças, a partir de uma agenda abrangente – que vai além do nível médio – com base na coordenação de múltiplas securitizações e, conseqüentemente, de seus objetos de referência. Uma macro-securitização bem sucedida requer uma liderança que seja legítima (ou legitimada) e que consiga, sem muitas dificuldades, estabelecer alianças.

Dados os eventos de 2001, e de modo a impedir que o inimigo desferisse o primeiro golpe, os Estados Unidos agiram de modo a fortalecer alianças para combater o terrorismo global e a evitar a ação de Estados considerados meliantes e detentores de ADMs. Em consequência, as potências aliadas aos Estados Unidos novamente passaram a empreender, em níveis regionais e locais, a perseguição dos objetivos declarados com a GGT, que seriam, “[...] strong elements of existing order universalism – all states against non-state terrorists, order against chaos – mixed with an American inclusive universalism”⁷⁴ (BUZAN; WÆVER, 2009, p. 265).

Assim, em 2002 foi definida a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Nela reiterou-se que os Estados Unidos possuíam força e influência sem precedentes e que sua

⁷³ “Trata-se, em partes, da geração de unidades positivas com base em valores compartilhados entre diferentes atores e identidades, e em parte sobre a geração de unidades negativas, onde todos os participantes podem concordar com o que eles entendem como uma ameaça para eles. Ao longo do tempo, também se exige a capacidade de ajustar e adaptar a macro-securitização de modo que esta esteja em sintonia com quaisquer eventos e desenvolvimentos que dominem a agenda de assuntos atuais. As recompensas potenciais de construção de uma macro-securitização de sucesso são grandes. Podem-se definir, demonstrar e legitimar uma liderança. Podem-se apoiar reivindicações de excepcionalidade e direitos especiais. Podem-se facilitar e sustentar a formação de alianças. E isso pode ajudar a delimitar as esferas de influência e limites de contenção”. (BUZAN, WÆVER, 2009, p. 268, tradução nossa).

⁷⁴ “[...] fortes elementos de uma existente ordem de universalismo – todos Estados contra os terroristas não-estatais, a ordem contra caos – misturados com um universalismo inclusivo americano” (BUZAN; WÆVER, 2009, p. 265, tradução nossa).

atuação, baseada nos princípios de liberdade, de democracia e na fé, traziam consigo responsabilidades e oportunidades inigualáveis e inadiáveis. Por isso, as metas elencadas de modo a alcançar o progresso eram: preservar as liberdades política e econômica, promover a manutenção de relações internacionais pacíficas, defender o respeito pela dignidade humana, evitar ameaças com armas de destruição em massa, fortalecer alianças de modo a eliminar o terrorismo global, entre outras. (THE NATIONAL SECURITY STRATEGY OF THE UNITED STATES OF AMERICA⁷⁵, 2002, p. 1).

Cabe reiterar que, como declarado na Estratégica de Segurança Nacional de 2002, nenhuma dessas ameaças contemporâneas se igualava em magnitude ao poder destrutivo da URSS. Contudo, tanto sua natureza (meliante), quanto suas motivações (determinação em obter poderes destrutivos), tornavam tais ameaças mais complexas e perigosas que a URSS da Guerra Fria. Deste modo, quando empreendida em 2003, a GGT reafirmou a imagem dos Estados Unidos como superpotência, como ocorrera durante a Guerra Fria. Ademais, reiterou-se sua primazia no setor militar e sua tradição no campo da segurança. Só que dessa vez não havia uma superpotência rival à altura. Logo, sob a égide da unipolaridade, era possível que o país demonstrasse de maneira mais nítida seu excepcionalismo e suas possibilidades de agir como ator securitizador. Os Estados Unidos, mais uma vez, assumiriam o papel de porta-voz da humanidade, bem como de seu futuro.

Isso porque, travar-se-ia uma luta contra o terrorismo global e contra as ADMs. Luta esta distinta de qualquer outra guerra que precedeu esse momento, uma vez que seria travada em muitas frentes, contra um inimigo particularmente intangível, por um período de tempo indeterminado. O progresso viria, assim, por meio da persistência e do acúmulo, (às vezes visível, às vezes invisível) de sucessos. (THE NATIONAL SECURITY STRATEGY OF THE UNITED STATES OF AMERICA, 2002).

Curiosamente, apesar de concebida a ideia de que a macro-securitização abarca coletividades, mas não toda a humanidade, a GGT, a partir dos discursos de seus idealizadores, pareceu tentar envolver “99.9 per cent of the global population: all civilised or wanting-to-be-civilised people (all but terrorists themselves)”.⁷⁶ (BUZAN; WÆVER, 2009, p. 264).

⁷⁵ Para acessar a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos de 2002 completa, ver: <<http://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>>.

⁷⁶ “99,9 por cento da população mundial: todas pessoas civilizadas ou com-vontade-de-serem-civilizadas (todos, menos os terroristas)”. (BUZAN; WÆVER, 2009, p. 264, tradução nossa).

Quando o Presidente Bush Filho declarou que ou os Estados estavam com os Estados Unidos na GGT, ou contra eles⁷⁷, a lógica maniqueísta do “civilizado vs bárbaro”, além do uso da retórica, certamente forjaram uma questão de segurança a nível internacional. Assim, foram definidos os traços da macro-securitização empreendida pelos Estados Unidos: seus interesses políticos internos são traduzidos a partir de oportunidades oferecidas externamente e de apelos a princípios e valores universais.

Isso fica evidente quando, em sua Estratégia Nacional de Segurança, os Estados Unidos afirmaram que iriam se empenhar incessantemente para reunir apoio internacional; mas que, se necessário, não hesitariam em agirem sozinhos para exercerem o direito de autodefesa, agindo de forma preventiva contra os terroristas. Deste modo, entende-se que a GGT, apesar de ser alvo, majoritariamente, da política interna estadunidense, se tornou uma macro-securitização ligada a todo o mundo “civilizado” e os objetos de referência a serem protegidos eram a democracia, o livre mercado e os princípios da liberdade.

De acordo com a teoria da securitização, as alternativas à securitização do terrorismo seriam: (1) o processo de insulação, onde, a partir de um Estado mais forte e de fronteiras controladas, restringir-se-iam os fluxos migratórios e a livre circulação de bens e pessoas, de modo a evitar a penetração de terroristas e de armas em destruição em massa; (2) o processo de repressão, ou seja, de luta política e militar contra os terroristas de modo a eliminá-los definitivamente; ou (3) o processo de equalização, no qual se eliminariam as desigualdades e injustiças que conceberiam os terroristas e seu terreno de atuação. Evidentemente, as duas primeiras alternativas – isolamento e repressão – foram adotadas, haja vista que o altruísmo equalizador é pouco presente no concerto internacional.

Assim, a partir de 1990, com a invasão do Kuwait e, principalmente após o 11 de Setembro, o Iraque, antes alinhado aos interesses estadunidenses, adquiriu novo *status*, o de Estado Pária (*rogue state*), e passou a ser visto como potencial disseminador da desordem e do terrorismo. Um inimigo sem território (o terrorismo) se viu territorializado (no Iraque) e passou a ser o novo alvo da Política Externa dos Estados Unidos. Sendo assim, o Iraque, ademais de seus correlatos do Eixo do Mal, bem como atores transnacionais, como a Al-Qaeda, passaram

⁷⁷ Em discurso ao povo americano e a sessão conjunta do Congresso, George W. Bush afirma que “Either you are with us, or you are with the terrorists. From this day forward, any nation that continues to harbor or support terrorism will be regarded by the United States as a hostile regime.” (BUSH, 2001, s.p.), em tradução livre “Ou você está conosco, ou você está com os terroristas. Desse dia em diante, qualquer nação que continuar a abrigar ou apoiar o terrorismo será vista pelos Estados Unidos como um regime hostil.” (BUSH, 2001, s.p.).

a ser alvo de medidas excepcionais, que transbordavam a política tradicional, ou seja, passaram a ser securitizados.

Para obter sustentação, portanto, a GGT se valeu de universalismos: ameaças terroristas à democracia, aos direitos humanos e ao mercado; ameaças não-estatais à soberania, à territorialidade, à diplomacia e à ordem internacional; e ameaças físicas ao meio internacional, como as armas de destruição em massa (ADMs). (BUZAN; WÆVER, 2009, p. 272). Assim, se, durante a Guerra Fria, os Estados Unidos articulavam a região do Golfo Pérsico de modo a conservar ali sua presença e, concomitantemente, impedir o avanço soviético; com o fim da Guerra Fria, e a dissolução de seu grande oponente, os Estados Unidos não diminuíram o nível de atuação no Golfo. Pelo contrário, assistiu-se a um crescente intervencionismo militar. Adotou-se uma esfera superior à da política externa tradicional (de contenção), e permitiu-se a tomada de medidas urgentes e excepcionais.

4.2.1 A Guerra Global ao Terror

Os atentados de 11 de Setembro fizeram com que os Estados Unidos fossem desprovidos da imagem de superpotência invencível e se tornassem uma superpotência ameaçada. “Para os Estados Unidos, era a primeira vez desde a Guerra [anglo-americana] de 1812, que o território nacional sofria um ataque” (CHOMSKY, 2001, p. 12). Assim sendo, No mesmo dia dos ataques, o Presidente George W. Bush se pronunciou

Terrorist attacks can shake the foundations of our biggest buildings, but they cannot touch the foundation of America. These acts shattered steel, but they cannot dent the steel of American resolve. [...] We will make no distinction between the terrorists who committed these acts and those who harbor them. [...] America and our friends and allies join with all those who want peace and security in the world, and we stand together to win the war against terrorism.⁷⁸ (BUSH, 11 set. 2001)

Consequentemente, empreendeu-se, em um primeiro momento, a Guerra contra o Afeganistão, em 2001. E, além disso, mesmo que indiretamente, os ataques de 11 de setembro intensificaram o projeto de transformação do Iraque e, concomitantemente, a finalidade de

⁷⁸ “Ataques terroristas podem abalar as fundações dos nossos maiores edifícios, mas eles não podem tocar a fundação da América. Esses atos quebraram o aço, mas eles não podem amassar o aço da determinação americana. [...] Não faremos distinção entre os terroristas que cometeram esses atos e aqueles que os abrigam. [...] A América e nossos amigos e aliados se juntar com todos aqueles que querem a paz e a segurança no mundo, e nós estamos juntos para ganhar a guerra contra o terrorismo”. (BUSH, 11 set. 2001, tradução nossa).

preservação da hegemonia incontestada estadunidense. Isso porque o Iraque era um país especial devido a três motivos: era um Estado enfraquecido; possuía reservas de petróleo; e, já havia desafiado abertamente aos Estados Unidos. (MANN, 2006). Deste modo, um inimigo sem território se viu territorializado, por conseguinte, o novo alvo da Política Externa dos Estados Unidos passou a ser o terrorismo, o Iraque foi inserido no Eixo do Mal e o país se tornou alvo de medidas de securitização.

A partir de então, os Estados Unidos estabeleceram meios que iriam além das tradicionais medidas contenção e da dissuasão (PECEQUILO, 2003, p. 3). Promover-se-iam as bases de uma guerra preventiva. Por isso começou-se a falar em uma guerra contra o Iraque, na qual alegava que o regime de Saddam Hussein e a *al-Qaeda* possuíam ligações. Contudo, mesmo com a posterior falta de provas, as intenções de intervenção não foram cessadas, muito pelo contrário, surgiram declarações de que os Estados Unidos tinham provas de que o Iraque ainda possuía ADMs.⁷⁹

Como demonstra Bandeira (2009) é esse momento que o governo encontrou para cumprir uma pendência da Segunda Guerra do Golfo: retirar Saddam Hussein do poder⁸⁰. E esse objetivo foi sustentado por meio da elaboração, em junho de 2002, da “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América”. Tal estratégia, que viria a ser conhecida como doutrina Bush, enfatizava a ação estadunidense para com países considerados inimigos, grupos terroristas e quaisquer ameaças.

We must be prepared to stop rogue states and their terrorist clients before they are able to threaten or use weapons of mass destruction against the United States and our allies and friends. Our response must take full advantage of strengthened alliances, the establishment of new partnerships with former adversaries, innovation in the use of military forces, modern technologies, including the development of an effective missile defense system, and increased emphasis on intelligence collection and analysis.⁸¹ (BUSH, 2002, s.p.).

⁷⁹ Cabe ressaltar que o termo “armas de destruição em massa” faz referência a armas químicas, biológicas e nucleares e não inclui, de outro lado, armas convencionais, que são tão destrutivas quanto. O uso da expressão ADMs uso acabou adquirindo um sentido tendencioso, uma vez que é direcionado contra países da periferia, mas não contra as potências que as possuem em quantidade superior. Curiosamente, se não houvesse juízo de valor, os Estados Unidos seriam considerados os maiores possuidores de ADMs, bem como os seus maiores multiplicadores, por meio de vendas realizadas ao exterior. (MANN, 2006).

⁸⁰ “O governo republicano utilizou o trauma nacional de 11 de setembro para criar no país um patriotismo da lei e da ordem no combate ao terrorismo que minimizou as discordâncias, enquanto cumpria no exterior uma pauta imperial audaciosa da qual a ocupação do Iraque promete ser apenas o primeiro passo.” (ALI, 2003, p. 165).

⁸¹ “Temos que estar preparados para parar Estados párias e seus clientes terroristas antes que eles sejam capazes de ameaçar ou usar armas de destruição em massa contra os Estados Unidos e os nossos aliados e amigos. Nossa resposta deve tirar pleno partido das alianças fortalecidas, do estabelecimento de novas parcerias com antigos adversários, da inovação no uso de forças militares, das tecnologias modernas, incluindo o desenvolvimento de um sistema de defesa antimísseis eficaz, e maior ênfase na coleta de informações e análise”. (BUSH, 2002, s.p., tradução nossa).

Entretanto, dado o contexto de ebulição de ameaças internacionais, o CSNU emitiu a resolução 1441/02, haja vista a alegação de que o Iraque continuava violando as resoluções precedentes. De acordo com esta resolução, seria oferecida ao Iraque uma última chance para que se redimisse. Deste modo, entre outras coisas, demandou-se que o Iraque enviasse declarações precisas sobre os programas de desenvolvimento de ADMs. Além disso, os inspetores da UNSCOM, da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e do Grupo de Investigação do Iraque (GII) deveriam receber total apoio e estrutura de modo a realizarem seus trabalhos e obterem informações. Ainda, quaisquer armas e instalações encontradas deveriam ser destruídas pelos inspetores.

A resolução 1441 afirmava que estava respaldada pelo Capítulo VII da Carta da ONU, ou seja, em um primeiro momento seriam utilizados meios diplomáticos e, caso não fosse suficiente, apelar-se-ia à força. Não há dúvidas de que o governo Bush não hesitaria em depor o governo de Saddam Hussein. Havia, entretanto, um obstáculo: o CSNU. Isso porque, indubitavelmente as Nações Unidas não poderiam aceitar que uma intervenção armada se desse de modo a derrubar um governo, mesmo que se tratasse de um governo repressivo cuja manutenção apelava a medidas extremas. (BANDEIRA, 2009)

O governo iraquiano, contudo, aceitou cooperar com as inspeções e, deste modo, relatórios eram enviados seguidamente. Contudo, as buscas não tiveram sucesso e não foi confirmada a existência das armas anunciadas como ameaças à paz geral. “Simplesmente ninguém as encontrou”, afirmou Blix (2004, p. 372), então chefe da Comissão de Inspeção, Verificação e Monitoramento das Nações Unidas (UNMOVIC). Ainda, acrescentou que anteriormente a “UNSCOM havia encontrado grande quantidade de armas químicas depois do verão de 1991, que foram destruídas sob sua supervisão. No entanto, elas não estavam escondidas, mas nos locais declarados pelos iraquianos”. (BLIX, 2004, p. 374).

Em um pronunciamento às Nações Unidas, em 12 de Setembro de 2002, o presidente Bush acusou o regime de Saddam Hussein de produzir ADMs, dizendo que o “Iraq continues to withhold important information about its nuclear program – weapons design, procurement logs, experiment data, an accounting of nuclear materials and documentation of foreign assistance.” (BUSH, 2002, s.p.)⁸². Além disso, desafiou o CSNU a tomar medidas imediatas, isso porque

⁸² "O Iraque continua a reter informações importantes sobre o seu programa nuclear - o design dos armamentos, os registros de contratos, os dados da experiência, a contabilidade de materiais nucleares e de documentação de ajuda externa " (BUSH , 2002 s.p., tradução nossa) .

The conduct of the Iraqi regime is a threat to the authority of the United Nations, and a threat to peace. Iraq has answered a decade of U.N. demands with a decade of defiance. All the world now faces a test, and the United Nations a difficult and defining moment. Are Security Council resolutions to be honored and enforced, or cast aside without consequence? Will the United Nations serve the purpose of its founding, or will it be irrelevant?⁸³ (BUSH, 2002, s.p.).

Como demonstra Bandeira (2009), o governo Bush, na tentativa pressionar o CSNU e, ao mesmo tempo, desmoralizar a ONU, se utilizou de falácias e foi arrogante. Isso porque colocou a vontade dos Estados Unidos acima das normas de Direito Internacional e ameaçou agir unilateralmente. Dava-se, então, continuidade à postura de “[...] either you are with us, or you are with the terrorists.”⁸⁴ (BUSH, 2001, s.p.).

Assim, mesmo diante das alegações de cooperação provenientes dos inspetores da UNSCOM e da AIEA, bem como da ausência de provas acerca da existência de ADMs, e da falta de unanimidade do CSNU quanto a empreender ações militares, os Estados Unidos não se deram por satisfeitos. Deste modo, anunciaram, em 17 de março de 2003, que os meios diplomáticos haviam sido esgotados, que o CSNU havia sido reticente e que, então, de modo a evitar a instabilidade mundial, medidas militares seriam tomadas. Mantendo essa postura e “[...] como demonstração de boa vontade, deram um *ultimatum* de 48 horas [a Saddam].” (PECEQUILO, 2003, p. 3).

Para levar as contramedidas adiante, os Estados Unidos alegaram legítima defesa. Deste modo, quaisquer medidas poderiam ser tomadas e não acarretariam em responsabilidade internacional. Isso porque se entendia, internamente, que existiam danos anteriormente verificados que constituíam agressão injusta e exigiam reação estatal imediata, “[...] necessária à preservação de pessoas e da dignidade do Estado.” (MAZZUOLLI, 2012, p. 591). Assim, buscar-se-iam justificativas a partir do direito de conservação estatal.

Em 20 março de 2003, o George Bush ordenou o início das ofensivas militares. No mesmo dia justificou, através dos direcionamentos da doutrina que leva seu nome (Doutrina Bush), em outro pronunciamento, as ações da Operação Liberdade Iraquiana

We come to Iraq with respect for its citizens, for their great civilization and for the religious faiths they practice. We have no ambition in Iraq, except to remove a threat

⁸³ A conduta do regime iraquiano é uma ameaça à autoridade da Organização das Nações Unidas, e uma ameaça à paz. O Iraque respondeu a uma década de exigências da ONU com uma década de desafio. Todo o mundo enfrenta agora um teste, e as Nações Unidas um momento difícil e decisivo. As resoluções do Conselho de Segurança existem para ser honradas e executadas, ou deixadas de lado sem consequências? Será que as Nações Unidas servirão ao propósito de sua fundação, ou serão irrelevantes? (BUSH, 2002, s.p., tradução nossa).

⁸⁴ “[...] ou vocês estão conosco, ou vocês estão com os terroristas”. (BUSH, 2001, s.p., tradução nossa).

and restore control of that country to its own people. [...] Now that conflict has come, the only way to limit its duration is to apply decisive force. And I assure you, this will not be a campaign of half measures, and we will accept no outcome but victory. My fellow citizens, the dangers to our country and the world will be overcome. We will pass through this time of peril and carry on the work of peace. We will defend our freedom. We will bring freedom to others and we will prevail.⁸⁵ (BUSH, 20 mar. 2003).

A ação armada no Iraque proporcionou aos Estados Unidos, militarmente superiores, uma vitória rápida – a ocupação ocorreu em menos de um mês. O governante, Saddam Hussein, não foi capturado de imediato – tendo sido encontrado apenas em dezembro do mesmo ano. Por outro lado, seu regime de 24 anos foi derrubado. (BLIX, 2004). Assim sendo, ademais da eliminação de centros de comando iraquianos, o efetivo militar foi desmoralizado. E, ao que parece, deu-se mais atenção à ação militar em si do que para a futura pacificação. (MANN, 2006).

Os EUA, sem o consentimento do CSNU e mesmo da Opinião Pública⁸⁶, atacaram militarmente o Iraque. Considera-se que este conflito empreendido, de acordo com os conceitos apresentados por Walzer (2007), seria uma guerra injusta que se travestiria de guerra preventiva (em que há ameaças concretas), mas que na realidade seria preemptiva (em que prevalecem convicções subjetivas e intenções disfarçadas).

Ainda, para Walzer (2000, apud Costa, 2005), toda e qualquer força proveniente do exterior nunca está em posição de criticar e de intervir em uma realidade alheia, dado que não conhece suficientemente seu governo, seu povo, sua história e muito menos suas tradições. Assim, a própria necessidade de intervenção militar e, posteriormente humanitária, deixa em evidência um elevado grau de destruição que pode, paulatinamente, levar a um vazio político.

[s]e existem crimes de guerra reconhecíveis, devem existir criminosos de guerra reconhecíveis. Se existe agressão, tem de haver agressores. (...) As condições da guerra fornecem uma pletera de desculpas: medo, coerção, ignorância, mesmo loucura. Mas, a teoria da justiça deveria indicar-nos os homens e as mulheres a quem

⁸⁵ “Nós viemos para o Iraque com respeito para com os seus cidadãos, por sua grande civilização e para com as religiões que praticam. Nós não temos nenhuma ambição no Iraque, exceto para remover uma ameaça e restaurar o controle do país para seu próprio povo. [...] Agora que o conflito chegou, a única maneira de limitar a sua duração é aplicar força decisiva. E garanto-vos, essa não será uma campanha de meias medidas, e nós não aceitaremos qualquer resultado, mas a vitória. Meus concidadãos, os perigos para o nosso país e do mundo serão superados. Nós vamos passar por esse momento de perigo e continuar o trabalho de paz. Vamos defender a nossa liberdade. Vamos trazer a liberdade para os outros e vamos prevalecer”. (BUSH, 20 março de 2003, tradução nossa). Para ler o discurso completo, ver Anexo III.

⁸⁶ No dia 15 de fevereiro de 2003, mais de oito milhões de pessoas marcharam pelas ruas de cinco continentes contra uma guerra que ainda não começara. Esta primeira mobilização verdadeiramente global, de tamanho, alcance ou escala sem precedentes, buscava impedir a ocupação do Iraque que vinha sendo tramada no Pentágono. (ALI, 2003, p. 156).

podemos, legitimamente, pedir contas, e deveria formar e controlar o julgamento que fazemos das suas desculpas (ou das que são apresentadas em seu nome). (WALZER, 2000, p. 287 apud COSTA, 2005, p. 266).

Não se adentra, de maneira aprofundada, em uma análise concernente à postura de Saddam Hussein no Iraque, mesmo assim, entende-se que, como afirma Chomsky (1999), Saddam empreendeu crimes contra populações civis do Iraque. O que se tenta entender é a razão pela qual ele passou a ser a personificação do mal após a invasão do Kuwait e não quando era parceiro comercial e militar dos EUA – marcadamente na década de 1980, durante a Primeira Guerra do Golfo. Assim, se, de um lado, as operações armadas no Iraque foram bem sucedidas – ao restaurarem a soberania do Kuwait e ao derrubarem o regime ditatorial de Saddam – os meios utilizados careciam de argumentos aceitáveis legalmente e são considerados equivocados.

Além disso, reitera-se que o petróleo também impulsionou as ações estadunidenses. Isso porque o Iraque está entre as 5 maiores reservas comprovadas de petróleo no mundo, representando cerca de 12% do total mundial. (OPEC, 2014). Ainda, seu petróleo é de boa qualidade e sua extração não é difícil – apesar de, à época, as sanções impedirem a extração de boa parte. Assim, uma vez substituído por meio de ações estadunidenses, o regime de Saddam Hussein daria lugar a um Estado cujas ações satisfariam aos Estados Unidos, bem como a sua indústria petrolífera⁸⁷. (MANN, 2004).

Blix (2004) faz uma analogia na qual afirma que os eventos empreendidos no Iraque em 2003 foram uma espécie de cirurgia para extirpar um tumor maligno (as ADMs) cuja surpresa foi a sua inexistência. Ainda, o autor destaca que as falhas no caso iraquiano foram impressionantes. O Regime de Saddam Hussein e sua crueldade, de fato, foram tirados de cena. Entretanto, pode-se encarar, holisticamente, tal feito como um ato legítimo e como mérito dos Estados Unidos, uma vez que não eram o objetivo primordial? Ainda,

[...] há algo estranho na argumentação de que a autoridade do Conselho de Segurança tenha sido corroborada por uma minoria de membros e a posição da maioria, ignorada. Como é que a vontade mundial pode ser reforçada pela ação – no caso, precipitada – de uma ou de algumas nações, contra a vontade expressa de uma grande maioria? (BLIX, 2004, p. 389).

⁸⁷ A família do presidente Bush, bem como o vice-presidente Dick Cheney (que já dirigira a Halliburton, uma fabricante de equipamento petrolífero) possuíam ligações estreitas com a produção e exploração do petróleo. (MANN, 2004).

Como destaca Buzan (1983, p. 89), “[...] threats are so ambiguous, and because of knowledge of them is limited, National security policy-making is necessarily a highly imperfect art”⁸⁸ Deste modo, permanece a visão estreita de segurança do Estado mais forte, que tenta se utilizar de suas ferramentas para reduzir as vulnerabilidades que podem ser atingidas pelas ameaças.

Pode-se dizer que a lógica de Clausewitz (2002, p. 6), na qual “[...] la guerra constituye, por tanto, un acto de fuerza que se lleva a cabo para obligar al adversario a acatar nuestra voluntad”⁸⁹, foi aplicada no território iraquiano, principalmente após a década de 1990. Adentrou-se numa lógica maquiaveliana, em que o príncipe – ou os príncipes, no caso os presidentes dos EUA – se viram obrigados a agir contra sua palavra, caridade, humanidade e até mesmo religião. (MAQUIAVEL, 2007, p. 94).

Como destaca Mazzuoli (2012), na contemporaneidade, a noção de soberania, apesar de essencial à existência de um Estado, parece não ser respeitada de maneira equânime. Muito pelo contrário, as relações de poder no Sistema Internacional e as peculiaridades de cada um de seus agentes parece levar a um caminho onde cada um é tratado de maneira diferente – mesmo que o Art. 2º⁹⁰ da Carta da ONU conclame que todos os Estados possuam o mesmo *status* jurídico.

Não fossem os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos teriam dificuldade em criar e defender políticas para empreender uma Guerra do Iraque. (BLIX, 2004). Ainda, destarte as alegações acerca das ligações entre o regime iraquiano e os ataques não terem sido provadas, criou-se um ambiente propício para uma conexão, em tese, entre os terroristas e as ADMs. Por isso, dada a fúria despertada no momento, o Afeganistão, a *al-Qaeda*, o regime de Saddam Hussein e as armas de destruição em massa foram encarados como uma ameaça conjunta ao sistema internacional.

Em suma, a partir de tais conceitos e discursos, é viável ter-se o entendimento da questão, em que, de fato, a “Nova Ordem Mundial” adentra-se em uma lógica dualista: o bem e o mal; o certo e o errado; o democrático e o antidemocrático; o liberal e o tirano. Mas, curiosamente, por trás de toda essa lógica e de todo esse jogo empreendido pelas unidades estatais e econômicas, não se institui apenas uma máquina política falida, mas empreendem-se uma série de crimes

⁸⁸ “[...] ameaças são tão ambíguas e, visto que o conhecimento sobre elas é limitado, a política de segurança nacional é, necessariamente, uma arte altamente imperfeita”. (BUZAN, 1983, p. 89, tradução nossa).

⁸⁹ “[...] a guerra constitui, para tanto, um ato de força que se leva a cabo para obrigar o adversário a acatar nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 2002, p. 6, tradução nossa).

⁹⁰ “1. A Organização é baseada no princípio da igualdade de todos os seus Membros” (Artigo 2, Cap. I, Carta das Nações Unidas, 1945, p. 6).

contínuos contra populações civis, que se veem afastadas de condições básicas de sobrevivência, ao terem sua infraestrutura e seus meios de produção destruídos a partir da imposição da democracia externa. A lógica da Fé e da missão civilizatória como um “destino manifesto” ao qual os Estados Unidos estariam pragmaticamente fadados, continua sendo utilizada não apenas internamente, como modo de doutrinar seus nacionais, mas em distintas regiões do mundo. O Estado iraquiano é apenas mais um exemplo de falência provocada pela imposição de moldes extrinsecamente manipulados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a Grã-Bretanha perdeu o *status* de hegemona, e, conseqüentemente, de protetora dos Estados do Golfo, os Estados Unidos assumiram uma postura mais impositiva na região, dada uma série de fatores, tais como: suas crescentes ambições durante a Guerra Fria; a importância dos recursos petrolíferos abundantes na região; a Revolução Iraniana, em 1979, e sua repercussão; a questão do Kuwait, em 1990; a ação dos *rogue states* durante a “Nova Ordem Mundial”; e, mais recentemente, o 11 de Setembro de 2001. Por isso, “[...] the United States was less involved in Gulf [...] issues in the 1970s than it was in the 1980s, less involved in the 1980s than in the 1990s, less involved in the 1990s than in the 2000s”⁹¹ (GAUSE, 2009, p. 6).

Assim, o Iraque se tornou, paulatinamente, alvo de contemplação da agenda de Política Externa dos Estados Unidos, principalmente em questões concernentes a políticas de paz e de desenvolvimento. Tal posicionamento foi nutrido a partir de discursos de medo que apontavam o Estado iraquiano como propenso a desenvolver rebeliões, possuir armas de destruição em massa e abrigar grupos terroristas. Por outro lado, deve-se reiterar que o país representa uma das cinco maiores reservas declaradas de petróleo do mundo, cujo acesso e manutenção são, historicamente, vitais aos Estados Unidos – vide as declarações explícitas nas Doutrinas que vão desde Truman, perpassam pela militarização de Carter e chegam ao governo de Bush filho.

Facilitou este processo o fato do país lidar com algumas suscetibilidades, como a dificuldade de articulação de um mosaico étnico e religioso; questões ligadas a recursos escassos como a água e a terras produtivas de um lado, e recursos atrativos, como gás natural e petróleo, de outro; economias frágeis; processos de *state building* não-concluídos, entre outros (SWAIN *et al*, 2009).

Sendo assim, percebe-se que, às baixas habilidades para coordenar o desenvolvimento interno e desobstruir os problemas de segurança locais, somaram-se, como agravantes para a região, as profundas raízes históricas, dada a interferência de potências externas (Império Otomano, Grã-Bretanha e Estados Unidos) cujos interesses orquestraram a dinâmica local. Ainda, percebe-se que a atuação estadunidense, iniciada após a Segunda Guerra Mundial e intensificada nos anos 1990, teve efeitos diretos nas transformações ocorridas no Iraque. E,

⁹¹ “Os Estados Unidos estavam menos envolvidos nos negócios do Golfo [...] na década de 1970 do que estavam na década de 1980, menos envolvidos na década de 1980 do que estavam na década de 1990, menos envolvidos na década de 1990 do que nos anos 2000.” (GAUSE, 2009, p. 6).

além disso, encontrou sustentáculo em seus discursos e diretrizes que se concretizaram a partir da imposição de valores como a democracia e a liberdade.

Deste modo, entende-se que os motivos são mais profundos e estão arraigados na história iraquiana e em sua intersecção com os interesses de potências externas. Isso porque o Iraque é um país que foi unificado artificialmente pelo Império Otomano (no século XVI) e pela Grã-Bretanha (no século XX) e, mesmo com sua independência *de jure*, continuou seguindo as diretrizes traçadas pela Grã-Bretanha e por seu sucessor, os Estados Unidos. Por isso, na década de 1990, quando o Iraque já havia enfraquecido o Irã e, concomitantemente, desobedecera às ordens do concerto internacional, ao infringir a soberania do Kuwait, tornou-se alvo dos “deveres morais e excepcionais” dos Estados Unidos.

Deste modo, a hipótese deste trabalho é confirmada, pois as contínuas instabilidades internas e a concomitante deterioração do Estado iraquiano se devem à ação de potências externas e, no que tange aos anos 1990-2003, os Estados Unidos desempenharam papel central nesse processo. Esta perspectiva é sustentada a partir do cumprimento dos objetivos delimitados para este trabalho que eram: compreender a importância do território iraquiano para os Estados Unidos no contexto do pós-Guerra Fria; examinar possíveis alterações e/ou continuidades da Política Externa dos Estados Unidos para o Golfo Pérsico, durante o Governo Bush Pai (1989-1993), Governo Clinton (1993-2001) e o primeiro Governo Bush Filho (2001-2009); e, elucidar as consequências da atuação estadunidense no Iraque de 1990 até 2003.

Quanto ao primeiro objetivo, evidencia-se que o Iraque é importante por possuir 12% das reservas de petróleo mundiais e que a substituição do governo de Saddam por outro cujas ações se alinhariam às dos Estados Unidos, bem como à sua indústria petrolífera, seria conveniente. Destaca-se que os EUA controlavam indiretamente as reservas petrolíferas do Oriente Médio através do apoio aos governantes iraquiano, iraniano e saudita. Contudo, a partir da Revolução Islâmica Iraniana (1979) este panorama mudou e afetou indiretamente os Estados Unidos. A perda do controle de mais uma grande reserva de petróleo na região poderia implicar no risco de o governo estadunidense ter de se submeter a possíveis ações corporativas dos países detentores destas reservas, haja vista contar apenas com a Arábia Saudita. Nesse sentido, a Crise do Petróleo, na década de 1970, serviu com modelo e alerta para a implementação da política externa estadunidense dos governos posteriores a este evento. (THE KISSINGER REPORT, 1974⁹²). Assim, de modo a assegurar seus interesses, após a invasão do Kuwait os Estados

⁹² Conhecido oficialmente por National Security Study Memorandum (NSSM 200), foi classificado como confidencial à época de sua publicação, haja vista trazer estudos sobre as Implicações do crescimento da população

Unidos passaram a encarar o Iraque como uma ameaça a países produtores de petróleo da região que eram de seu interesse – marcadamente Kuwait e Arábia Saudita – e, além disso, foi elencado como ameaça à Nova Ordem Mundial recém proclamada. Posteriormente, dada a articulação permitida a partir do 11 de setembro, o regime de Saddam Hussein e as armas de destruição em massa foram elencados como uma ameaça conjunta ao sistema internacional.

No que tange ao segundo objetivo, apesar de intercalados, os governos Republicano (Bush Pai), Democrata (Clinton) e Republicano novamente (Bush filho), não foram identificadas diferenças no que tange à ação para enfraquecer o Estado iraquiano, senão um aprofundamento paulatino favorecido por conjunturas específicas: no primeiro governo seguiram-se as diretrizes do CSNU (do qual os Estados Unidos fazem parte) e, mesmo seguindo um padrão legal, apelou-se para o uso da força com a *Operation Desert Storm*; no segundo governo, aprofundaram-se as ofensivas militares com a *Operation Desert Fox*, mantiveram-se as sanções, e foi lançado o *Iraq Liberation Act* de modo a derrubar o governo de Saddam Hussein (e colocar um governo democrático, de acordo com os interesses estadunidenses); no terceiro governo, dado os eventos do 11 de Setembro, extrapolaram-se os limites da política tradicional, na ótica da securitização, e também do direito internacional, e por isso realizaram-se ofensivas militares com a *Operation Iraqi Freedom*, e o governo de Saddam Hussein foi derrubado.

Sobre o terceiro objetivo, as consequências das ações estadunidenses são evidenciadas quando se percebe que, desde 1990, o Iraque se viu preso a sanções que interferiram em seu desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, no bem-estar de sua população. Contribuiu-se cada vez mais, como antes demonstrado, para uma situação humanitária deteriorante. Além disso, como salientou Mann (2006), a vitória militar de 2003 e a (des)ordem que se sucedeu no Iraque evidenciam que as ações estadunidenses com a GGT estavam muito mais preocupadas em levar a cabo ações militares e a derrubar Saddam Hussein do que em estabelecer a paz e um rearranjo político pós-conflito. Por isso, mesmo sem encontrar armas de destruição em massa e sem confirmar ligações do Iraque com a al-Qaeda, o militarismo estadunidense e sua conseqüente securitização do Estado iraquiano promoveram uma política que contradiz à ideologia de liberdade e democracia aparentemente tão valorizadas.

mundial para a segurança dos EUA, e, dentre os tópicos analisados, a questão dos recursos minerais (petróleo) ser um elemento sensível.

Entende-se, como consequência, a razão pela qual no ano de 2014 o Iraque ocupa o 13º lugar no índice Fragile States Index⁹³, demandando alerta máximo (*high alert*), uma vez que sua economia está em declínio, há uma quantidade elevada de refugiados⁹⁴, a segurança é precária, a baixa qualidade dos serviços públicos é repudiável, o Estado está dividido em facções, bem como serem constantes as intervenções externas e as violações aos direitos humanos.

Acredita-se, portanto, que a ideia de que a segurança como uma ferramenta da política externa não deveria ter sido considerada como fruto do almejo universal no caso iraquiano, pois, se de um lado a segurança representa estabilidade frente a ameaças e situações emergenciais, de outro, uma relação de securitização presume a manutenção de conflitos. Quanto mais abrangente for o processo de securitização, mais sinuosos serão os caminhos percorridos e maiores serão as consequências geradas.

⁹³ O Fragile States Index (FSI) é desenvolvido de modo a evidenciar as fragilidades dos países e, concomitantemente, a encorajar debates ideias com fins de promover uma maior estabilidade a nível mundial. Para mais detalhes acerca do FSI, ver: < <http://ffp.statesindex.org/>>.

⁹⁴ De acordo com o Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas (ACNUR), em setembro de 2014 havia mais de 100 mil pedidos de reassentamento de refugiados iraquianos.

REFERÊNCIAS

ALI, Tariq. **Bush na Babilônia**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

ARAB LEAGUE. Disponível em: <www.arableagueonline.org>. Acesso em 05 dez. 2014.

ARRAES, Virgílio Caixeta. **Guerra do Golfo: a crise da nova ordem mundial**. In: Revista Brasileira de Política Internacional, nº 1, Brasília, Jan/Junho, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100006>. Acesso em 12 Jun 2014.

_____. Estados Unidos: Efeito da ufanía política no Iraque. In: DINIZ, Eugênio. **Estados Unidos: Política Externa e atuação na política internacional contemporânea**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Contraponto, UNESP, 1995.

AUGELLI, Enrico; MURPHY, Craig. **America's Quest for Supremacy and the Third World: A Gramscian analysis**. London: Pinter Pub Ltda, 1989.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano: da guerra da Espanha a Guerra no Iraque**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BECKER, Richard. **1958-1963, Iraq: Revolution and the U.S. Response**. Disponível em: <coat.ncf.ca/our_magazine/links/issue51/articles/51_20-21.pdf>. Acesso em 01 dez. 2014.

BENNOUNE, Karima. **'Sovereignty vs. Suffering'? Re-examining sovereignty and Human Rights through the lens of Iraq**. Disponível em: <ejil.org/pdfs/13/1/466.pdf>. Acesso em 11 dez. 2014.

BIERRENBACH, Ana Maria. **O conceito da Responsabilidade de Proteger e o Direito Internacional Humanitário**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

BLIX, Hans. **Desarmando o Iraque**. São Paulo: Editora A Girafa, 2004.

BUSH, George H. **Bush: Address to the Nation on the Invasion of Iraq**. January 16, 1991. Disponível em: <<https://greatspeeches.wordpress.com/2009/01/04/george-h-w-bush-address-to-the-nation-on-the-invasion-of-iraq-january-16-1991/>>. Acesso em 09 jun 2014.

_____. Remarks to the American Legislative Exchange Council. March, 1991. Disponível em: <www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=19351> Acesso em 20 ago. 2014

BUSH, George W. **Address to a Joint Session of Congress and the American People**. September, 2001. Disponível em: <georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html>. Acesso em 15 set. 2014.

_____. **Text of President Bush's 2002 State of Union Address.** Jan, 2002. Disponível em: <www.washingtonpost.com/wp-srv/onpolitics/transcripts/sou012902.htm>. Acesso em 09 dez. 2014.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The structure of International Security.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

_____. **People, States, and Fear: The National Security Problem in International Relations.** Great Britain: Wheatsheaf Books Ltd, 1983.

_____. The 'War on Terrorism' as the new 'macro-securitisation'? **Oslo Workshop Papers,** Oslo, 2006 Disponível em: <<http://rrii.150m.com/t08/Barry%20Buzan%20%20The%20War%20on%20Terrorism%20as%20the%20new%20macro-securitisation.pdf>>. Acesso em 03 Set. 2014.

_____; HANSEN, Lene. **The Evolution of Intenational Security Studies.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

_____. Rethinking Security After the Cold War. **Cooperation and Conflict**, v. 32, n.1, p. 5-28, 1997.

_____; WÆVER, Ole. 2009. Macrosecuritization and Security Constelations: reconsidering scale in securitization theory. **Review of International Studies**, vol. 35, 253-276. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292009000300003>. Acesso em 05 Set. 2014.

CAMPAIGN AGAINST SANCTIONS ON IRAQ (CASI). **Humanitarian situation in Iraq: Sub-Commission decision 1999/110 E/CN.4/SUB.2/DEC/1999/110 (26 August 1999).** Disponível em: <www.casi.org.uk/info/un.html>. Acesso em 10 dez. 2014.

CARR, E. H. **Vinte anos de Crise: 1919 -1939.** Uma introdução ao estudo das relações internacionais. Brasília: UNB, 2ª ed. 2011.

CARTER, Jimmy. **The State of the Union Address Delivered Before a Joint Session of the Congress.** Janeiro de 1980. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=33079>>. Acesso em 30 out 2014.

CCIAP. **Kuwait Map.** Disponível em: <http://www.cciap.pt/wp-content/uploads/2012/10/kuwait_map.gif> Acesso em 12 dez. 2014.

CEASER, James. The origins and character of American Exceptionalism. In: **American Political Thought**, spring 2012. Disponível em: <<http://www.polisci.wisc.edu/uploads/documents/ceaser.pdf>>. Acesso em 11 nov. 2014.

CLARK, Ian. **Globalization and the post-cold war order: the spoils of peace.** Oxford: Oxford University Press, 1997.

CHOMSKY, Noam. **O que o tio Sam realmente quer**. Brasília: UNB, 1999.

_____. Rogue States. **Z Magazine**. April, 1998. Disponível em:
<<http://www.chomsky.info/articles/199804--.htm>>. Acesso em 05 Jun. 2014.

_____. **11 de Setembro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CIA, The World Factbook. **Iraq**. Disponível em:
<<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/iz.html>> Acesso em 01 dez. 2014.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **De la Guerra**. Librodot: 2002. (1ª pub. 1832) Disponível em:
<<http://lahaine.org/amauta/b2-img/Clausewitz%20Karl%20von%20-%20De%20la%20guerra.pdf>>. Acesso em 10 Jun. 2014.

CNN. **President Clinton explains Iraq strike**. Disponível em:
<www.cnn.com.br/ALLPOLITICS/stories/1998/12/16/transcripts/clinton.html> Acesso em 18 dez. 2014

CONSTITUTION OF THE UNITED STATES. Disponível em:
<http://www.archives.gov/exhibits/charters/constitution_transcript.html>. acesso em 01 nov. 2014.

COŞKUN, Bezen Balamir. Words, Images, Enemies: Macro-Securitization of the Islamic Terror, Popular Tv Drama and the War on Terror. **Turkish Journal of Politics**. Vol. 3 No. 1 Summer 2012. Disponível em: < <http://tjp.fatih.edu.tr/docs/articles/121.pdf>>. Acesso em 05 Out. 2014.

COSTA, Maria da Fátima Machado da. **Michael Walzer: A teoria da Guerra Justa e o Terrorismo**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Minho, Braga, 2005. Disponível em:
<<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5658/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%A1tima%20Machado%20Costa.pdf>>. Acesso em 10 Jun. 2014.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. São Paulo: Ed. Contexto, 2004.

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS. **Um esboço da História Americana**. Escritório de Assuntos Públicos. 2012. Disponível em:
<http://photos.state.gov/libraries/amgov/30145/publications-portuguese/OutlineofUSHistory_Portuguese.pdf>. Acesso em 26 set. 2014.

DICIONÁRIO PRIBERAM. **Civilização**. Disponível em:
<www.priberam.pt/dlpo/civilização>. Acesso em: 14 nov. 2014.

DOMINGUES, Beatriz Helena. Manifest Destiny in American Story: Religion, history and policy. In: DINIZ, Eugenio. **Estados Unidos: Política Externa e atuação na política internacional contemporânea**. Belo Horizonte: PUCMinas, 2009

DUQUE, Marina Guedes. O Papel de Síntese da Escola de Copenhague nos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 31 nº3, setembro/dezembro 2009, p. 459-501. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292009000300003>. Acesso em 05 Set. 2014.

EISENHOWER, Dwight. **Special Message to the Congress on the Situation in the Middle East**. Janeiro de 1957. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=11007>>. Acesso em 30 out 2014.

FINKELSTEIN, Norman G. **Imagem e Realidade do Conflito Israel-Palestina**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

FONSECA, Carlos da. “Deus está do nosso lado”: excepcionalismo e religião nos EUA. In: **Contexto Internacional**, v. 29. Rio de Janeiro: jan./jun. 2007. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000100005&lng=pt&nrm=iso&userID=-2>. Acesso em 08 nov. 2014.

FSI. **Fragile States Index 2014**. Disponível em: <ffp.statesindex.org/rankings-2014>. Acesso em 15 dez. 2014.

FUKUYAMA, Francis. **The end of history?** Disponível em: <www.kropfpolisci.com/exceptionalism.fukuyama.pdf>. Acesso em 15 dez. 2014.

FUSER, Igor. **O petróleo e a política dos EUA no Golfo Pérsico: a atualidade da Doutrina Carter**. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v17_18_igor.pdf>. Acesso em 25 nov. 2014.

_____. **Petróleo e Poder**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

GAUSE III, F. Gregory. **The International Relations of The Persian Gulf**. Cambridge University Press. December 21, 2009.

GLAZIER, Rebecca. Divine Direction: the influence of Providential Religious Beliefs on Foreign Policy Attitudes. **Sixth Biennial Symposium on Religion and Politics The Henry Institute**, Calvin College, April 28-30, 2011. Disponível em: <<https://www.calvin.edu/henry/research/symposiumpapers/Symp2011Glazier.pdf>>. Acesso em 08 nov. 2014.

HAYES, Thomas, Confrontation in the Gulf: the Oilfield Lying Below the Iraq-Kuwait Dispute. **The New York Times** Disponível em: <www.nytimes.com/1990/09/03/world/confrontation-in-the-gulf-the-oilfield-lying-below-the-iraq-kuwait-dispute.html?src=pm&pagewanted=>>. Acesso em 08 dez. 2014

HUNTER, Robert E. Building Security in the Persian Gulf. **National Security Research Division**. Rand Corporation: 2010. Disponível em:

<http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2010/RAND_MG944.pdf>. Acesso em 09 Out. 2014.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações** e a recomposição da Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

IRAQ LIBERATION ACT OF 1998. Pubkuc Law 105-338. 105th Congress. U.S. Government Printing Office, outubro de 1998. Disponível em: <<http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/PLAW-105publ338/pdf/PLAW-105publ338.pdf>>. Acesso em 09 Jun 2014.

JUDIS, John. The Chosen Nation: The influence of religion on U.S. foreign policy. In: **Carnegie Endowment for International Peace**. Março, 2005. Disponível em: <<http://carnegieendowment.org/files/pb37.judis.final.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2014.

KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos: das Origens ao Século XXI**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

KEEGAN, John. **A guerra do Iraque**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2005

KIERNAN, V. G. **Estados Unidos: o novo imperialismo – da colonização a hegemonia mundial**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2009.

LESSER, Ian O. Oil, The Persian Gulf and Grand Strategy. Santa Monica: **RAND**, 1991. Disponível em: <www.rand.org/content/dam/rand/pubs/reports/2008/R4072.pdf>. Acesso em 18 out 2014.

MACKEY, Sandra. **Os Iranianos – Pérsia, Islã e a Alma de uma Nação**. Rio de Janeiro: Biblex, 2008.

MANN, Michael. **O Império da Incoerência: a natureza do poder americano**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe: Comentado por Napoleão Bonaparte**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2007.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 6^a Ed., 2012.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. O Lobby de Israel. In: **Novos Estudos 76**, CEBRAP, novembro 2006, pp. 43-73.

MILLER, Gary; SCHOFIELD, Norman. The transformation of the Republican and Democratic Party Coalitions in the U.S. In: **Perspectives on Politics**, September 2008, vol. 6 n° 3. Disponível em:

<https://polisci.wustl.edu/files/polisci/imce/z.1152008.2.pop_.published.pdf>. Acesso em 01 dez. 2014.

NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/carta/>>. Acesso em 02 Ago 2014.

NATIONAL SECURITY STUDY MEMORANDUM. **The Kissinger Report**. Disponível em: <pdf.usaid.gov/pdf_docs/PCAAB500.pdf>. Acesso em 15 dez. 2014.

NYE Jr, Joseph. **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. Disponível em: <www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/BibliografiaSelecaoPos/NYE_2009.pdf>. Acesso em 14 Jun. 2014.

OLIVEIRA, Flávio Rocha de. **Realismo e Liberalismo no estudo das Relações Internacionais: A Guerra do Golfo**. São Paulo: Plêiade, 2009

OPEC. **Share of World Crude Oil Reserves**. Disponível em: <www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm>. Acesso em 22 dez. 2014.

OXFORD. **Tanzimat definition**. Disponível em: <<http://oxfordindex.oup.com/view/10.1093/acref/9780195125580.013.2336>>. Acesso em 24 nov. 2014.

O'SULLIVAN, John. The Great Nation of Futurity. In: **The United States Democratic Review**. Ithaca, New York: Cornell University Library, 1999-2009. Disponível em: <<http://digital.library.cornell.edu/cgi/t/text/text-idx?c=usde;idno=usde0006-4>>. Acesso em 15 nov. 2014.

PASSIA. **Sykes-Picot Agreement, 1916**. Disponível em: <www.passia.org/palestine_facts/MAPS/newpdf/Sykes-Picot-1916.gif>. Acesso em 10 nov. 2014

PATRIOTA, Antônio de Aguiar. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

PRAGMATISMO POLÍTICO. **As maiores reservas de petróleo do mundo**. Disponível em: <www.pragmatismopolitico.com.br/2014/02/maiores-reservas-de-petroleo-mundo.html>. Acesso em 19 dez. 2014.

PECEQUILO, Cristiana Soreanu. **A Política Externa Estadunidense: Continuidade ou Mudança?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PINTO, Maria do Céu de Pinho Ferreira. **Infiéis na Terra do Islão: Os Estados Unidos, O Médio Oriente e o Islão**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

POZZOLAN. **Iraq's Map**. Disponível em:
<<http://www.pozzolan.com/uploads/News/Iraq.jpg>> Acesso em 18 nov. 2014

REAGAN, Ronald. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. Janeiro de 1985. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=38069>>. Acesso em 30 out. 2014.

ROBINS, Philip. The War for Regime Change in Iraq. In: Fawcett, Louise. **International Relations of the Middle East**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

Royal Australian Navy. **Shatt al-'Arab**. Disponível em:
<http://www.navy.gov.au/sites/default/files/Hindsight_2011_7-1_0.jpg>. Acesso em 15 dez. 2014

SAID, Edward W. **From Oslo to Iraq and the Road Map**. New York: Pantheon Books, 2004.

SALE, Richard. **As Guerras Secretas de Clinton**: a evolução de um comandante-em-chefe. Curitiba: Editora Nossa Cultura, 2010.

SECURITY COUCIL. **Resolution 660 of 1990**. Disponível em:
<[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/660\(1990\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/660(1990))>. Acesso em 02 ago 2014.

_____. **Resolution 661 of 1990**. Disponível em:
<[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/661\(1990\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/661(1990))>. Acesso em 02 ago 2014.

_____. **Resolution 662 of 1990**. Disponível em:
<[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/662\(1990\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/662(1990))>. Acesso em 02 ago 2014.

_____. **Resolution 667 of 1990**. Disponível em:
<[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/667\(1990\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/667(1990))>. Acesso em 02 ago 2014

_____. **Resolution 669 of 1990**. Disponível em:
<[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/669\(1990\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/669(1990))> Acesso em 02 ago 2014.

_____. **Resolution 678 of 1990**. Disponível em: <<http://www.cfr.org/international-organizations-and-alliances/un-security-council-resolution-678-iraq-kuwait/p11205>> Acesso em 02 ago. 2014

_____. **Resolution 687 of 1991**. Disponível em:
<[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/687\(1991\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/687(1991))>. Acesso em 02 ago 2014.

_____. **Resolution 688 of 1991.** Disponível em:
<[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/688\(1991\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/688(1991))>. Acesso em 02 ago 2014.

_____. **Resolution 986 of 1995.** Disponível em: < <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N95/109/88/PDF/N9510988.pdf?OpenElement>> Acesso em 03 ago. 2014

_____. **Resolution 1441 of 2002.** Disponível em:
<<http://www.un.org/depts/unmovic/documents/1441.pdf>> Acesso em 25 nov. 2014

SELECTED SPEECHES OF PRESIDENT GEORGE W. BUSH Disponível em:
<georgewbushwhitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf>. Acesso em 11 jun 2014.

SWAIN, Ashok; OJENDAL, Joakim; SCHULZ, Michael. Security in the Middle East – Increasingly Multidimensional and Challenging. **Swedish Armed Forces**, Stockholm, August 2009. Disponível em: <http://www.academia.edu/382039/Security_in_the_Middle_East-Increasingly_Multidimensional_and_Challenging>. Acesso em 06 set 2014.

SYKES-PICOT AGREEMENT. **WWI Documents Archive:** Official Papers. Disponível em:
<<http://www.saylor.org/site/wp-content/uploads/2011/08/HIST351-9.2.4-Sykes-Picot-Agreement.pdf>>. Acesso em 01 dez. 2014.

THE NATIONAL SECURITY STRATEGY OF THE UNITED STATES OF AMERICA. September, 2002. Disponível em: <www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>. Acesso em 23 dez. 2014 .

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. **O pensamento neoconservador em política externa nos Estados Unidos.** São Paulo: Editora Unesp, 2010.

THE NEW YORK TIMES. **Impeachment:** The overview – Clinton Impeached; He faces a Senate Trial, 2nd in History; vows to do job till Term's 'Last Hour'. Disponível em:
<www.nytimes.com/1998/12/20/us/impeachment-overview-clinton-impeached-he-faces-senate-trial-2d-history-vows-job.html>. Acesso em 11 dez. 2014.

TRIPP, Charles. **A history of Iraq.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

TRISTAN, Pierre. **The U.S. and the Middle East in 10 Easy Pieces:** Mideast Policy from Harry Truman to George W. Bush. Disponível em:
<http://middleeast.about.com/od/usmideastpolicy/a/me070909b_2.htm>. Acesso em 15 nov 2014.

TRUMAN, Harry. **Special Message to the Congress on Greece and Turkey:** The Truman Doctrine. Março de 1947. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=12846>>. Acesso em 30 out 2014.

UNITED NATIONS INFORMATION SYSTEM ON THE QUESTION OF PALESTINE (UNISPAL). **Balfour Declaration**. Disponível em: <<http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/E210CA73E38D9E1D052565FA00705C61>> Acesso em 10 nov. 2014

USA NATIONAL CONGRESS. **Authorization for Use of Military Force Against Iraq Resolution**. Disponível em: <<http://thomas.loc.gov/cgi-bin/query/D?c102:4:./temp/~c102qhy1WS>>. Acesso em 02 Ago 2014.

U.S DEPARTMENT OF STATE: Office of the Historian. Disponível em: <<https://history.state.gov/>>. Acesso em 14 Jun. 2014.

_____. **Henry Luce and 20th century U.S. Internationalism**. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1937-1945/internationalism>>. Acesso em 22 dez. 2014.

VALLENÇA, Marcelo Mello. **Novas Guerras, Estudos para a Paz e Escola de Copenhague**: uma contribuição para o resgate da violência pela Segurança. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16533/16533_6.PDF>. Acesso em 06 Set. 2014.

WALZER, Michael. **The Crime of Aggressive War**. Disponível em: <digitalcommons.law.wustl.edu/globalstudies/vol6/iss3/14/>. Acesso em 14 Jun. 2014.

WHITTAKER, David J. **Terrorismo** – um retrato. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 2005.

ANEXOS

Anexo I: President George Bush Announcing War Against Iraq

Just 2 hours ago, allied air forces began an attack on military targets in Iraq and Kuwait. These attacks continue as I speak. Ground forces are not engaged.

This conflict started August 2nd when the dictator of Iraq invaded a small and helpless neighbor. Kuwait -- a member of the Arab League and a member of the United Nations -- was crushed; its people, brutalized. Five months ago, Saddam Hussein started this cruel war against Kuwait. Tonight, the battle has been joined.

This military action, taken in accord with United Nations resolutions and with the consent of the United States Congress, follows months of constant and virtually endless diplomatic activity on the part of the United Nations, the United States, and many, many other countries. Arab leaders sought what became known as an Arab solution, only to conclude that Saddam Hussein was unwilling to leave Kuwait. Others traveled to Baghdad in a variety of efforts to restore peace and justice. Our Secretary of State, James Baker, held an historic meeting in Geneva, only to be totally rebuffed. This past weekend, in a last-ditch effort, the Secretary-General of the United Nations went to the Middle East with peace in his heart -- his second such mission. And he came back from Baghdad with no progress at all in getting Saddam Hussein to withdraw from Kuwait.

Now the 28 countries with forces in the Gulf area have exhausted all reasonable efforts to reach a peaceful resolution -- have no choice but to drive Saddam from Kuwait by force. We will not fail. As I report to you, air attacks are underway against military targets in Iraq. We are determined to knock out Saddam Hussein's nuclear bomb potential. We will also destroy his chemical weapons facilities. Much of Saddam's artillery and tanks will be destroyed. Our operations are designed to best protect the lives of all the coalition forces by targeting Saddam's vast military arsenal. Initial reports from General Schwarzkopf are that our operations are proceeding according to plan.

Our objectives are clear: Saddam Hussein's forces will leave Kuwait. The legitimate government of Kuwait will be restored to its rightful place, and Kuwait will once again be free. Iraq will eventually comply with all relevant United Nations resolutions, and then, when peace is restored, it is our hope that Iraq will live as a peaceful and cooperative member of the family of nations, thus enhancing the security and stability of the Gulf.

Some may ask: Why act now? Why not wait? The answer is clear: The world could wait no longer. Sanctions, though having some effect, showed no signs of accomplishing their objective. Sanctions were tried for well over 5 months, and we and our allies concluded that sanctions alone would not force Saddam from Kuwait.

While the world waited, Saddam Hussein systematically raped, pillaged, and plundered a tiny nation, no threat to his own. He subjected the people of Kuwait to unspeakable atrocities -- and among those maimed and murdered, innocent children. While the world waited, Saddam sought to add to the chemical weapons arsenal he now possesses, an infinitely more dangerous weapon of mass destruction -- a nuclear weapon. And while the world waited, while the world talked peace and withdrawal, Saddam Hussein dug in and moved massive forces into Kuwait. While the world waited, while Saddam stalled,

more damage was being done to the fragile economies of the Third World, emerging democracies of Eastern Europe, to the entire world, including to our own economy.

The United States, together with the United Nations, exhausted every means at our disposal to bring this crisis to a peaceful end. However, Saddam clearly felt that by stalling and threatening and defying the United Nations, he could weaken the forces arrayed against him. While the world waited, Saddam Hussein met every overture of peace with open contempt. While the world prayed for peace, Saddam prepared for war.

I had hoped that when the United States Congress, in historic debate, took its resolute action, Saddam would realize he could not prevail and would move out of Kuwait in accord with the United Nations resolutions. He did not do that. Instead, he remained intransigent, certain that time was on his side.

Saddam was warned over and over again to comply with the will of the United Nations: Leave Kuwait, or be driven out. Saddam has arrogantly rejected all warnings. Instead, he tried to make this a dispute between Iraq and the United States of America. Well, he failed. Tonight, 28 nations -- countries from 5 continents, Europe and Asia, Africa, and the Arab League -- have forces in the Gulf area standing shoulder to shoulder against Saddam Hussein. These countries had hoped the use of force could be avoided. Regrettably, we now believe that only force will make him leave.

Prior to ordering our forces into battle, I instructed our military commanders to take every necessary step to prevail as quickly as possible, and with the greatest degree of protection possible for American and allied service men and women. I've told the American people before that this will not be another Vietnam, and I repeat this here tonight. Our troops will have the best possible support in the entire world, and they will not be asked to fight with one hand tied behind their back. I'm hopeful that this fighting will not go on for long and that casualties will be held to an absolute minimum.

This is an historic moment. We have in this past year made great progress in ending the long era of conflict and cold war. We have before us the opportunity to forge for ourselves and for future generations a new world order -- a world where the rule of law, not the law of the jungle, governs the conduct of nations. When we are successful -- and we will be -- we have a real chance at this new world order, an order in which a credible United Nations can use its peacekeeping role to fulfill the promise and vision of the U.N.'s founders.

We have no argument with the people of Iraq. Indeed, for the innocents caught in this conflict, I pray for their safety. Our goal is not the conquest of Iraq. It is the liberation of Kuwait. It is my hope that somehow the Iraqi people can, even now, convince their dictator that he must lay down his arms, leave Kuwait, and let Iraq itself rejoin the family of peace-loving nations.

Thomas Paine wrote many years ago: "These are the times that try men's souls." Those well-known words are so very true today. But even as planes of the multinational forces attack Iraq, I prefer to think of peace, not war. I am convinced not only that we will prevail but that out of the horror of combat will come the recognition that no nation can stand against a world united, no nation will be permitted to brutally assault its neighbor.

No President can easily commit our sons and daughters to war. They are the Nation's finest. Ours is an all-volunteer force, magnificently trained, highly motivated. The troops know why they're there. And listen to what they say, for they've said it better than any President or Prime Minister ever could.

Listen to Hollywood Huddleston, Marine lance corporal. He says, "Let's free these people, so we can go home and be free again." And he's right. The terrible crimes and tortures committed by Saddam's henchmen against the innocent people of Kuwait are an affront to mankind and a challenge to the freedom of all. Listen to one of our great officers out there, Marine Lieutenant General Walter Boomer. He said: "There are things worth fighting for. A world in which brutality and lawlessness are allowed to go unchecked isn't the kind of world we're going to want to live in." Listen to Master Sergeant J.P. Kendall of the 82nd Airborne: "We're here for more than just the price of a gallon of gas. What we're doing is going to chart the future of the world for the next 100 years. It's better to deal with this guy now than 5 years from now."

And finally, we should all sit up and listen to Jackie Jones, an Army lieutenant, when she says, "If we let him get away with this, who knows what's going to be next?"

I have called upon Hollywood and Walter and J.P. and Jackie and all their courageous comrades-in-arms to do what must be done. Tonight, America and the world are deeply grateful to them and to their families. And let me say to everyone listening or watching tonight: When the troops we've sent in finish their work, I am determined to bring them home as soon as possible.

Tonight, as our forces fight, they and their families are in our prayers. May God bless each and every one of them, and the coalition forces at our side in the Gulf, and may He continue to bless our nation, the United States of America.

President George Bush - January 16, 1991

Anexo II: President Clinton explains Iraq strike

CLINTON: Good evening.

Earlier today, I ordered America's armed forces to strike military and security targets in Iraq. They are joined by British forces. Their mission is to attack Iraq's nuclear, chemical and biological weapons programs and its military capacity to threaten its neighbors.

Their purpose is to protect the national interest of the United States, and indeed the interests of people throughout the Middle East and around the world. Saddam Hussein must not be allowed to threaten his neighbors or the world with nuclear arms, poison gas or biological weapons. I want to explain why I have decided, with the unanimous recommendation of my national security team, to use force in Iraq; why we have acted now; and what we aim to accomplish.

Six weeks ago, Saddam Hussein announced that he would no longer cooperate with the United Nations weapons inspectors called UNSCOM. They are highly professional experts from dozens of countries. Their job is to oversee the elimination of Iraq's capability to retain, create and use weapons of mass destruction, and to verify that Iraq does not attempt to rebuild that capability.

The inspectors undertook this mission first 7.5 years ago at the end of the Gulf War when Iraq agreed to declare and destroy its arsenal as a condition of the ceasefire. The international community had good reason to set this requirement. Other countries possess weapons of mass destruction and ballistic missiles. With Saddam, there is one big difference: He has used them. Not once, but repeatedly. Unleashing chemical weapons against Iranian troops during a decade-long war. Not only against soldiers, but against civilians, firing Scud missiles at the citizens of Israel, Saudi Arabia, Bahrain and Iran. And not only against a foreign enemy, but even against his own people, gassing Kurdish civilians in Northern Iraq.

The international community had little doubt then, and I have no doubt today, that left unchecked, Saddam Hussein will use these terrible weapons again. The United States has patiently worked to preserve UNSCOM as Iraq has sought to avoid its obligation to cooperate with the inspectors. On occasion, we've had to threaten military force, and Saddam has backed down. Faced with Saddam's latest act of defiance in late October, we built intensive diplomatic pressure on Iraq backed by overwhelming military force in the region. The UN Security Council voted 15 to zero to condemn Saddam's actions and to demand that he immediately come into compliance.

Eight Arab nations -- Egypt, Syria, Saudi Arabia, Kuwait, Bahrain, Qatar, United Arab Emirates and Oman -- warned that Iraq alone would bear responsibility for the consequences of defying the UN.

When Saddam still failed to comply, we prepared to act militarily. It was only then at the last possible moment that Iraq backed down. It pledged to the UN that it had made, and I quote, a clear and unconditional decision to resume cooperation with the weapons inspectors. I decided then to call off the attack with our airplanes already in the air because Saddam had

given in to our demands. I concluded then that the right thing to do was to use restraint and give Saddam one last chance to prove his willingness to cooperate.

I made it very clear at that time what unconditional cooperation meant, based on existing UN resolutions and Iraq's own commitments. And along with Prime Minister Blair of Great Britain, I made it equally clear that if Saddam failed to cooperate fully, we would be prepared to act without delay, diplomacy or warning.

Now over the past three weeks, the UN weapons inspectors have carried out their plan for testing Iraq's cooperation. The testing period ended this weekend, and last night, UNSCOM's chairman, Richard Butler, reported the results to UN Secretary-General Annan. The conclusions are stark, sobering and profoundly disturbing. In four out of the five categories set forth, Iraq has failed to cooperate. Indeed, it actually has placed new restrictions on the inspectors. Here are some of the particulars.

Iraq repeatedly blocked UNSCOM from inspecting suspect sites. For example, it shut off access to the headquarters of its ruling party and said it will deny access to the party's other offices, even though UN resolutions make no exception for them and UNSCOM has inspected them in the past. Iraq repeatedly restricted UNSCOM's ability to obtain necessary evidence. For example, Iraq obstructed UNSCOM's effort to photograph bombs related to its chemical weapons program. It tried to stop an UNSCOM biological weapons team from videotaping a site and photocopying documents and prevented Iraqi personnel from answering UNSCOM's questions.

Prior to the inspection of another site, Iraq actually emptied out the building, removing not just documents but even the furniture and the equipment. Iraq has failed to turn over virtually all the documents requested by the inspectors. Indeed, we know that Iraq ordered the destruction of weapons-related documents in anticipation of an UNSCOM inspection.

So Iraq has abused its final chance.

As the UNSCOM reports concludes, and again I quote, "Iraq's conduct ensured that no progress was able to be made in the fields of disarmament. In light of this experience, and in the absence of full cooperation by Iraq, it must regrettably be recorded again that the commission is not able to conduct the work mandated to it by the Security Council with respect to Iraq's prohibited weapons program."

In short, the inspectors are saying that even if they could stay in Iraq, their work would be a sham.

Saddam's deception has defeated their effectiveness. Instead of the inspectors disarming Saddam, Saddam has disarmed the inspectors.

This situation presents a clear and present danger to the stability of the Persian Gulf and the safety of people everywhere. The international community gave Saddam one last chance to resume cooperation with the weapons inspectors. Saddam has failed to seize the chance. And so we had to act and act now. Let me explain why.

First, without a strong inspection system, Iraq would be free to retain and begin to rebuild its chemical, biological and nuclear weapons programs in months, not years. Second, if

Saddam can cripple the weapons inspection system and get away with it, he would conclude that the international community -- led by the United States -- has simply lost its will. He will surmise that he has free rein to rebuild his arsenal of destruction, and someday -- make no mistake -- he will use it again as he has in the past. Third, in halting our air strikes in November, I gave Saddam a chance, not a license. If we turn our backs on his defiance, the credibility of U.S. power as a check against Saddam will be destroyed. We will not only have allowed Saddam to shatter the inspection system that controls his weapons of mass destruction program; we also will have fatally undercut the fear of force that stops Saddam from acting to gain domination in the region.

That is why, on the unanimous recommendation of my national security team -- including the vice president, the secretary of defense, the chairman of the joint chiefs of staff, the secretary of state and the national security adviser -- I have ordered a strong, sustained series of air strikes against Iraq. They are designed to degrade Saddam's capacity to develop and deliver weapons of mass destruction, and to degrade his ability to threaten his neighbors.

At the same time, we are delivering a powerful message to Saddam. If you act recklessly, you will pay a heavy price. We acted today because, in the judgment of my military advisers, a swift response would provide the most surprise and the least opportunity for Saddam to prepare.

If we had delayed for even a matter of days from Chairman Butler's report, we would have given Saddam more time to disperse his forces and protect his weapons. Also, the Muslim holy month of Ramadan begins this weekend. For us to initiate military action during Ramadan would be profoundly offensive to the Muslim world and, therefore, would damage our relations with Arab countries and the progress we have made in the Middle East. That is something we wanted very much to avoid without giving Iraq's a month's head start to prepare for potential action against it.

Finally, our allies, including Prime Minister Tony Blair of Great Britain, concurred that now is the time to strike. I hope Saddam will come into cooperation with the inspection system now and comply with the relevant UN Security Council resolutions. But we have to be prepared that he will not, and we must deal with the very real danger he poses.

So we will pursue a long-term strategy to contain Iraq and its weapons of mass destruction and work toward the day when Iraq has a government worthy of its people.

First, we must be prepared to use force again if Saddam takes threatening actions, such as trying to reconstitute his weapons of mass destruction or their delivery systems, threatening his neighbors, challenging allied aircraft over Iraq or moving against his own Kurdish citizens.

The credible threat to use force, and when necessary, the actual use of force, is the surest way to contain Saddam's weapons of mass destruction program, curtail his aggression and prevent another Gulf War. Second, so long as Iraq remains out of compliance, we will work with the international community to maintain and enforce economic sanctions. Sanctions have cost Saddam more than \$120 billion -- resources that would have been used to rebuild his military. The sanctions system allows Iraq to sell oil for food, for medicine, for other humanitarian supplies for the Iraqi people.

We have no quarrel with them. But without the sanctions, we would see the oil-for-food program become oil-for-tanks, resulting in a greater threat to Iraq's neighbors and less food for

its people. The hard fact is that so long as Saddam remains in power, he threatens the well-being of his people, the peace of his region, the security of the world.

The best way to end that threat once and for all is with a new Iraqi government -- a government ready to live in peace with its neighbors, a government that respects the rights of its people. Bringing change in Baghdad will take time and effort. We will strengthen our engagement with the full range of Iraqi opposition forces and work with them effectively and prudently.

The decision to use force is never cost-free. Whenever American forces are placed in harm's way, we risk the loss of life. And while our strikes are focused on Iraq's military capabilities, there will be unintended Iraqi casualties. Indeed, in the past, Saddam has intentionally placed Iraqi civilians in harm's way in a cynical bid to sway international opinion.

We must be prepared for these realities. At the same time, Saddam should have absolutely no doubt if he lashes out at his neighbors, we will respond forcefully. Heavy as they are, the costs of action must be weighed against the price of inaction. If Saddam defies the world and we fail to respond, we will face a far greater threat in the future. Saddam will strike again at his neighbors. He will make war on his own people.

And mark my words, he will develop weapons of mass destruction. He will deploy them, and he will use them. Because we're acting today, it is less likely that we will face these dangers in the future.

Let me close by addressing one other issue. Saddam Hussein and the other enemies of peace may have thought that the serious debate currently before the House of Representatives would distract Americans or weaken our resolve to face him down. But once more, the United States has proven that although we are never eager to use force, when we must act in America's vital interests, we will do so.

In the century we're leaving, America has often made the difference between chaos and community, fear and hope. Now, in the new century, we'll have a remarkable opportunity to shape a future more peaceful than the past, but only if we stand strong against the enemies of peace.

Tonight, the United States is doing just that. May God bless and protect the brave men and women who are carrying out this vital mission and their families. And may God bless America.

Anexo III: Operation Iraqi Freedom Adress to the Nation

My fellow citizens, at this hour, American and coalition forces are in the early stages of military operations to disarm Iraq, to free its people, and to defend the world from grave danger. On my orders, coalition forces have begun striking selected targets of military importance to undermine Saddam Hussein's ability to wage war. These are opening stages of what will be a broad and concerted campaign. More than 35 countries are giving crucial support -- from the use of naval and air bases, to help with intelligence and logistics, to the deployment of combat units. Every nation in this coalition has chosen to bear the duty and share the honor of serving in our common defense.

To all the men and women of the United States Armed Forces now in the Middle East, the peace of a troubled world and the hopes of an oppressed people now depend on you. That trust is well placed. The enemies you confront will come to know your skill and bravery. The people you liberate will witness the honorable and decent spirit of the American military. In this conflict, America faces an enemy who has no regard for conventions of war or rules of morality. Saddam Hussein has placed Iraqi troops and equipment in civilian areas, attempting to use innocent men, women and children as shields for his own military -- a final atrocity against his people.

I want Americans and all the world to know that coalition forces will make every effort to spare innocent civilians from harm. A campaign on the harsh terrain of a nation as large as California could be longer and more difficult than some predict. And helping Iraqis achieve a united, stable, and free country will require our sustained commitment.

We come to Iraq with respect for its citizens, for their great civilization, and for the religious faiths they practice. We have no ambition in Iraq, except to remove a threat and restore control of that country to its own people.

I know that the families of our military are praying that all those who serve will return safely and soon. Millions of Americans are praying with you for the safety of your loved ones and for the protection of the innocent. For your sacrifice, you have the gratitude and respect of the American people. And you can know that our forces will be coming home as soon as their work is done. Our nation enters this conflict reluctantly -- yet, our purpose is sure. The people of the United States and our friends and allies will not live at the mercy of an outlaw regime that threatens the peace with weapons of mass murder. We will meet that threat now, with our Army, Air Force, Navy, Coast Guard and Marines, so that we do not have to meet it later with armies of fire fighters and police and doctors on the streets of our cities.

Now that conflict has come, the only way to limit its duration is to apply decisive force. And I assure you, this will not be a campaign of half measures, and we will accept no outcome but victory. My fellow citizens, the dangers to our country and the world will be overcome. We will pass through this time of peril and carry on the work of peace. We will defend our freedom. We will bring freedom to others and we will prevail.

May God bless our country and all who defend her.

Anexo IV: Resolution 688 (1991)

Adopted by the Security Council at its 2982nd meeting on 5 April 1991

The Security Council,

Mindful of its duties and its responsibilities under the Charter of the United Nations for the maintenance of international peace and security,

Recalling of Article 2, paragraph 7, of the Charter of the United Nations,

Gravely concerned by the repression of the Iraqi civilian population in many parts of Iraq, including most recently in Kurdish populated areas, which led to a massive flow of refugees towards and across international frontiers and to cross-border incursions, which threaten international peace and security in the region,

Deeply disturbed by the magnitude of the human suffering involved, Taking note of the letters sent by the representatives of Turkey and France to the United Nations dated 2 April 1991 and 4 April 1991, respectively (S/22435 and S/22442),

Taking note also of the letters sent by the Permanent Representative of the Islamic Republic of Iran to the United Nations dated 3 and 4 April 1991, respectively (S/22436 and S/22447),

Reaffirming the commitment of all Member States to the sovereignty, territorial integrity and political independence of Iraq and of all States in the area,

Bearing in mind the Secretary-General's report of 20 March 1991 (S/22366),

1. Condemns the repression of the Iraqi civilian population in many parts of Iraq, including most recently in Kurdish populated areas, the consequences of which threaten international peace and security in the region;
2. Demands that Iraq, as a contribution to remove the threat to international peace and security in the region, immediately end this repression and express the hope in the same context that an open dialogue will take place to ensure that the human and political rights of all Iraqi citizens are respected;
3. Insists that Iraq allow immediate access by international humanitarian organizations to all those in need of assistance in all parts of Iraq and to make available all necessary facilities for their operations;
4. Requests the Secretary-General to pursue his humanitarian efforts in Iraq and to report forthwith, if appropriate on the basis of a further mission to the region, on the plight of the Iraqi civilian population, and in particular the Kurdish population, suffering from the repression in all its forms inflicted by the Iraqi authorities;

5. Requests further the Secretary-General to use all the resources at his disposal, including those of the relevant United Nations agencies, to address urgently the critical needs of the refugees and displaced Iraqi population;
6. Appeals to all Member States and to all humanitarian organizations to contribute to these humanitarian relief efforts;
7. Demands that Iraq cooperate with the Secretary-General to these ends;
8. Decides to remain seized of the matter.